



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Douglas Ernesto Fernandes Gonçalves

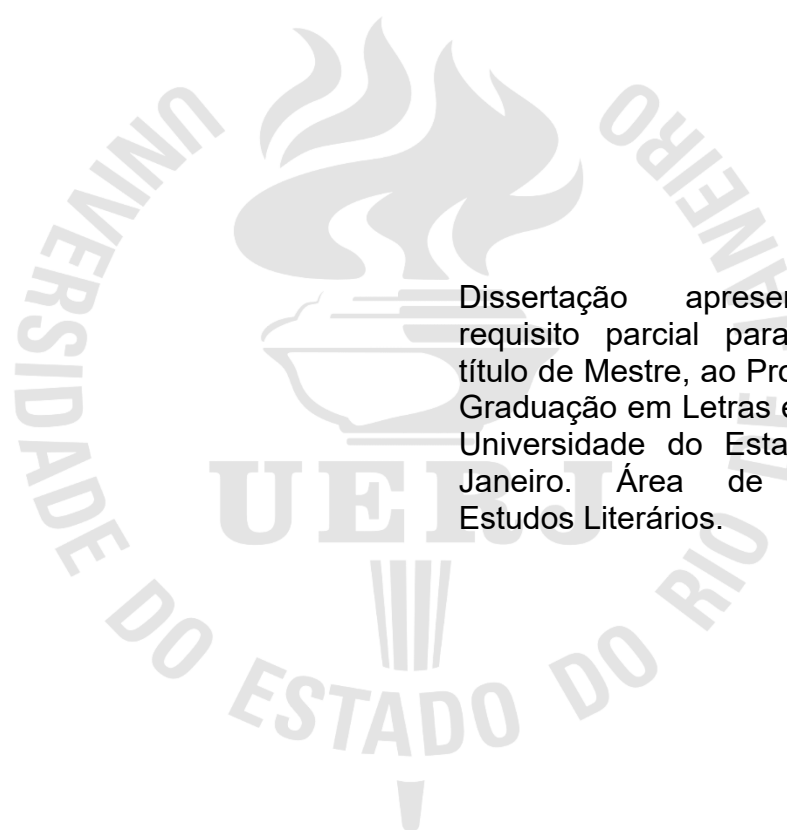
**Deus. Pátria. Família: uma leitura contemporânea de *As meninas*, a partir dos ideais fascistas na ditadura militar brasileira**

São Gonçalo

2024

Douglas Ernesto Fernandes Gonçalves

**Deus. Pátria. Família: uma leitura contemporânea de *As meninas*, a partir dos ideais fascistas na ditadura militar brasileira**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

G635  
TESE

Gonçalves, Douglas Ernesto Fernandes.  
Deus. Pátria. Família : uma leitura contemporânea de  
*As meninas*, a partir dos ideais fascistas na ditadura militar  
brasileira / Douglas Ernesto Fernandes Gonçalves. – 2024.  
94f.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres.  
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) –  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de  
Formação de Professores.

1. Literatura brasileira – História e crítica – Teses.  
2. Mulheres e literatura – Brasil – Teses. 3. Brasil – Política  
e governo – 1964-1985 – Teses. 4. Atividades subversivas –  
Brasil – Teses. I. Torres, Maximiliano Gomes. II. Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de  
Professores. III. Título.

CRB7 – 6150

CDU 869.0(81)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Douglas Ernesto Fernandes Gonçalves

**Deus. Pátria. Família: uma leitura contemporânea de *As meninas*, a partir dos ideais fascistas na ditadura militar brasileira**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em 07 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Maximiliano Gomes Torres (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Giovanna Marina Giffoni  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que lutam pela liberdade, quais sejam as prisões combatidas. Quem acredita na educação, não pode compactuar com amarras, independente das quais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, princípio e fim, palavra encarnada, o consolador.

À pátria, a democracia e a esperança.

À minha família, esteio e sustento.

Ao meu orientador, por confiar e amparar.

Aos professores Jorge Valentim e Suênio Lucena, pela leitura atenta a este trabalho e contribuições na qualificação.

Aos professores Rodrigo Alexandre Xavier e Giovanna Marina Giffoni por todos os apontamentos na defesa.

Ao Grupo de Estudos Feministas e Interseccionais, pelo pertencer e acolher.

A todos os amigos, que compartilham comigo meus sonhos, principalmente este.

## RESUMO

SOBRENOME, Nome. *Deus. Pátria. Família: uma leitura contemporânea de As meninas*, a partir dos ideais fascistas na ditadura militar brasileira. 2024. 94f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

As Meninas, romance de Lygia Fagundes Telles publicado em sua primeira edição em 1973, apresenta-nos três jovens universitárias que convivem em um pensionato católico, durante o contexto da Ditadura Militar. Neste ambiente, Ana Clara, Lia e Lorena dividem seus sonhos e inquietações sobre suas próprias vidas. Esta obra, lida quase cinquenta anos sua primeira publicação, abre possibilidade de novas interpretações dos símbolos conservadores que levaram consolidação do Golpe Militar de 1964. Se foi necessário que houvesse uma “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para que a população apoiasse o regime, a autora trabalha novas formas de perceber como Deus, Pátria e Família estão inseridas na sociedade brasileira dos anos 1960-1970. Neste trabalho, buscamos estabelecer como as instituições e os ideais conservadores que alicerçaram as iniciativas golpistas dos militares fogem do imaginário da moral e dos bons costumes em elementos e tramas criados pela integrante da Academia Brasileira de Letras e laureada pelo Prêmio Camões (2005). Assim é necessário analisar as imagens projetadas quanto ao imaginário popular que o pensionato católico, onde decorre boa parte da narrativa, poderia remeter a encarceramento/enclausuramento das personagens principais do romance e destoa desta percepção por ser espaço de práticas de resistência e libertárias quanto ao governo autoritário vigente no Brasil em 1968. Aliado a isso, trabalhar as questões históricas, sociais e filosóficas atreladas à intervenção da Igreja Católica quanto às pautas ligadas aos direitos humanos. Também investigaremos a produção cultural contemporânea aos fatos narrados no romance, principalmente pelo cinema, poesia, música e artes plásticas, que corroborem ao desenvolvimento de uma identidade nacional à imagem de pátria que resiste à opressão e a censura por meio da contracultura. Por fim, com Lorena, Ana Clara e Lia, entenderemos a dinâmica da disciplinaridade dos corpos femininos, como seus comportamentos vão de encontro aos interesses públicos e privados e como pautas femininas e feministas, ganham contornos nas vidas das mulheres criadas por Telles. Importante considerar também a construção das personagens para analisar as questões de classe.

Palavras-chave: literatura brasileira; autoria feminina; regime autoritário; subversão.

## ABSTRACT

GONÇALVES, Douglas Ernesto Fernandes. *God. Homeland. Family: a contemporary reading of As meninas, based on fascist ideals in the brazilian military dictatorship.* 2024. 94f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

*As Meninas*, a novel by Lygia Fagundes Telles, published in its first edition in 1973, presents us with three young university students living in a Catholic boarding school, during the context of the Military Dictatorship. In this environment, Ana Clara, Lia and Lorena share their dreams and concerns about their own lives. This work, read almost fifty years after its first publication, opens the possibility of new interpretations of the conservative symbols that led to the consolidation of the 1964 Military Coup regime, the author works on new ways of perceiving how God, Fatherland and Family are inserted in Brazilian society from the 1960s to 1970s. In this work, we seek to establish how the institutions and conservative ideals that underpinned the military's coup initiatives escape the imaginary of morals and good customs in elements and plots created by the member of the Brazilian Academy of Letters and laureate of the Camões Award (2005). Thus, it is necessary to analyze the images projected regarding the popular imagination that the Catholic boarding school, where much of the narrative takes place, could refer to the incarceration/cloistering of the main characters of the novel and is out of line with this perception as it is a space of resistance and libertarian practices regarding the government. authoritarian regime in force in Brazil, in 1968. Allied to this, work on the historical, social and philosophical issues linked to the intervention of the Catholic Church regarding the guidelines related to human rights. We will also investigate the contemporary cultural production to the facts narrated in the novel, mainly through cinema, poetry, music and plastic arts, which corroborate the development of a national identity in the image of a homeland that resists oppression and censorship through counterculture. Finally, with Lorena, Ana Clara and Lia, we will understand the dynamics of the disciplinarity of female bodies, how their behavior goes against public and private interests and how feminine and feminist agendas take shape in the lives of women created by Telles. It is also important to consider the construction of characters to analyze class issues.

Keywords: brazilian literature; female authorship; authoritarian regime; subversion.



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1</b>	<b>DEUS. PÁTRIA. FAMÍLIA. PUBLICIDADE PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CONSERVADORISMO .....</b>	<b>11</b>
1.1	Antes da revoada das galinhas verdes: a viagem transatlântica dos ideais integralistas para o Brasil .....	11
1.2	Ouvir conversas, transas, vida: Lygia Fagundes Telles e suas meninas .....	24
<b>2</b>	<b>“A INCOMPETÊNCIA DA AMÉRICA CATÓLICA” E A TIRANIA DO REGIME MILITAR .....</b>	<b>36</b>
2.1	A polarização entre os prelados: a ação da Igreja em favor em períodos sombrios .....	36
2.2	A liberdade entre quatro paredes: o Pensionato Nossa Senhora de Fátima e suas meninas .....	47
<b>3</b>	<b>FAMÍLIA, BERÇO DA SOCIEDADE DE BEM (?) .....</b>	<b>59</b>
3.1	Do outro lado do paraíso: as novas composições familiares .....	59
3.2	Os belos frutos dessa sociedade de bem: as meninas da Lygia .....	69
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

Lygia Fagundes Telles, membro da Academia Brasileira de Letras, paulista, foi criada em múltiplas cidades do interior de São Paulo por conta do ofício do pai. Estabeleceu-se na capital para estudar. Cursou a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a Escola Superior de Educação Física, ambas ligadas à Universidade de São Paulo. Tendo como amigos Monteiro Lobato, Carlos Drummond de Andrade e Erico Veríssimo, foi incentivada a ter uma vida voltada à erudição. Desde muito jovem, mostrava sua genialidade em escritos. Com mais de 70 anos de carreira literária, colecionou diversos prêmios e reconhecimento pelos seus trabalhos, sendo a segunda mulher brasileira que recebeu a maior honraria da literatura de língua portuguesa, o Prêmio Camões, em 2005.

Admirada pela crítica nacional e internacional, é notável em suas obras o cuidado com que trabalha os signos para atração do leitor para um emaranhado de possibilidades. Os temas abordados são retratos fiéis da condição social e psicológica dos brasileiros, elaborados com a sutileza de uma grande artesã das palavras. Neste singelo jogo de linguagem, a autora mostra realmente seu talento em estabelecer uma relação com quem consome sua produção, de forma despretensiosa, para histórias simples, mas que, com toda a sua astúcia, impacta, marca um selo indelével na fronte daquele que cruza com sua arte. Sobre isto, declarou o autor João Castello, no texto *Lygia na Penumbra*, posfácio da publicação de *Seminário dos Ratos*, editado pela Companhia das Letras:

Lygia Fagundes Telles é uma escritora que se dedica aos temas universais: a loucura, o amor, a paixão, o medo, a morte. Temas clássicos, que nos atormentam desde os gregos, e que a expõem ao grande risco de repetição e do banal. Como os enfrenta? Em seus relatos, esses temas antigos experimentam relações imprevistas – como a morte e a paixão [...]. A escrita de Lygia é contida e gelada. Ela é uma escritora contemplativa. É conhecida sua paixão pela máxima de Agostinho: ‘Foge, esconde-te, cala-te!’ (CASTELLO, 2009, p. 171).

Ao pensar no romance *As Meninas* como um instrumento de protesto ao regime governamental dos militares, resultante do golpe realizado em 1964, propomo-nos a realizar uma (re)leitura dos símbolos conservadores que deram sustentação junto à população para que a Ditadura se fecundasse, mais uma vez, na historiografia

brasileira. O lema do Integralismo – a vertente do fascismo no Brasil – “Deus, pátria, família” ressurgiu na ponta da língua dos militares e de parte da sociedade civil como uma armadura contra a ameaça do que se julgava ser o Comunismo.

Neste trabalho, temos como objetivo remontar este cenário, observando de maneira mais detalhada como estes temas são abordados. Partimos de uma análise histórica da construção do governo dos militares pelo viés político e ideológico, por meio da ação integralista existente no Brasil e os contornos da efetivação do golpe contra o Presidente João Goulart.

Para isso, no primeiro capítulo, viajamos para a década de 1930. Por meio de um trabalho historiográfico, buscamos a origem e o desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira, o fascismo adaptado para terras tupiniquins por Plínio Salgado, jornalista, escritor, tutor e pessoa influente na intelectualidade paulistana. As conexões com a ideologia criada por Benito Mussolini, na Itália, duas décadas antes, formaram uma legião de adeptos em muito pouco tempo e provocaram diversos conflitos com a esquerda, nos anos seguintes.

Simultaneamente, fazemos um panorama da autora do livro elencado como objeto de estudo para essa dissertação. No momento do lançamento do livro, já na maturidade, a funcionária pública da Procuradoria do Estado de São Paulo possuía carreira exitosa no campo literário, aclamada pela crítica especializada e pelos seus pares. Ela foi responsável por uma das obras mais vendidas naquele ano. Buscamos criar um paralelo de como o projeto de escrita de Lygia Fagundes Telles abarca este recorte temporal e constrói uma ideia de nação a partir de seus personagens e enredos.

Na segunda seção, motivados pelo principal cenário deste romance, um pensionato católico, regido por freiras, dissertamos sobre o papel da Igreja Católica na consolidação desse movimento (O integralismo?). A participação de seus clérigos no apoio ao Golpe Militar, antes mesmo do fato ser consumado, e como alguns deles atuaram ativamente na defesa dos direitos civis, representa um comportamento antagonista ao daqueles que emprestaram seu prestígio junto aos fiéis para apoiar as medidas autoritárias dos militares.

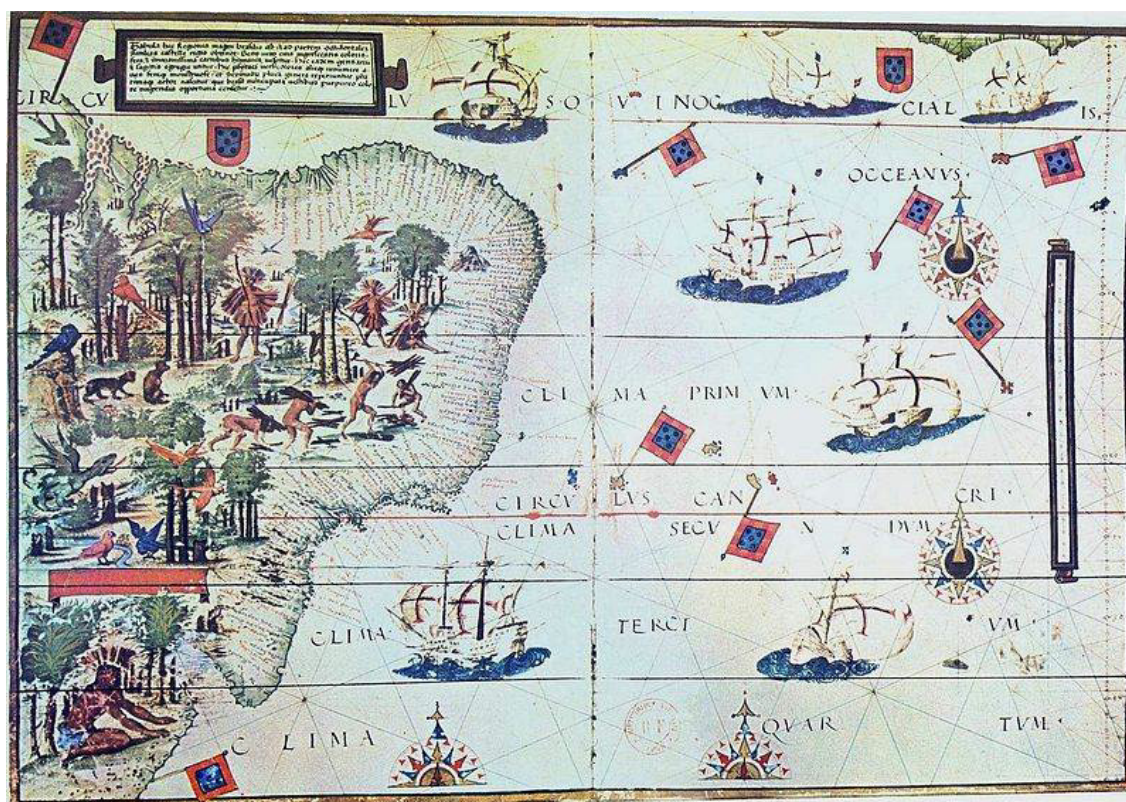
Dando continuidade, abordaremos como as instituições que defendem o interesse público impactam na vida privada, transformando o pessoal em político, prefigurado nas relações familiares estabelecidas por Lygia para suas personagens. Para tal análise, buscaremos dentro da historiografia e dos estudos sociais entender

como a família se torna esse bastião do conservadorismo e como estas relações internas moldam, em proporção, a sociedade cisheteropatriarcal. Também nesta seção, analisaremos nossas personagens e suas possíveis contribuições para os debates feministas.

## 1 DEUS. PÁTRIA. FAMÍLIA. PUBLICIDADE PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CONSERVADORISMO

### 1.1 Antes da revoada das galinhas verdes: a viagem transatlântica dos ideais integralistas para o Brasil

Figura 1 - Terra Brasilis. 1519, Tesouro dos Mapas. Instituto Cultural Banco Santos, 2000<sup>1</sup>



Fonte: O autor, 2022.

Um dos grandes símbolos da nossa colonização e representação da chegada dos portugueses ao sul do continente americano é a *Terra Brasilis*, uma produção cartográfica do Brasil em 1519, de autoria de Lopo Homem, Pedro Reinel e Jorge Reinel, estampando a exploração dos indígenas submetidos ao trabalho braçal para carregar as caravelas lusitanas com um dos grandes tesouros e força motriz

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://revistacarbono.com/artigos/01a-terra-brasilis-como-terra-incognita/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

econômica das expedições até aqui: o pau-brasil. Nossas matas devastadas, povos originários escravizados e mortos, foram apenas algumas das muitas agressões ao nosso território, à nossa gente, ao nosso futuro desde a chegada dos portugueses aqui.

De lá para cá, muitas embarcações chegaram e partiram de nossos portos. Por eles, aportaram os negros sequestrados de sua terra natal, forçados a servir como mão de obra gratuita para o avanço econômico português. Foram também importados os padres da Companhia de Jesus, incumbidos da catequização dos indígenas e grandes responsáveis pelo apagamento religioso, linguístico e cultural desses povos. Não podemos deixar de mencionar os Excluídos do Reino, portugueses exilados, rechaçados socialmente pela Inquisição Portuguesa. Séculos depois, também aportou a Corte Portuguesa, escapando, como ratos, da invasão napoleônica na Península Ibérica no século XIX. Por estes mesmos portos, chegaram imigrantes para trabalhar nas lavouras de café no pós-emancipatório, fugidos dos conflitos em terras europeias e asiáticas.

Nesta lista, citada por alto, dos grandes movimentos de chegada ao Brasil, queremos dar maior destaque ao conteúdo da mala de Plínio Salgado, em seu retorno ao país após visitar a Europa nos anos 1930. Lá dentro, um novo ideal. Ou como gostava de denominar seu idealizador, uma doutrina, que ganhava força e tração nas principais nações europeias – o fascismo. O pensamento de Benito Mussolini, primeiro-ministro italiano, atraiu os olhares do jornalista paulista, que já flertava com os pensamentos ultranacionalistas e encontrou nas palavras e gestos de *Il Duce* a fonte necessária para aperfeiçoar suas ideias.

Discutiremos como a doutrina fascista se espalhou em diversas nações, potencializou o conservadorismo em um contexto de crise econômica e social de um mundo entre guerras, conquistou adeptos em camadas da sociedade e seguiu influenciando diversas correntes políticas mesmo depois da derrota na Segunda Guerra Mundial e extermínio de seus principais líderes. Nesta análise, aprofundaremos como esses movimentos inspiraram o comportamento no Brasil e consolidaram o moralismo religioso, o ultranacionalismo e a relação entre o público e o privado, principalmente durante os regimes autoritários do século XX.

Hannah Arendt, em *As origens do totalitarismo*, ao investigar o fenômeno dos regimes totalitários, seja do ponto de vista histórico quanto das possibilidades políticas

que precipitaram os conflitos no mundo pós-moderno, discorre sobre alguns fatores que contribuíram para esse cenário na Europa, nos anos 1920-1930:

Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda antidemocrática e pró-ditatorial, de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental [...]. Ditaduras não totalitárias semelhantes surgiram, antes da Segunda Guerra Mundial, na Romênia, Polônia, nos Estados bálticos (Lituânia e Letônia), na Hungria, em Portugal, e mais tarde, na Espanha (ARENDR, 2012, p. 437).

No cenário pós-guerra, a crise humanitária e econômica encontraram um terreno fértil para certa falta de credibilidade no que concerne às correntes políticas vigentes. Uma possível inoperância das organizações sociais das mais diversas ordens – Estado, sindicatos, instituições, partidos políticos –, as quais desmobilizaram as classes para a organização das massas dentro de uma certa unidade. Nesta lacuna, o caminho foi facilitado para ascensão de figuras históricas que puderam, por meio do discurso e demonstração de força e poder, construir um sentimento de nacionalidade forte e manobrar o povo em favor de seus interesses.

Assim, na Itália, a figura de Benito Mussolini, professor, jornalista, membro ativo do Partido Socialista Italiano até o início da Primeira Guerra Mundial, afirmativamente um marxista, desiludiu-se com a postura de neutralidade adotada pelo partido durante os conflitos gerados após o assassinato de Francisco Ferdinando, da Áustria-Hungria. Após a morte de Karl Marx e a discordância da não violência para resolução das batalhas dos anos 1910, Mussolini intensificou a defesa da sua linha de pensamento, que requeria uma elite revolucionária para liderar os italianos sem privilegiar qualquer classe social, conforme apontava a concepção marxista. Esta foi a origem do Partido Revolucionário Fascista e de uma doutrina que se espalhou por diversas outras nações europeias nos anos seguintes.

O momento era delicado. Os italianos passaram por humilhação na tentativa frustrada de invadir a Abissínia, atual Etiópia, no final do século XIX, em um dos poucos casos de resistência à colonização europeia. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, em que relutou a aderir aos combates, a participação da Itália não teve o engajamento e apoio da população. A necessidade era recuperar a moral e a estima do Estado italiano e conferir a sensação de uma nação soberana, forte, capaz de demonstrar sua força e altivez. Alberto da Costa e Silva define bem em seu texto-

prefácio *Mussolini, Trótski, minha avó e eu*, de 2019, a maneira pela qual esta doutrina apresentava-se ao povo da Itália:

O fascismo cultuava a saúde, o gosto pelo ar livre e o prazer da ginástica, mas, ao celebrar a beleza da mocidade, ressaltava que o grande momento de um ser humano, e o mais iluminado de um jovem, era estar de armas nas mãos. A combater. Em guerra. A guerra dava sentido à vida. E, no mundo reorganizado pelo fascismo, não havia espaço para o cultivo da paz, nem para o repúdio à violência, que se louvava como uma alta virtude criadora. O Estado deveria estar em constante movimento e crescer sempre em força e poder. (E SILVA, 2019, p. 7).

Para sustentar este Estado em “constante movimento”, conforme mencionado na citação acima, Benito Mussolini escreveu *A doutrina do fascismo*, publicada em 1932 na *Enciclopédia Italiana*; uma cartilha que apresenta as ideias fundamentais desta concepção política vigente na Península Itálica. Contando com a colaboração do filósofo Giovanni Gentile para a primeira parte do tratado fascista, os autores expõem o fascismo não apenas como “organização partidária, sistema educacional e disciplina” (MUSSOLINI, 2019, p.13-14), mas também como uma atitude espiritual em relação à vida. Assumindo uma postura de combate ao positivismo materialista, sobrepondo um caráter moralista para unificação dos indivíduos ao redor do seu propósito de poder, podemos destacar também os aparelhos ideológicos do Estado<sup>2</sup>, tão caros à identidade de uma nação como cultura, educação e trabalho. Trabalhar em uma elaboração do ser fascista como um indivíduo religioso e condicionar suas experiências ao sacrifício em favor da nação.

Com esta entrega individual para o prol de uma coletividade, a doutrina fascista recrimina o individualismo ligado ao materialismo e sobressai o conceito de Estado forte para defender a liberdade do seu povo. Tal afirmação logo é relativizada – o Estado oferece proteção aos cidadãos que tem os mesmos interesses, não reconhecendo aqueles que estejam fora de seus limites, por não possuírem os mesmos valores. Esta colocação abre uma margem para uma abordagem totalitária, tendo no poder o agente portador de todo controle:

Anti-individualista, a concepção Fascista da vida enfatiza a importância do Estado e aceita o individual apenas enquanto os interesses deste coincidam com os do Estado, que representa a consciente e vontade universal do homem enquanto entidade histórica. [...]

---

<sup>2</sup> ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Coloque aqui o estado da editora e o nome Estado: Editora. 1980, 41 p.



[...] E se a liberdade é para o atributo de homens vivos e não de fantoches abstratos inventada pelo liberalismo individualista, então o fascismo defende a liberdade, a única liberdade válida, a liberdade do Estado e do indivíduo dentro do Estado. A concepção fascista de Estado é totalmente abrangente; fora dele inexistem valores humanos ou espirituais, nada disso tem valor. Neste sentido, o fascismo é totalitário, e o Estado Fascista – uma síntese e unidade inclusiva de todos os valores – interpreta, desenvolve e potencializa toda a vida de um povo (MUSSOLINI, 2019, p. 16-17).

Outro valor essencial para sustentação do fascismo de Mussolini era a sua vocação religiosa. Uma forma de manter a massa sob controle, por meio de uma adesão voluntária às disciplinas exigidas pelo regime. Podemos dizer que o conceito de cidadão de bem nasce da doutrina fascista: da expectativa dos adeptos professarem sua crença em leis superiores na figura do líder político, ter o senso de liberdade dentro destes preceitos castradores, serem paladinos de moral ilibada, com responsabilidade de confiar cegamente na doutrina que lhe foi imposta. Todos que permanecem fora deste círculo, estão condenados – como pecadores, na visão religiosa cristã – como qualquer cidadão que não segue as leis de conduta.

Theodor Adorno, na década 1950 após o declínio do fascismo nazista e a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, começa a analisar as atribuições da propaganda fascista. Ele faz isso em consonância com o trabalho de Sigmund Freud, *Psicologia das massas e análise do eu*, publicado em inglês, no ano de 1922. Em seu ensaio, o filósofo alemão relaciona a “essência psicológica” do discurso dos líderes fascistas à “paranoia de um modo que talvez não seja acidental” (ADORNO, 2015, p. 163). Alertados sobre como as personagens aderentes a esta doutrina autoritária retomam comportamentos arcaicos na sociedade moderna, confrontando uma racionalidade normal, gerando ações irracionais, manipulação de um “amor completamente não inibido (...) recalcado é transformado em obediência” (ADORNO, 2015, p. 163).

Anos mais tarde, Michel Foucault, vai trabalhar, dentro da sua pesquisa sobre carceragens francesas, os processos disciplinares como “fórmulas gerais de dominação” (FOUCAULT, 2014, p. 135), diferenciada da escravidão e da domesticidade. Se na escravização, os corpos são apropriados; na domesticação, os indivíduos são constantemente submetidos aos caprichos de quem detém o poder, na disciplina há “uma elegância (...) dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes.” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Assim, na doutrina *fasci*, nascida na Itália, e difundida pelo mundo, nas suas mais

variadas vertentes, a adoção de um discurso conciliador para superar grandes crises e transformar a nação forte e soberana, com o auxílio de uma entidade divina (em quase sua totalidade o Deus cristão) faz-se pela anuência de uma população fragilizada, descrente, clemente por um salvador.

Podemos entender o fascismo como ideologia, na acepção de Marilena Chauí, sendo um “sistema ordenado de ideias ou representações e de normas e regras” (CHAUÍ, 1983, p. 65), e se prova um “instrumento da dominação de classes” (CHAUÍ, 1983, p. 86) e um dos “meios usados pelos dominantes para exercer a dominação” (CHAUÍ, 1983, p. 86). Da mesma forma que todo governo autoritário precisa de um adversário visível para manter seu caráter de proteção constante a um mal comum a todos, também utiliza dos aparelhos de Estado e os aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980) para manter o poder e o controle das massas.

Assim, a abordagem italiana que prega o controle absoluto do Estado, englobando uma missão que é simultaneamente política, espiritual e cultural, encontrou ressonância em diversos países, servindo como inspiração para combater forças ameaçadoras à soberania de elites dominantes. Esse ideal, caracterizado por sua natureza violenta, foi importado para nosso território, onde ganhou contornos particulares. No contexto de uma república jovem, marcada por intensas turbulências internas, o Fascismo Italiano inspirou a criação de uma versão tupiniquim, o Integralismo, que pode ser visto como uma adaptação local dessa ideologia totalitária. As condições para a chegada dos ideais fascistas ao Brasil não foram muito diferentes da crise enfrentada pela Itália, décadas anteriores. Uma república jovem, oriunda de um golpe militar, vivia nos anos 1910-1920, pleno crescimento urbano, desenvolvimento da indústria e ebulição cultural em detrimento dos conflitos regionais, a exclusão das minorias para as periferias e instabilidade da política. A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz e a historiadora Heloisa Murgel Sterling em seu trabalho *Brasil: Uma biografia* (2018) resumem bem o cenário da República Velha<sup>3</sup>:

Com a chegada do fim da década de 1920, a Primeira República ia se esgotando e seu legado parecia, mesmo em seu contexto, ambivalente. De

---

<sup>3</sup> O período Republicano no Brasil iniciou em 1889 com o declínio da monarquia e o começo da chamada República Velha. O marco inicial desse período foi a posse do Marechal Deodoro da Fonseca, como primeiro presidente Republicano da história do Brasil. O período foi marcado por crise econômica, pouca participação popular e insatisfação por parte da maioria dessa população, especialmente os mais pobres. O apoio veio pela maioria elitista, que via no novo governo um meio de recuperar parte das perdas que teve com a abolição da escravidão” (SENADO FEDERAL, História da República no Brasil. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3YjSDGA>>. Acesso: 29 jul. 2023.

um lado, ficaria na lembrança como o momento do *boom* da urbanização, da industrialização e da entrada de imigrantes. De outro, como um período de repressão, de todo tipo de falcatruas políticas, da aplicação de medidas racistas e da expulsão da pobreza para as laterais das cidades. Além do mais, com tantas ambiguidades, a República se converteu em palco do conflito, sendo os centros urbanos considerados espaços de atuação das “classes perigosas” e de movimento e reação “dos de baixo”.

E, entre os dois lados, melhor ficar com os dois. Foi nesse cenário que se deram os primeiros passos para a institucionalização do Estado republicano e pela luta por melhores condições de trabalho. Além disso, destacar apenas o processo de exclusão social, que com certeza ocorreu, corresponderia a repetir a visão das elites dirigentes da época, que entendiam como “hordas anárquicas” o que eram antes associações dos mais variados tipos, agindo, muitas vezes, de maneira ordeira, a partir de abaixo-assinados, campanhas públicas e protestos organizados (SCHWARCZ; STARLING; 2018, p. 349).

A primeira parte da história republicana brasileira estampou a imaturidade para construir um Estado forte, presente, que atendesse os anseios de todas as classes. Inspirados por um retrospecto colonial e imperial, o novo modelo para gerir o Brasil deixou brechas para contestação dos seus partícipes. Revoltas, revoluções, atentados permearam os primeiros governos presidenciais. Governos estes também que utilizavam de artimanhas escusas para manter-se no poder ou eleger seus sucessores. Uma democracia frágil, com processos eleitorais falhos, deixou susceptível o surgimento de regimes autocratas, que aplicaram estratégias, força e violência em uma batalha constante pelo poder, neste caso específico, político.

Por caminhos similares na área ideológica, os ideais fascistas encontraram um excelente campo para uma profusão da doutrina: um país que em 1930 se preparava para eleger um presidente por meio do “voto popular”. O termo cunhado neste trabalho, entre aspas, denota a falácia de considerar que naquele momento prevalecia a escolha da população brasileira. Pelas determinações das regras eleitorais, apenas 5% poderiam entrar nas urnas e assinalar sua preferência por um candidato. No pleito, a já conhecida política do café com leite<sup>4</sup> estava ameaçada. Julio Prestes, representante paulista, afilhado político do atual presidente, Washington Luis, encontraria um adversário de oposição apoiado pela aristocracia mineira, o gaúcho e presidente<sup>5</sup> do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. No voto, a faixa presidencial deveria pousar nos ombros do Presidente de São Paulo, mas as articulações políticas, a incitação da massa em não aceitar o resultado, descambou em uma série de conflitos

---

<sup>4</sup> Política café com leite, como ficou conhecida, foram as combinações para a alternância do governo federal entre lideranças dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, estados federativos mais importantes economicamente.

<sup>5</sup> Cargo hoje similar ao Governador de Estado.

em todo território. Após a morte do Presidente da Paraíba, João Pessoa, companheiro de chapa como vice-presidente da República ao lado de Vargas, iniciou-se uma revolta cívico-militar e Washington Luis não resistiu à pressão e foi deposto. Encerrava-se assim a Primeira República e conheceríamos a primeira ditadura brasileira – os quinze anos de governo Vargas.

Em meio toda a confusão política e institucional a que o Brasil era submetido, no Velho Continente, no mesmo ano de 1930, um encontro um tanto quanto inusitado contribuiu para a chegada dos ideais fascistas ao nosso país. Em excursão pela Itália com diversos intelectuais, Plínio Salgado, jornalista, escritor, encantou-se com a figura do ditador italiano, que naquela época já ocupava o posto do Primeiro-Ministro italiano, exalando seu poder em odores de autocrata. O jornalista brasileiro, escritor com romances publicados, diversos manifestos em favor do ultranacionalismo e vasto material de cunho religioso atrelado a sua autoria, estabeleceu a rota perfeita para que o ideal fascista aportasse na costa brasileira e se tornasse, em tão pouco tempo, uma das maiores organizações políticas e sociais existentes por aqui, no período Vargas – a Ação Integralista Brasileira:

Entre nós, a força do fascismo anunciou-se de maneira clara a partir de 1932, com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Era o primeiro partido político de massas do Brasil, com capacidade de inserção nacional, crença corporativa, culto à liderança política e ao domínio do Estado, e disposição para fazer ecoar o discurso antissemita uma oitava acima do que já era corrente na sociedade brasileira. Os integralistas arrebanharam apoio nos setores das classes médias urbanas, sobretudo entre funcionários públicos, padres, profissionais liberais, poetas, comerciantes, industriais, e nas áreas de colonização alemã e italiana. Recebiam assessoria e ajuda financeira da embaixada da Itália, dispunham em seus quadros de um grupo de intelectuais prontos a produzir ideologia fascista em moldura de brasilidade — Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso — e contavam com uma militância ativa. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 367).

Patrocinada intelectual e monetariamente por Benito Mussolini, a AIB surge em um momento de vulnerabilidade social e como uma esperança de resgatar o sentimento de uma nacionalidade abalada pelos conflitos internos recentes. O movimento ideológico nasce com uma identidade verde-amarela. Adotam a cor verde para sua identificação pessoal, usando camisas dessa cor como uniforme. Na sua bandeira, o azul e branco, utilizados, segundo o *Manifesto*<sup>6</sup>, identificam o desejo de

---

<sup>6</sup> *Manifesto de Outubro*, documento lido por Plínio Salgado em 7 de outubro de 1932, no Teatro Municipal de São Paulo, definia as diretrizes da Ação Integralista Brasileira. “Com ampla repercussão,

um grupo para além dos limites políticos e uma pureza de sentimentos que garantiriam a pacificação e união nacional. E o cumprimento indígena “Anauê”, uma forma cordial adotada pelos povos originários para estabelecer um vínculo familiar, confere à figura do indígena um destaque heroico, muito similar ao adotado pela Coroa Portuguesa no início da produção literária brasileira.

Para além do simbolismo, a Ação Integralista Brasileira passou a orquestrar a sociedade em pautas de carácter político e se fazer presente na rotina da população. Plínio Salgado, utilizando sua posição de jornalista e patrocinado por Alfredo Egídio de Sousa Aranha<sup>7</sup>, iniciou a mobilização através de periódicos, o primeiro deles, o jornal *A Razão*<sup>8</sup>. A ascensão da direita propiciou uma rápida disseminação da ideologia alicerçada nos ideais fascistas, por meio panfletário, seja em veículos de comunicação de grande circulação, seja pelo engajamento popular, como correspondências. A adesão foi tamanha que, em poucos anos a AIB já tinha mais de um milhão de membros e simpatizantes, uma proliferação gigantesca de núcleos integralistas ocupando diversos pontos do território nacional, formando, como aponta Marilena Chauí, uma “organização corporativa da sociedade brasileira como um projeto decorrente da própria experiência social” (CHAUÍ, 2019, p. 33).

Dentro deste projeto de organização social, rapidamente refletiu-se na ocupação de cargos políticos. Em 1936, é lançado o partido como plataforma de “reformular o Estado sem recorrer à luta armada e garantir espiritualidade, ordem, autoridade e unidade nacional” (CHAUÍ 2019, p.88), muito em comunhão com os princípios de ordenamento da sociedade, exaltando valores de moralidade e cristandade, convicções balizadas para controle de massas:

A ligação religiosa passava a ser um dos principais sustentáculos do movimento integralista. O lema "Deus, pátria e família" se encaixava perfeitamente nos princípios da doutrina, conforme expresso no Manifesto: Deus (que dirige o destino dos povos), pátria (nosso lar) e família (início e fim de tudo). O documento foi aberto com a expressão "Deus dirige o destino dos povos", o que deixava clara a importância da questão religiosa e espiritualista

---

o Manifesto foi publicado com uma tiragem de 20 mil exemplares e distribuído na capital paulista e em várias regiões do Brasil” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 14).

<sup>7</sup> **Alfredo Egídio de Sousa Aranha** (1894-1961) foi um advogado, empresário e banqueiro brasileiro. Plínio Salgado atuou como tutor e professor particular dos filhos do banqueiro.

<sup>8</sup> “O jornal foi fundado por Alfredo Egídio de Souza Aranha, [em 1930,] amigo de longa data de Plínio Salgado e antigo patrão. O periódico não chegou a ter um ano de existência, mas o seu papel foi fundamental para Plínio Salgado através da coluna “Nota Política”, estabelecer as bases ideológicas da futura Ação Integralista Brasileira”. (OLIVEIRA, 2017)

no discurso e no imaginário integralista, assim como o caráter messiânico estabelecido no movimento em torno da imagem de Plínio Salgado, visto como um profeta (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 15).

Plínio Salgado, idealizador e projetista do avante fascista em terras brasileiras, garantiu também seu lugar de líder, não apenas da organização. Até sua morte foi o rosto de todos os avanços, as transmutações da AIB, sua extinção institucional e ressurgimentos ideológicos, muito mais atrelados ao poder do que como fonte de revolução cultural e costumes. Muito desta atitude deve-se a artimanha frustrada da própria construção de poder fora das paredes integralistas do seu fundador e mentor. Mesmo com o sucesso nas casas legislativas e em prefeituras, com representantes eleitos em 1936, a instauração do Estado Novo enfraqueceu a AIB e levou para a clandestinidade a instituição, apesar de todo apoio e tentativas de construção de alianças para participar da administração golpista de Vargas, principalmente pelo combate ao grande vilão escolhido por ambos: o comunismo.

Vale ressaltar que, em paralelo ao crescimento do integralismo no Brasil, a esquerda reagiu e se movimentou no engajamento pela luta antifascista em território nacional. Os movimentos de esquerda ganharam força, apoio popular, bem como o de importantes intelectuais. As críticas ao integralismo vieram também pelo meio que os popularizou: pelos jornais. Apelidados pela imprensa carioca de galinhas verdes, em alusão à utilização das camisas verdes como símbolo do movimento. O mais emblemático confronto entre estes dois opostos deu-se no episódio conhecido como a “Revoada das Galinhas Verdes” (Batalha da Sé), na Praça da Sé. Aquele 07 de outubro de 1934, data de comemoração de dois anos da fundação da Ação Integralista Brasileira, marcou uma resistência aos ideais fascistas pelos movimentos de esquerda. O que seria um comício público de lideranças integralistas, tornou-se um confronto armado, com registro de óbito. Os embates intensificaram-se ao longo dos anos, até a instauração do Estado Novo.

Dentro da estratégia narrativa de lutar contra a Ameaça Vermelha, o Exército Brasileiro, na figura do Coronel Olympio Mourão Filho, ilustre integralista, elaborou um ardiloso e paranoico trabalho, conhecido como *Plano Cohen*, sobre um possível levante comunista que provocaria caos e destruição ao país:

O documento, supostamente apreendido pelas Forças Armadas anunciava uma nova insurreição armada, semelhante invasão comunista a de 1935. A previa a agitação de operários e estudantes liberdade de presos, a

manifestações populares políticas, o incêndio de casas e prédios públicos, que terminariam em saques e depredações, eliminação de autoridades civis e militares que se opusessem do poder a tomada, além do "desrespeito da mulher a honra e aos sentimentos mais íntimos brasileira". A ameaça comunista ligação entre o passou a ser elemento de governo e a AIB. (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 58).

Em uma ação coordenada com diversos segmentos da sociedade, principalmente as Forças Armadas e o apoio popular, Vargas cercou o Congresso, instituiu uma nova Constituição e deu continuidade ao seu plano de poder por meio de uma ditadura. O fechamento do Congresso veio com um componente que abalou o integralismo: colocar na clandestinidade qualquer partido político. À medida que visava pulverizar a resistência comunista, impactou também aliados da primeira hora do novo regime. As conversas para os integralistas ingressarem na administração Vargas, na figura do seu líder, escolhido para disputa pela presidência (o que só viria a ocorrer na década seguinte), foram frustradas. O jogo inverteu, e integralistas e comunistas foram postos do mesmo lado da cerca que protegia o Palácio do Catete, o que garantiria mais alguns anos de poder getulista.

Os partidários mais radicais da AIB, com anuência de Plínio Salgado, organizaram ações de revanche contra o seu algoz. Em março de 1938, ataques às Forças Armadas na capital federal e, em maio de 1938, uma tentativa frustrada de assassinato de Getúlio Vargas ficaram registrados na história como a Intentona Integralista. As forças de segurança nacional rapidamente reprimiram esses projetos de vingança malsucedidos com o desmanche de sedes de resistência integralista, prisão e assassinato de envolvidos e, com maior destaque, o encarceramento e exílio de Plínio Salgado para Portugal. Sua sapiência teve que seguir seus planos do outro lado do Atlântico. Ironicamente, suas seguidas investidas de tomar para si o poder, encontraram alguém mais poderoso:

A versão brasileira do Mussolini seria, certamente, o Plínio Salgado, que se autodenominava gênio, dando aos intelectuais um papel de destaque neste novo Brasil: "É preciso que nós, intelectuais, tomemos conta do Brasil. Definitivamente. Temos de romper com a tradição medíocre da política. Estamos fartos de vivermos, nós, intelectuais, à sombra dos poderosos. Queremos mandar" (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 11).

A declaração do líder dos Camisas Verdes, realizada na década de 1930, citada acima no excerto do livro "*O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*" (2020), de Leandro Gonçalves e Odilon Neto, demonstra a posição

dos integralistas, que, mesmo enfraquecidos após a clandestinidade imposta pelo Estado Novo, na retomada da democracia.

Em sua estadia em Portugal, Plínio Salgado reforçou sua figura de intelectualidade, intensificando sua produção com temática religiosa e ganhando até o rótulo de profeta pelos portugueses. Estreitou seus laços com o Integralismo Lusitano, um movimento conservador inspirado na *Action Française*, um dos precursores e responsáveis pelo avanço da extrema direita pelo mundo.

Com o poder de Vargas minado e pressões decorrentes ao término da Segunda Guerra, não cabia uma ditadura em território brasileiro depois dos laços diplomáticos e estratégicos estabelecidos com lideranças econômicas do Ocidente, principalmente com os Estados Unidos. Em 1945, foram convocadas novas eleições, depois de uma década, para a Presidência da República. Os integralistas, desgastados politicamente, trabalharam alianças com os partidos existentes para seguir o plano de alçar o poder.

Neste intervalo democrático, depois da eleição de 1945, vencida por Eurico Gaspar Dutra, tivemos a sucessão feita por Getúlio Vargas (reconduzido pelo voto), Café Filho, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, em um histórico de quase vinte anos de democracia. Observar este quadro político como uma linha do tempo, pode conferir um ar de estabilidade e consolidação administrativa pela democracia. Engano. Ficamos bem longe disso. Mesmo com o desenvolvimento econômico ligado ao fortalecimento do nosso parque industrial, a mudança da capital para a cidade projetada por Oscar Niemeyer, as tensões deste período permaneceram, motivada por uma nova posição ocupada pelas Forças Armadas. Os avanços institucionais para aumento de tropas, reforço de armamento e melhor capacitação, veio atrelada a uma nova posição política atribuída a estes órgãos de defesa. Tratado com um armamento “mais letal” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 387) do que o poderio bélico, era sua função intervencionista e “funcionava como uma força executiva, e não se enxergava mais nem como um subordinado ao poder civil nem como um instrumento da vontade popular” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 387).

Mesmo com alternância de poder garantida durante as décadas de 1950 e 1960, as tensões internas foram alimentadas pela efervescência e pela busca dos poderes, políticos e econômicos. As agitações dos movimentos populares por reformas que abarcassem justiça social e maior participação popular nas decisões do país atingiu o ápice quando Jânio Quadros renunciou ao poder e, naturalmente, o vice-presidente deveria receber a faixa presidencial. João Goulart não teve vida fácil:



antes mesmo de assumir o poder executivo, em uma rápida manobra orquestrada dentro do Congresso, Jango foi enquadrado em um modelo parlamentarista, sendo-lhe subtraída qualquer possibilidade de autonomia para gerir o Brasil. Com uma pauta reformista e o apoio das esquerdas atuantes, Jango sobreviveu a várias intentas contra seu cargo e atuação enquanto presidente. Quando readquiriu a autonomia de liderar como chefe do executivo, o apoio dos trabalhadores, operários e camponeses, e a mobilização de comícios sobre as reformas tributárias, agrárias, vistas como necessárias para a retomada do crescimento econômico, a resposta foi rápida: mobilização orquestrada pela direita, representada por movimentos anticomunistas, militares e civis, empresários, autônomos, movimentos religiosos e, principalmente, movimentos femininos conservadores que primavam pela moralidade em uma suposta defesa da família.

Visto uma alegada fraqueza democrática e a suposição de que houvesse um ato inconstitucional de Goulart para realizar as reformas, em março de 1964 a resposta dos opositores foi rápida, dando a garantia que os militares aguardavam: o apoio popular para uma deposição de João Goulart para assumir o poder. Segundo a professora Janaína Cordeiro, o apoio popular massivo aos desejos dos integrantes das Forças Armadas fez com que:

[...] as duas manifestações [*Marcha da Família com Deus pela Liberdade, São Paulo, 19 de março de 1964, e Marcha da Vitória, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964*] entrassem para o imaginário coletivo nacional como as maiores expressões públicas de oposição ao governo Jango e de **legitimação do golpe**, respectivamente (CORDEIRO, 2021, p. 5 – grifo meu).

Mais vivos que nunca, os brados de “Deus, pátria, família” revitalizaram a cultura moralista, enraizada entre os integralistas e posta a serviço de uma tomada de poder de forma autoritária. Integralistas notáveis engrossaram a presença nas manifestações de 19 de março, na Praça da Sé, a citar os seus criadores: Plínio Salgado, naquele momento deputado federal e filiado ao Partido da Representação Popular (PRP) e Miguel Reale, secretário de Justiça do Estado de São Paulo, juntamente com personalidades proeminentes daquele contexto, como o Governador de São Paulo, Adhemar de Barros e o Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Luis Antônio da Gama e Silva.

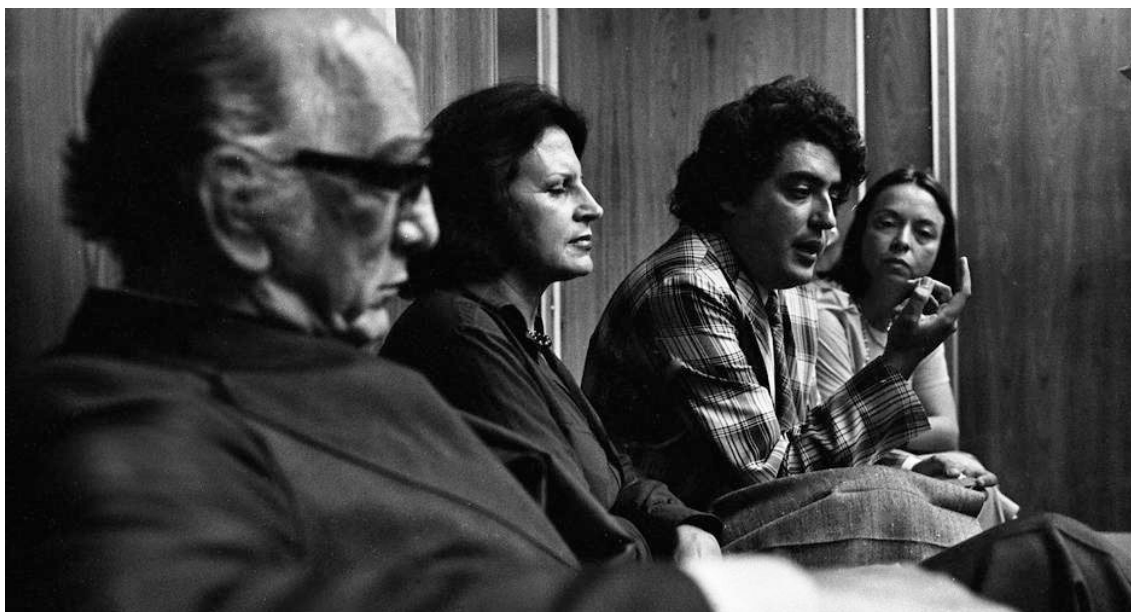
A promulgação do Ato Institucional número 1, nove dias depois do que chamaram de a “Revolução Vitoriosa”, atesta a torpe visão sobre o que realmente

seria o Brasil durante os próximos vinte anos: uma nação tomada por um golpe orquestrado por militares, em conluio com a classe média burguesa e com a anuência de uma população mal direcionada sobre a real condição política do país. Como resultado, um golpe emulado de revolução:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma **autêntica revolução**. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o **interesse e a vontade da Nação** (BRASIL, 1964, s/p – grifo meu).

## 1.2 Ouvir conversas, transas, vida: Lygia Fagundes Telles e suas meninas

Figura 2 - Censura<sup>9</sup>



Fonte: O autor, 2023.

Este retrato, disponível no *Acervo O Globo*, de autoria de Orlando Brito, em preto e branco, resgata Lygia Fagundes Telles, acompanhada do historiador Helio Silva, em primeiro plano, com óculos, e os jovens escritores Jefferson Ribeiro de Andrade e Nélida Piñon. Os quatro aguardavam na sede do Ministério da Justiça, em

<sup>9</sup> BRITO, Orlando. Censura. 1977. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/a-escritora-lygia-fagundes-telles-22533738>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Brasília para entregar a Armando Falcão, então Ministro da Justiça do governo Ernesto Geisel em 1977, o conhecido Manifesto dos Intelectuais – uma petição assinada por mais de 1000 pessoas do campo da cultura: escritores, dramaturgos, atores, músicos, artistas de diversos segmentos, contra o serviço de censura do governo na produção cultural nacional. É um dos grandes gestos de uma escritora não encastelada no que se imagina da intelectualidade brasileira.

Esta é uma das formas possíveis de apresentar a autora objeto do nosso estudo. De outra forma, podemos retomar a menina paulistana, filha de um advogado e promotor de justiça e de uma mãe pianista, dotada de veias artísticas. Em seus primeiros anos de vida fez um périplo pelo interior de São Paulo e Rio de Janeiro, em virtude do ofício do progenitor, acabou por se radicar na capital paulista após a separação dos pais. Nos anos 1930, o desquite ainda não existia na Legislação Brasileira, mas a separação de corpos por si só causava escândalos; maior até do que o mantenedor da família, profissional da lei e da ordem, envolvido em bebedeiras, traições e jogatinas.

Já na Capital, ingressou em boas escolas e floresceu seu talento para a escrita desde muito cedo. Seguindo o exemplo de seu pai, buscou o curso de direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, instituição renomada pela formação, juristas e magistrados brasileiros, como Rui Barbosa, Luis Gama, Oswald de Andrade e tantos outros. Reparem que nos exemplos citados, todos são homens. Pertencer a este espaço foi um dos primeiros gestos transgressores de Lygia Fagundes. Em um país que se conferia o voto às mulheres<sup>10</sup> muito recentemente, vivendo um regime autoritário do Estado Novo brasileiro com o pulso de ferro de Getúlio Vargas, a jovem estudante universitária começa a figurar em um espaço predominantemente masculino para fazer história. Era só o primeiro passo. Simultaneamente, frequentou a Escola Superior de Educação Physica, hoje a Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP).

A menina aplicada, trabalhadora – para sustentar os estudos foi funcionária da Secretaria da Agricultura – engajou-se na rotina da universidade ao ingressar como colaboradora dos “Arcádia” e “A Balança” e venceu um concurso de contos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Tão memorável conquista que se

---

<sup>10</sup> As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral. Informação disponível em: <<http://bit.ly/3WJrxX9>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

tornou pauta para Antonio Candido para parabenizar Lygia Fagundes Telles, por carta, quase sessenta anos depois:

Por falar em adolescência, quero me gabar neste momento de ter sido um dos primeiros a discernir na principiante dos anos de 1946 a grande escritora que despontava. Refiro-me ao concurso de contos com pseudônimo entre estudantes de Direito, do qual fui juiz, não lembro se único ou com outros. O de que lembro é que destaquei um que vinha com sobrecapa de papel almaço ilustrado por três velas desenhadas a lápis vermelho, “Os mortos”, e o indiquei para o prêmio como sendo de longe o melhor. Depois, identifiquei a autora, conhecida vagamente de nome devido a uma coletânea juvenil que, sendo eu ainda estudante, foi comentada na Faculdade de Direito como sendo auspiciosa.

De lá para cá você foi subindo sempre, numa carreira segura, não apenas no romance, mas no gênero em que estreou, revelando sempre a mão de mestre que nunca falha... (CANDIDO, 2005, s/p).

A mão de mestre que nunca falha, mesmo em suas jovialidades, assim a autora refere-se ao trabalho lançado antes de *Ciranda de Pedra* (1956), avaliada pelo próprio Antonio Candido como o ponto de maturidade. Opinião tão relevante para a vida de Lygia Fagundes que fez a escritora tirar de circulação todas as publicações anteriores a essa. Os livros de contos *Porão e sobrado* (1938), publicado aos 15 anos com ajuda de seu pai, *Praia Viva* (1944), recebido com certo receio pela crítica por escrever textos não propícios às mulheres, e *Cacto Vermelho* (1949), contemplado com o Prêmio Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras, ficaram restritos a bibliotecas particulares e colecionadores de raridades, já que nunca mais foram editados e retirados da sua bibliografia.

O que poderia ser uma vida dedicada aos afazeres domésticos e à sua prole, tornar-se uma senhora do lar, recatada e preocupada apenas com sua exuberante beleza, não foi o caminho escolhido por Lygia. Ela poderia ser um dos exemplos do que falava Virginia Woolf sobre a mulher e literatura no século anterior, sobre romances “escritos por mulheres às quais estava obrigatoriamente vedada a qualquer experiência além da que tinham numa sala de estar de classe média” (WOOLF, 2019, p. 107). A escritora em questão não se limitou a este espaço de vida e de escrita. Sua independência foi conquistada por meio do serviço público, na Procuradoria do Estado de São Paulo, até sua aposentadoria. Em paralelo, o labutar das palavras.

Lygia representa uma mudança significativa na arte do escrever. Contemporânea de Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Hilda Hilst, para citar

algumas das canônicas, traz em suas produções uma mudança comportamental do escrever feito por mulheres:

As mulheres estão alcançando maior independência de opinião. Estão começando a respeitar sua própria percepção de valores. E por isso o tema de seus romances começa a mostrar algumas mudanças. [...] as mulheres começam explorar seu próprio sexo, a escrever sobre mulheres como nunca se escreveu antes [...]. Pela primeira vez esse território obscuro começa ser explorado na literatura; e ao mesmo tempo a romancista também precisa registrar as mudanças na mente e nos hábitos femininos geradas pela possibilidade de ingresso na vida profissional (WOOLF, 2019, p. 111-112).

Esta análise de Virgínia Woolf, realizada com base na produção de escritoras durante a virada dos séculos XIX e XX, antecipa também uma das vertentes da literatura brasileira em virtude dos acontecimentos culturais e políticos pós-Semana de Arte Moderna, em 1922, e a progressão dos conflitos mundiais, em que os avanços das pautas públicas em favor da mulher foram ampliados, como uma maior participação do mercado de trabalho (cabe aqui um parênteses para alertar a presença das classes menos abastadas em plantações e fábricas, no caso das imigrantes, em trabalhos domésticos alheios das suas casas, no caso das mulheres negras), garantia de voto e acesso à educação (mesmo que em uma parcela muito privilegiada da população).

Aqui não ousou criar um juízo de valor sobre toda a extensa obra lygiana, mas vale ressaltar como a autora retratou episódios sensíveis de forma a trazer para discussão pública o que acontecia dentro das quatro paredes. Os temas abordados são retratos fiéis da condição social e psicológica dos brasileiros, com a sutileza de sua intimidade com as letras. Neste singelo jogo de palavras, a autora mostra realmente seu talento em atrair o leitor despretensiosamente para histórias simples, mas com toda sua astúcia, impacta, marca um selo indelével na frente daquele que cruza com sua arte.

Em seus romances, Lygia Fagundes Telles dá destaque a mulheres fortes, sendo suas personagens principais. Em *Ciranda de Pedra* (1954), Virgínia, uma adolescente, narra a história da sua família. Em *Verão no Aquário* (1964), temos a relação conturbada de Raiza e Patricia, os conflitos da relação mãe e filha. Em *As Meninas* (1973), Ana Clara, Lia e Lorena compartilham sua juventude em um período conturbado da história brasileira. Já em *As Horas Nuas* (1989), conhecemos Vera Ambrósio, atriz decadente que lida com suas perdas. Em seus contos, temos uma

infinidade de figuras femininas, de diversas classes sociais, nas mais variadas condições culturais, econômicas e espaciais. A declaração de Sônia Rêgo, jornalista e professora, para *Cadernos de Literatura Brasileira*, do Instituto Moreira Sales, explana este projeto literário para além das formas usuais de fazer literatura:

Lygia realiza na ficção um modo de pensar a realidade. Ela não se deixou contaminar apenas pelas possibilidades poéticas da linguagem, pelos recursos estilísticos ou pelo prazer de contar histórias. Seu discurso tem o comedimento poético de quem sabe que a exigência literária é a de construir uma unidade representativa onde se realizem os elementos éticos e estéticos conjugadamente (REGO, 1993, p. 96).

Seu destaque nacional possibilitou uma projeção para o cenário internacional. O primeiro reconhecimento além-mar veio em plena maturidade, com a publicação de *Antes do baile verde* (1970). Lygia foi reconhecida pelo Grande Prêmio Internacional Feminino para Estrangeiros, em Cannes. No passar dos anos, prêmios e reconhecimentos acumularam-se. No ano de 1985, foi a terceira mulher a ingressar na principal organização literária do país, a Academia Brasileira de Letras. Antes delas, apenas Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiroz estiveram naquele espaço. Imortal na cadeira que tem Gregório de Matos como patrono, a autora paulistana reconheceu, mais uma vez, a importância de participar de um espaço majoritariamente masculino:

Senhores acadêmicos, senhora acadêmica, antes de a Academia Francesa de Letras, que foi nosso modelo, receber Marguerite Yourcenar, esta Academia Brasileira de Letras teve o *beau geste* de abrir suas portas para Rachel de Queiroz. Em seguida, para Dinah. 'Não quero um trono – diria também Rachel de Queiroz. – Quero apenas esta Cadeira.' A mesma paixão que nos une: a paixão da palavra. A mesma luta tecida na solidão e na solidariedade para cumprir o duro ofício nesta sociedade violenta, de pura autodestruição (ABL, 1987).

Urbano Tavares Rodrigues, escritor e jornalista português, em ocasião do Prêmio Camões entregue a Lygia Fagundes Telles, em 2005, fez uma síntese da obra e das características marcantes de sua literatura:

[...] com esses seus dons e talentos de narradora de fôlego, é talvez nas suas novelas e contos que Lygia atinge o virtuosismo, diferente de todos, hábil, lúcida e insólita nas histórias que entretece, na articulação dos atos e palavras com os movimentos interiores do eu, na graça e leveza da sua escrita tão rica de tropismos e pressentimentos, nas piroetas bruscas com que, tal ilusionista, nos faz viajar entre o sonho e a vida acordada, o amor, a melancolia e a morte, o pulsar das grandes cidades, o silêncio e a solidão e

o desvendamento dos desvãos da alma. É assim, desde as suas tão ambíguas e fascinantes Histórias do Desencontro às agudezas psicológicas e às descobertas de Antes do Baile Verde [...] (RODRIGUES, 2009, p. 200).

Cabe aqui voltar à fotografia que serve de abertura para seção do texto. Uma mulher madura, sentada ao lado de outros intelectuais, de elegante colocação, de olhos fechados. Se não tivermos uma leitura paralela do ano e do que a imagem reproduz, podemos considerar uma simples reunião cordial, um compromisso digno de páginas sociais ou registro furtivo de confraternização entre pares.

Lygia Fagundes Telles, como vimos anteriormente, soube viver o cotidiano da classe média, frequentar espaços de privilégio e acesso a diversas pessoas em posição de poder, seja qual esfera ocupassem – política, jurídica, econômica ou sociocultural. – Sua postura não foi um indicativo de uma mulher “bela, recatada, do lar”<sup>11</sup>, como alcunhou um jornal em 2016, descrevendo a figura de mulher objetificada pelo patriarcado ao dirigir-se a Marcela Temer, naquele momento, futura primeira-dama do Brasil, esposa do contraditório presidente Michel Temer.

Mulher casada e descasada, viveu uma segunda união em um país que não existia legislação para tal situação. Simpatizante do Partido Comunista, em um período histórico que este apoio era condenável, atuou como funcionária pública. Ao somar todos estes elementos, constituiu-se uma escritora que não condizia com a figura de uma autora feminina deste recorte temporal. A própria, em entrevista ao tradicional programa *Roda Viva* da TV Cultura (1997), destacou episódio no qual a crítica a considerava fora dos padrões, nos anos 1940:

Até parece que eu estou falando da idade da pedra lascada, não era, era 1940 e poucos e eu lançando meu livrinho de contos *Praia viva* na faculdade. E eu sentia discriminação que esta aqui [*referindo-se a autora Ana Miranda, presente como uma das entrevistadoras do programa de TV*] não sentiu mais, porque esta veio muito depois. Então, essa discriminação fez que quando eu publicasse o livro ficasse felicíssima, porque um cronista escreveu o seguinte: “Esta menina é estranha. Ela escreve feito um homem, feito um homem barbado.” Eu fiquei na maior felicidade. Porque esse era o maior elogio, escrever como um homem, está compreendendo? Porque a mulher, as meninas, as moças que escreviam na época - pois é, até parece que eu estou falando da Idade Média - eram discriminadas. (TELLES, 1997, s/p)

Em depoimento para os *Cadernos de Literatura Brasileira*, confirmou ser uma feminista, mesmo que anos antes tenha rechaçado qualquer envolvimento.

---

<sup>11</sup> Reportagem assinada por Juliana Linhares 18 abr. 2016, 19h14. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Posicionando-se politicamente como uma socialista, Lygia nunca utilizou do seu poder pelas palavras para alçar cargos governamentais. Muito ativa na vida política nacional, foi responsável por um dos maiores movimentos de intelectuais contra a censura exercida durante a Ditadura Militar. Na mesma entrevista ao Roda Viva, contou maiores detalhes deste momento histórico, registrado por Orlando Brito, através da fotografia que introduz este texto:

Então nós fomos, tomamos o avião, fomos para Brasília levar esse manifesto para o ministro Armando Falcão no Palácio da Justiça. Ele não nos recebeu, mas a imprensa estava lá. Ah, foi a glória! Era uma estratégia. Então, a imprensa deu o maior destaque a esse manifesto. Eu me lembro que as primeiras assinaturas, Claudinei, eram do Antonio Candido, Prudente de Moraes Neto, Oscar Niemeyer, Jorge Amado e aí vinha o Sergio Buarque de Holanda, Chico Buarque de Holanda, Tom Jobim, Paulo Emílio Sales Gomes, Décio Almeida Prado. Então, lá fomos nós gloriosos levar o tal Manifesto dos Mil, mil assinaturas contra a censura, foi uma coisa lindíssima (TELLES, 1997, s/p).

Seu engajamento nas lutas do povo, em favor da liberdade no mais amplo sentido da palavra, por meio da sua prosa, foi notado e reconhecido pela crítica especializada, mas principalmente pelos leitores. Leitores como eu, que se dedicam a analisar os traços de brasileiros e brasileiras reais em sua ficção, um retrato de uma nação que viveu e combateu em favor do país. Fala-se de uma escritora que valorizou o amor, a vida, a morte, a velhice e, principalmente, traços de um realismo fantástico marcante da América Latina da segunda metade do século XX, estilística necessária para a ficcionalização que burlasse o controle que a censura exercia nas chamadas diversões públicas e permitisse a veiculação de conteúdos que pudessem documentar o próprio tempo.

Precisamos entender que para além de tudo que é citado e reforçado na fortuna crítica de Lygia Fagundes Telles, existe um projeto contemporâneo à sua produção: dar visibilidade e registrar por meio da sua prosa ficcional como ser autor é também ser personagem do seu tempo. Em outras palavras: a prosa lygiana também esteve a serviço de registrar *frames* de uma sociedade que vivia privada de uma liberdade incondicional, como deve ser a vida. Em um país que buscava isolar-se do mundo para não dar visibilidade aos desmandos governamentais, quase autocrata, exercidos pelos militares, Lygia ganhou o mundo sendo uma dama com as palavras, usando de métodos de vanguarda para literatura brasileira, como fluxo de consciência e o



realismo fantástico, para subjetivamente dar palco aos fatos que não estavam todos os dias estampados nas capas de jornais.

Talvez seja por isso que Hélio Pólvora, em virtude do lançamento da coletânea de contos *Seminário dos Ratos* (1977) lhe tenha ofertado a alcunha “primeira-dama da literatura”. Este termo se transmutou ao passar das décadas e deixou a marca duradoura à Lygia Fagundes Telles como a “Dama da Literatura Brasileira”. Na ocasião de sua morte, em 2022, capas e mais capas de jornais e revistas, do Brasil e do mundo, se despediram dela com este aposto. Anos antes do falecimento, com o lançamento da obra *Os Contos* (2018), uma coletânea final de todos os contos escritos por Lygia Fagundes Telles, o escritor Marcelino Freire, em uma coluna da Folha de São Paulo, discordou dessa titulação de dama justamente pelo conteúdo da sua obra – sempre ligada em dar visibilidade, principalmente, a mulher e outras existências diminuídas pela sociedade. Como o próprio escritor afirma: “Lygia corrói qualquer tradição, família e propriedade. Essa fama de ‘grande dama’ é injusta. É preconceituosa. Sua linguagem se desdobra em muitas. E segue fundo”. (FREIRE, 2018, s/p).

Seja ou não a encarnação perfeita do que se idealiza como dama, é inegável reconhecer que tanto a autora quanto sua obra atingiram espaços privilegiados na produção cultural dos anos de chumbo. Se nos apropriarmos do conceito de (ex)tensão, um trabalho da renomada professora e crítica literária Angélica Soares, notamos que temas relevantes para um período ditatorial, antes de sem encampados no romance *As Meninas*, já estavam presentes nos contos lygianos. Em sua produção, constatamos em alguns de seus contos os conflitos familiares, psicológicos, sociais com pessoas das mais diferentes construções – econômicas, políticas, socioculturais – que reaparecem, de maneira implícita ou explícita, no romance aqui analisado.

As tensões entre a escrita de contos e do romance, objeto deste estudo, demonstram como vivem em um constante “movimento do que se lança para fora, projetando-se de uma forma literária para outra e mantendo com o ponto de lançamento uma constante tensão” (SOARES, 2012, p. 11). Por este olhar, a peculiaridade fica pelo objeto – ao invés de relacionar poesia e prosa, podemos apontar a partir dos contos esta construção da romancista em *As Meninas*.

O romance apresenta a história de três jovens universitárias, em 1969<sup>12</sup>, residentes do Pensionato Nossa Senhora de Fátima, regido por Madre Alix. Ana Clara, Lorena e Lia vivem momentos distintos em sua formação educacional e, principalmente, psicológica. Numa estratégia de sobreviver a um governo autoritário e cerceador, encontram-se fechadas em seus espaços como uma proteção para não sucumbir. Neste sentido da restrição de liberdade, enclausuramento como sentido de manifestação autoritária, de violência, conseguimos relacionar o romance com os contos da coletânea *Antes do baile verde*, publicada em 1970.

No conto *Natal na barca*, a mulher que foge de sua família no dia de Natal encontra-se em uma “embarcação desconfortável, tosca” (TELLES, 2018, p. 96), em meio a um rio verde e presa na história de outra mulher e seu filho. Em um ambiente que beira o insalubre, a personagem principal fica refém de uma indagação: aquela criança está viva ou morta? E aquela mãe, ainda agarrada às suas memórias tristes, pode-se considerar livre de todo sentimento, produto do abandono marital e a morte do seu filho mais velho?

Em *Venha ver o pôr do sol*, Ricardo é perverso. Vendo a rejeição de Raquel e seu novo relacionamento, escolhe um local ermo para encontrar-se com ela e a sentencia à morte, enjaulada em um mausoléu. Raquel mostra-se indisposta às investidas do antigo amante. Comparecer àquele encontro passou a ser um momento em que se questionou sobre o novo relacionamento. Por ciúme, seu ex-namorado elabora uma emboscada que transforma seu ser amado numa presa fácil naquele cemitério abandonado. Ambos estavam fadados a viver aquele relacionamento pela eternidade – ele, pelo que fez; ela, pelo que não pôde fazer.

Em *Helga*, Paulo compartilha o seu fracasso como ser humano. Sua ganância perpetrou dor e sofrimento à mulher que amava. Durante a Segunda Guerra, na Alemanha nazista, o brasileiro furtou a prótese que fazia sua esposa independente. O resultado de tal maldade: a perpétua lembrança do fato, corroendo as memórias do oportunista. O sucesso adquirido com a venda da perna mecânica de sua amada alemã não suplantou uma tranquilidade ao ladrão. Podendo relacionar com o período

---

<sup>12</sup> O romance não aborda necessariamente a data/ano do desenrolar o enredo. Ilações são possíveis com a menção do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, mantido em cativeiro por três dias, pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), em setembro de 1969.

autoritário, o Estado suplanta em todos, as feridas que cicatrizam mal, deixando uma marca indelével no indivíduo.

A relevância de nos restringirmos a este recorte cabe pela publicação em período de forte repressão a qualquer manifestação contrária ao Regime Militar ou que fizesse menção de divulgar suas ações nefastas. Mesmo lançados a posteriormente ao romance, podemos destacar as imagens (ex)tensionadas de dois contos lançados em 1977, na coletânea *Seminário dos Ratos*. Marcado pela crítica da época como um belo exemplar de contos ligados ao realismo fantástico, em sua primeira leitura, mas com atenção identifica-se com todo contexto de autoritarismo e desmandos que cercam sua contemporaneidade.

A começar pelo primeiro conto da coletânea, que dá nome à publicação. Em *Seminário dos Ratos*, vemos o esforço para realizar uma reunião em um hotel afastado, onde os ratos demonstram sua resistência e estratégias para suplantar suas exigências de poder frente àqueles homens poderosos ali reunidos. Um belo exemplo de como as massas podem rebelar-se e conquistar.

Em *As formigas*, duas primas chegam a um espaço amedrontador à primeira vista. Suas impressões são confirmadas com as atividades fantásticas, numa invasão de formigas e sua interação com o esqueleto de anão deixado lá, por um universitário que residia anteriormente na mesma pensão. Naquele sótão empoeirado ocorrem o claustro e a agonia das estudantes – como, tão próximas às ciências, poderiam explicar a relação esquisita da ossada com aqueles insetos que surgiam e sumiam do inalcançável.

Ao delimitarmos nossa análise quanto às personagens, precisamos compreender os conceitos de Michael Foucault (1987) sobre o corpo humano “como objeto e alvo de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 163). Nos contos, de maneiras distintas, as personagens principais vivem como reféns de suas amarras: a fuga em uma barca na noite de Natal, presa em uma luta vital-mortal por sobrevivência, crueldade em contexto de guerra, rebeliões contra o poder, envolvidas em um mistério *post-mortem*. Tudo isso em suas rotinas e particularidades. Já no romance, isso é potencializado pelo tempo-espaço em que a narrativa ocorre: o período conturbado da Ditadura Militar no Brasil. O claustro ganha uma dimensão maior, é nacionalizado e politizado por um governo autoritário que perseguia seus opositores. Assim estabelece-se a relação histórica em que o “(...) corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito

apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 163).

Ao pensar o romance *As Meninas* como (ex)ensão de seus contos, destacamos a familiaridade das tensões humanas, no que se refere à sua condição de liberdade, ou melhor dizendo, quando sua liberdade é cerceada ou concedida a partir de elementos da construção narrativa das obras supracitadas. A história de Lorena, Lia e Ana Clara, moradoras do Pensionato Nossa Senhora de Fátima, durante a Ditadura Militar Brasileira, na década de 1960, reconhece na sua criação, estratégias para que essas meninas garantam sua liberdade por meio do espaço restrito. Entre quatro paredes, essas personagens asseguram a exposição de suas ideias, envolvendo-se em temas polêmicos como prostituição, pedofilia, drogas, militância política, tortura, homoafetividade, sexo livre. Cristovão Tezza destaca o marco desta obra para a história literária e política do Brasil: “As Meninas é um romance que vai aparecer no momento seguinte [à edição do AI-5, em dezembro de 1968], já sob o silêncio sinistro dos anos 1970, e em todos os aspectos sinaliza uma mudança bastante significativa de direção literária” (TEZZA, 2009, p. 288).

A autora abre as cortinas da vida cotidiana de três jovens mulheres de classes e comportamentos distintos e peculiares. O que as une? A esperança na vida acadêmica e o pensionato no qual residem na cidade de São Paulo. Sob a tutela de Madre Alix, Lorena, Lia e Ana Clara descortinam para o leitor suas personalidades, desejos e percalços naquele ano nebuloso. Hélio Pólvora, em sua avaliação da obra, declara:

Neste belo e pulgente romance dos maiores de literatura brasileira, Lygia Fagundes Telles ensina mais uma vez que a ficção se faz com gente. Gente é o material da ficção [...] *As Meninas* retrata mulheres com problemas típicos de sua condição, e, no entanto, inscreve-se na literatura geral, [...] na literatura viril empenhada em dissecar temas atuais (PÓLVORA, 2009 apud TELLES, 2009).

Todos esses fatores apresentados, em um ambiente de repressão, combatem a liberdade de expressão em diversas formas de manifestação – pessoal, escrita em prosa e verso, em seguimentos intelectuais, marcando nossa cultura pelo medo, pela angústia, pela frustração. Lygia agiu, em sua “literatura do sufoco”, (DIMAS, 2009, p. 200) conforme a população devia portar-se: singela, sem alardes, fazendo metáfora com aquilo que queria gritar. Seus personagens, como afirmam ser a representação

do “clima saturado de certas famílias paulistas” (BOSI, 2017, p. 448) se transportam às fronteiras das cercanias da cidade dos jesuítas e encontram ponto de ancoragem em cada brasileiro, residente ou emigrado, nativo ou descendente, que precisa vencer as barreiras da repressão, da censura, da coação.

O trabalho da autora paulistana dá a dimensão de que “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação” (FIGUEIREDO, 2017, p. 43), e mais: “só o dispositivo literário e sua potência conseguem retratar o *nefas*, os gestos nefandos que a lei da anistia procurou apagar, e provocar nossa compaixão (FINAZZI-AGRÓ, 2014 *apud* FIGUEIREDO, 2017, p.44).

Mesmo com olhos vorazes, os fiscais do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) do Ministério da Justiça do Brasil não conseguiram compreender a escrita de Lygia Fagundes Telles no referido romance. Estava além do seu alcance entender o manifesto em favor das pessoas oprimidas. A primeira com coragem e determinação de transcrever em uma obra literária os horrores dos porões dos anos de chumbo; a trazer espaços de enclausuramento como palcos de liberdade de expressão, de luta, de resistência. Dar vida a corpos livres, mesmo dentro das amarras que os cercam. Como no próprio livro, “Aí está onde queria chegar: milhares de coisas estão subentendidas. Nas entrelinhas” (TELLES, 2009, p.71).

A onda fascista que contaminou a classe média, o empresariado, movimentos religiosos, o clero durante a Ditadura Militar, aplicou o terror de uma vida controlada pela máxima do bem coletivo em favor de uma religiosidade, de um censo nacional e da constituição familiar condicionada à moralidade judaico-cristã. Segundo as próprias palavras do idealizador desta doutrina social, “o fascismo defende a liberdade, a única liberdade válida”, excluindo todas as outras fora dos limites instituídos. Em uma sociedade comandada por exclusão, Lygia Fagundes Telles não se distanciou da sua responsabilidade. Mobilizadora, seja pelo seu comprometimento político, ou sua produção literária – se é que podemos dissociar estas duas personas –, fez de sua escrita não um material panfletário, mas um diagnóstico exímio daquilo que ela vivenciava naquele instante.

## 2 “A INCOMPETÊNCIA DA AMÉRICA CATÓLICA” E A TIRANIA DO REGIME MILITAR

Não é mais possível essa festa de medalhas, este feliz aparato de glórias, esta esperança dourada dos planaltos. Não é mais possível esta marcha de bandeiras com guerra e Cristo nesta mesma posição. Ah, sim, não é possível a ingenuidade da fé, a impotência da fé  
*ROCHA, Glauber. Terra em Transe, 1967*

### 2.1 A polarização entre os prelados: a ação da Igreja em favor em períodos sombrios

Indiscutivelmente, a história brasileira caminha de braços dados com a autocracia instituída pela Igreja Católica nas relações com a Coroa Portuguesa. Os religiosos colaboraram para que costumes, vestimentas, alimentação, língua e credo dos povos originários fossem deturpados e encaminhados para a padronização civilizatória promovida pelos europeus que aqui aportaram.

A chegada dos portugueses em solo brasileiro coincide com o período da Inquisição. Efetivado em 1536, o Tribunal do Santo Ofício perseguia todos os praticantes de atos pagãos ou de outras denominações religiosas, que ia desde práticas consideradas demoníacas até dos cristãos novos, judeus convertidos ao catolicismo. O Brasil passou ser uma possibilidade para aqueles que buscaram fugir dos tribunais inquisitórios. Mesmo finalizada as atividades inquisitórias, quase 300 anos depois do seu início, as relações entre Estado e Igreja mantiveram-se. Em nossa primeira Constituição, datada de 25 de março de 1824, promulgada pelo Imperador Pedro I, em seu artigo V, declara: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.” (BRASIL, 1824).

A separação entre as duas entidades só ocorrerá com o nascimento da República. No artigo 72 da Carta Magna assinada e promulgada em 1891, que

destaca a importância de garantir as liberdades dos cidadãos, o parágrafo sétimo deixa claro: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependencia ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados. A representação diplomática do Brasil junto à Santa Sé não implica violação deste principio” (BRASIL, 1891). Quase 400 anos após a chegada da Igreja em *Terrae ou Terra Brasilis*, o Catolicismo seguia como régua da prática religiosa, mesmo na determinação de liberdades e da autonomia entre Igreja e Estado. Séculos de atuação, não apenas no trabalho de evangelização e prática religiosa, influenciaram na cultura e nos costumes. Em uma nação construída por desigualdades, muitas delas foram intensificadas com a promoção ou anuência da Igreja. Segundo o advogado e jornalista Marcio Moreira Alves:

Pode dividir-se a história da Igreja no Brasil em cinco períodos: a implantação sob a égide do patronato real; a decadência do patronato e o esboroamento da organização eclesiástica ao longo dos séculos XVIII e XIX; os esforços dos bispos ultramontanos para restabelecer, ao longo dos últimos trinta anos do século XIX, o predomínio de Roma sobre a Igreja local; a reimplantação da Igreja sob a autoridade incontestável do Vaticano a partir da separação Igreja-Estado, estabelecida pela Constituição Republicana de 1891, mas só possível graças à ajuda do poder político; finalmente, a etapa que se delineia no princípio dos anos sessenta, a de uma independência relativa da Igreja em face do Estado, fruto do reforço da sua organização durante o período precedente e impulsionada por uma organização de coordenação, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), fundada em 1953. Um sexto período, ainda não perfeitamente definido e que se poderia chamar de prospectivo, começa com os anos setenta e baseia-se em uma nova forma organizacional, as “comunidades eclesiais de base”. É o período de reinvenção das raízes populares e libertárias da Igreja, raízes abandonadas ao tempo de Constantino (ALVES, 1979, p. 18).

O objetivo deste trabalho não é criar uma historiografia política da Igreja, muito menos detalhar os pormenores. A importância deste prelúdio deve-se à necessidade de apresentar um contexto em que a Igreja Católica esteve presente, com ou sem relações legais com o poder vigente. Desde a formação do Estado Brasileiro, em suas diversas manifestações, a atuação dos católicos não se limitou apenas aos atos religiosos. Como instituição, colaborou com as políticas higienistas no genocídio indígena, abusou e lucrou com o tráfico humano realizado, principalmente com os negros provenientes da África, colaborou com o preconceito e alijamento de outras práticas religiosas e muito ajudou na elaboração dos conceitos morais que culminaram em uma pauta de costumes conservadora, sexista e excludente.

Precisamos também deixar registrado que dentro de suas portas existiu e ainda existe muita resistência quanto às práticas eclesiais autoritárias, principalmente no que se refere à relação de sacerdotes e religiosos na promoção social.

Conforme abordamos no primeiro capítulo dessa dissertação, o fascismo utilizou como estratégia de propaganda e adesão ao projeto de poder, o fundamento moralizador para disciplinaridade dos corpos. Bradar suas atitudes em favor de uma divindade, uma ideia de nação e, sobretudo, sobre um conceito deturpado de família, quis desvincular estas três instituições da sociedade vigente e despertar, dentro de um regime autoritário, um sentimento de pureza e luta por ideais valorosos e justos.

Mussolini, ao suscitar a seus apoiadores que uma vida “conforme a concebe o fascista, é séria, austera e religiosa” (MUSSOLINI, 2019, p. 15), abre um precedente para a Igreja – por ser uma exímia zeladora dos atos que “agradam a Deus” – passar a desempenhar a função de aparelho ideológico do Estado, conferindo-lhe um caráter regulatório do comportamento humano. Com um plano de elencar um adversário poderoso nesta trincheira de discursos, o Comunismo tornou-se o alvo perfeito das acusações e um grande vilão em comum. A ideologia seria a responsável pelo declínio moral, um ataque às famílias e uma forma de levar caos às nações. Vivendo sob a possibilidade de expansão do bloco comunista/socialista durante a Guerra Fria, o terror voltou a pairar sobre a mente dos brasileiros e abriu caminho para novas instabilidades políticas, econômicas e culturais.

Para esta análise conjuntural, trabalharemos acerca da atividade da Igreja Católica, seus prelados e adeptos para contextualizar sobre os fatores que construíram mais um período de pleno autoritarismo no Brasil. A tomada do poder pelos militares no Golpe de 31 de março de 1964 teve a anuência da extrema-direita católica, envolvimento de clérigos e suporte institucional, confirmando a existência das relações próximas entre Estado e Igreja, conforme atesta Marcio Moreira Alves:

A ação da extrema-direita tem ainda duas outras vantagens para a política de sapa que os militares favorecem no interior da Igreja: a de fornecer-lhes **militantes civis capazes de justificar os seus objetivos com argumentos teológicos** e a de **trazer para a rua as divisões no seio de uma instituição** que passou a lhes ser freqüentemente hostil. Dividir para vencer é uma tática militar velha como a guerra. No caso concreto, permite aos generais dizerem-se filiados “à Igreja de D. Sigaud”, bispo integrista, e não à de D. Hélder (ALVES, 1979, p. 222 – grifo meu).



A cisma apontada por Alves, advogado e cientista político, autor de diversos trabalhos tendo como referência o período dos Anos de Chumbo<sup>13</sup>, na citação acima demonstra a condição da sociedade brasileira e como comportou-se o clero brasileiro. De um lado, uma ala conservadora, querendo a manutenção da hegemonia e do privilégio, que consolidava o discurso moralista do ideal fascista. De outro, padres e bispos que resistiram ao canto da sereia dos militares em favor do seu rebanho, preocupados com a justiça social, conceito atrelado ao marxismo e condenável por conservadores e liberais.

Desde a promulgação da primeira Constituição da República, os enlances entre o Governo e a Igreja se apartaram, ganhando a instituição religiosa uma autonomia e até mesmo certo ostracismo com a chegada e a consolidação de outras práticas de fé. Garantir a liberdade de profissão de fé abre precedente para escolha e, conseqüentemente, uma maior dispersão entre diversos credos.

A reaproximação e o retorno de relevância da Igreja Católica na sociedade se dão no contexto ditatorial de Getúlio Vargas. Para as ambições do caudilho, quanto maior abrangência e aceitação da população, melhor seria para consolidar sua posição de Chefe de Estado. Sua esposa e ele, devotos de Nossa Senhora Aparecida, costuraram uma aproximação com bispos e a Santa Sé, concedendo os privilégios como a primazia da educação básica ser explorada pelos clérigos. A medida, além de revitalizar o trabalho missionário, colocou a Igreja em contato mais próximo com a burguesia republicana, tomadores de decisões no Brasil do século XX:

Nos dezesseis anos de governo Vargas, a Igreja Católica conquistou influência social e política como nunca antes. Nesta fase, também denominada de neocristandade, a Igreja reintegrou-se organicamente ao Estado e a partir das estruturas políticas definiu novas estratégias de expansão do catolicismo de modo a ocupar virtualmente todos os espaços sociais e estabelecer vínculos com diferentes segmentos da sociedade brasileira pertencentes aos grupos e classes sociais mais abastadas. Em contrapartida, a aliança entre a Igreja e o Estado converteu a organização eclesiástica numa importante instituição de controle social: a Igreja empregou o simbolismo, a ética e a moral cristã em defesa da ordem política e social

---

<sup>13</sup> **Anos de Chumbo** denomina o período de maior repressão da Ditadura Militar Brasileira, desde a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968 até a Lei da Anistia (Lei 6683/1979), em agosto de 1979, que conferiu aos que “no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (BRASIL, 1979) fossem anistiados de suas acusações e processos suspensos/extintos.

vigentes em consonância com os interesses das elites políticas e das classes dominantes (CANCIAN, 2011, p. 24).

Em toda instabilidade que existia na parca democracia brasileira nos anos 1960 — vale lembrar que, desde o fim do Estado Novo, o Brasil teve vinte anos de democracia até os eventos que levaram ao modelo ditatorial instaurado em março de 1964 —, o motivo religioso também foi um dos elementos preponderantes para a aceitação pública de uma revolta contra o presidente João Goulart. Mesmo sem participação direta na organização ou convocação por parte da Igreja, a sociedade civil, ou melhor, a classe média da nação, mobilizou-se a partir de uma preocupação de cunho religioso para reunir um grande número de pessoas e, sobretudo, dar ânimo frente uma preocupação quanto ao possível abalo da sua situação de privilégios, como mencionam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi preparada pelo Ipes através da União Cívica Feminina, um dos muitos grupos de mulheres organizados pelo instituto em todo o país para fazer pressão política. Reuniu em torno de 500 mil pessoas, e tinha dois propósitos: servir como resposta ao comício da Central do Brasil e lançar um eloquente apelo da sociedade à intervenção das Forças Armadas. Por conta da excessiva autoconfiança, nem Goulart nem a coalizão das esquerdas ligaram para o fato de meio milhão de pessoas saírem às ruas, na cidade mais importante do país, para protestar — “Isso não é povo”, desdenharam. Estavam enganados. A marcha que parou São Paulo era a comprovação de que se consolidara uma frente de oposição ao governo, com capacidade de mobilização e composição social heterogênea. Na origem dessa frente, em primeiro lugar estava a compartilhada aversão de setores da sociedade ao protagonismo crescente dos trabalhadores urbanos e rurais. Em segundo, o dinheiro curto e o futuro incerto acenderam o ativismo das classes médias urbanas, cientes de que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições naquela sociedade brutalmente desigual. E tudo isso junto ajuda a entender a intensidade e a extensão do movimento. Entre 19 de março e 8 de junho de 1964, uma multidão marchou com Deus contra João Goulart — ou, após 31 de março, para comemorar a vitória do golpe que depôs seu governo — em pelo menos cinquenta cidades do país, incluindo capitais e cidades de pequeno ou médio porte (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 444-445).

Com as manchetes: “São Paulo parou ontem para defender o Regime”, da *Folha de São Paulo*, “A mulher brasileira está nas trincheiras”, de *O Globo* e “Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime” do *Jornal do Brasil*, a caminhada de apoiadores do Golpe estampou a capa dos principais jornais de circulação local e nacional. Uma peculiaridade: os jornais citados traziam também em destaque de capa notícias referentes ao combate ao comunismo ou fatos nitidamente ligados à crítica a este conceito político. Conforme afirmado na citação anterior, um grupo de mulheres,

patrocinadas por um instituto criado por militares de alta patente e por empresários, foi um braço importante de articulação social da propaganda anticomunista. Ficou para a figura histórica da mulher, como defensora da unidade do lar, o ser religioso, a responsável pela conduta moral e educativa de crianças, a missão de defender o país de um regime que promovia o ateísmo, a diminuição de privilégios e uma ameaça ao modo conservador e liberal de conduzir as questões políticas, econômicas e culturais.

Formalmente, a Igreja Católica pronunciou-se apenas após o golpe consumado. Mesmo vendo “o comunismo com um ‘materialismo ateu’ que ameaçava a doutrina católica” (GOMES, 2014, p. 42), precisou da confirmação da tomada dos ganglios para posicionar seu acordo. Esta conclusão deu andamento a uma posição de parte do episcopado de apoio à deposição de João Goulart. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil<sup>14</sup>, autarquia da Igreja Católica, uma espécie de ligação da Sé Romana com o país latino-americano, mas ainda sem relevância hierárquica para o clero no Brasil, emitiu comunicado de apoio, mesmo com discordância por parte do clero e grupos religiosos:

Atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação (CNBB, 1977 *apud* GOMES, 2014, p. 43).

A impressão de unidade institucional que este comunicado desejava não representava o real cenário entre as dioceses e igrejas particulares, com aceitação cega e irrestrita a organização que, tempos depois, buscou a unidade dos segmentos da Igreja no Brasil. Dom Hélder Camara, então arcebispo de Olinda-Recife, declarou-se opositor ao regime, acompanhado por diversos prelados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. O Núncio Apostólico, representante do Vaticano no Brasil, Armando Lombardi, criticou a postura da Igreja em apoiar as decisões políticas, principalmente com a manutenção de uma medida que seria temporária.

---

<sup>14</sup> “A **Conferência Nacional do Bispo dos Brasil (CNBB)** é uma organização episcopal sem precedentes do Direito Canônico e uma inovação do catolicismo brasileiro, idealizada para ser uma instância intermediária entre a Igreja local (diocese) e a Igreja Universal (Vaticano)” (CANCIAN, 2011, p. 41-42). Em sua primeira formação, era composta por um grupo de sete bispos progressistas.

O ano de 1964 também foi decisivo para a CNBB: uma ala mais conservadora chegou ao comando da entidade, garantindo, por parte da Igreja, uma validação da ação militar em tomar o poder federal. Esta mudança de perfil da direção freou os avanços da busca por justiça social, iniciado na origem da conferência, onde uniu cardeais e bispos do Nordeste, considerados progressistas na ação pastoral em favor dos menos favorecidos. Relegados a segundo plano na nova gestão, a CNBB passou por uma burocratização interna em detrimento dos avanços sociais. O engajamento à ditadura, ou a sua indiferença, duraria pouco tempo. Logo menos, sentiria nas batinas as duras medidas de controle de um regime autoritário e cerceador de liberdades.

As alternâncias no comando da CNBB nos anos 1960 encaminharam para uma administração mais conservadora. Tanto que o posicionamento em favor da ação dos militares na tomada do poder veio como um alívio na luta contra a ameaça comunista. Este posicionamento de apoio não durou muito. Mesmo que negassem as atrocidades que os órgãos de repressão cometiam contra os seus adversários, a violência chegou às portas das igrejas.

Os anos 1960 foram agitados para a Igreja Católica. Em 1961, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II<sup>15</sup>, iniciado no ano seguinte. Membros ordenados, dos mais diversos graus, estiveram reunidos nos três anos seguintes para discutir as relações da instituição religiosa com o mundo moderno. O último encontro episcopal desta magnitude tinha acontecido no século anterior. O turbilhão da primeira metade do século XX no mundo, com as grandes guerras e crescimento urbano estremeceram as estruturas sociais e pressionava uma ação eclesial para conter avanços de ideologias que arrebatavam cada vez mais adeptos do catolicismo. Vossa Santidade da época declarou que: "uma grande experiência espiritual que reconstituiria a Igreja Católica como um movimento evangélico dinâmico [...]; renovar o Catolicismo como estilo de vida inevitável e vital" (WEIGEL, 2002, p. 45-46).

O "Papa Bom", assim nomeado pela sua bondade, simpatia, sorriso, jovialidade e simplicidade, não viu o grande projeto do seu papado concluído. Após a sua morte, em 1963, seu sucessor, Papa Paulo VI, conduziu os trabalhos até sua conclusão, dois anos depois. Tal concílio rendeu mudanças drásticas no serviço pastoral, nos ritos litúrgicos, concedeu mais espaço para leigos e, principalmente, ressaltou a

---

<sup>15</sup> **Concílio Vaticano II** foi o vigésimo primeiro concílio realizado pela Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII, em 25 de dezembro de 1961, pela bula papal *Humanae salutis* e encerrado quatro anos depois, em 8 de dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI.

necessidade de esforços do clero na busca pela justiça social, priorizando projetos que levassem os religiosos mais próximos aos fiéis. Os efeitos de tal discussão causaram uma nova visão de participação dos sacerdotes na sociedade, elevando ainda mais o grau de intervenção social da prática religiosa. Assim:

[...] a ideologia eclesiástica que serviu para legitimar o engajamento do clero em atividades de promoção de justiça social engendrou um acentuado ativismo sociopolítico. Esta ideologia foi sustentada pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, que se cristalizaram na constituição pastoral *Gaudium et Spes* e na encíclica mais influente do Papa Paulo VI, a *Populorum Progressio*. Ambos os documentos doutrinários propugnavam a intervenção da Igreja na sociedade como forma de transformar as condições sociais e acabar com todas as formas de injustiças (CANCIAN, 2011, p. 48).

Três anos após a conclusão do evento maior da Igreja em Roma, foi a vez da América Latina convocar suas batinas roxas e vermelhas na realização do II Conselho Episcopal Latino-Americano<sup>16</sup>, na cidade de Medellín. Com o objetivo de traduzir as determinações do Vaticano II para o continente, bispos e cardeais das centenas de dioceses presentes reuniram-se para discutir a abertura da Igreja local às necessidades dos pobres, oprimidos, desfavorecidos. Alberto da Silva Moreira, doutor em Teologia e Ciência da Religião, declara que: “os europeus fizeram o Concílio e os latino-americanos o puseram em prática” (MOREIRA, 2016, p. 209).

Neste contexto, nasce em nosso continente uma nova forma de aplicar as ações teológicas de fé, esperança e caridade. Reunindo a práxis de entendimento das mazelas do povo, a Teologia da Libertação ganha corpo e atinge diretamente as atividades pastorais da Igreja Católica, “colocando-se com uma voz destoante a disposição da população vulnerabilizada, tornando-se num espaço de voz (ou muitas vezes de refúgio), e incidira decisivamente no surgimento de múltiplos movimentos sociais” (GUERREIRO; ALVES, 2021, s/p).

Se voltarmos na história da ação da Igreja, o trabalho iniciado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme nos anos 1920, com a criação da Ação Católica<sup>17</sup>, pavimentou

<sup>16</sup> **O Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho** é um organismo da Igreja Católica fundado em 1955 pelo Papa Pio XII a pedido dos bispos da América Latina e do Caribe. As Conferências Gerais ocorreram no Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingos (1992) e Aparecida (2007). Estes encontros ocorrem apenas com aprovação papal, com caráter pastoral, com olhar atento as necessidades locais.

<sup>17</sup> “**A Ação Católica Brasileira** foi criada na década de 20 por Dom Sebastião Leme, estimulado pelo próprio Papa Pio XI. Durante suas primeiras décadas, a ACB assemelhava-se aos movimentos europeus em termos de dependência da hierarquia. Entre 1946 e 1950, houve uma reorganização da ACB. Contrastando com os movimentos da Ação Católica em países europeus, que eram movimentos

o trabalho e surgimento de grupos sociais entre estudantes, operários, camponeses em enraizar as práticas religiosas alinhadas às necessidades sociais que os políticos não conseguiam alcançar ou suprir. Quarenta anos depois, além da consolidação da Ação Operária Católica (ACO), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC) e surgimento e intensificação das atividades das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Teologia da Libertação encontra uma nova configuração social: avanço industrial, a maior parte da população localizada em centros urbanos, o êxodo rural, a ampliação das periferias e da pobreza. Neste contexto, abre-se espaço para debates sobre os novos atores sociais e debater oportunidades para os subalternizados e excluídos da coletividade:

No entanto, à medida que sentiu a necessidade de expandir a sua influência além dos limites da classe dominante e, sobretudo, a partir do momento em que determinadas decisões destas classes entraram em choque com alguns dos seus valores institucionais básicos, como a defesa dos direitos humanos mais elementares, passou a ter uma ação dupla, geradora de contradições e atritos. Por um lado, continuava o diálogo com o poder real e influía na correlação de forças que determinava o seu exercício; por outro, a ele virava as costas, dirigindo-se diretamente ao povo, dando ao debate político uma publicidade maior que a desejada pelos círculos decisórios e neles procurando introduzir reivindicações e atores rejeitados pela maioria destes círculos, como os índios e os camponeses. Esta dualidade de comportamento acabou por reduzir a sua influência nas classes dominantes, provocando, inclusive, cisões entre os católicos (ALVES, 1979, p. 222).

Apresentados estes fatos, podemos retornar à epígrafe deste capítulo. No filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, logo nas primeiras cenas, reproduzimos uma declaração de Paulo Martins, encenado por Jardel Filho, perseguido pelas forças de repressão de Eldorado, país fictício onde se desenrolam os principais fatos da película, de 1967. Lançado já no período da Ditadura Militar brasileira, o filme representa a luta pelo poder, uma metáfora entre o que acontecia entre as forças de direita e esquerda no Brasil daquela década. Reparamos na fala da personagem sua indignação sobre os adereços posicionados no contexto social que mascara as pústulas provenientes do autoritarismo, o que podemos considerar um exemplo da “ingenuidade da fé”, por ele bradado ao guiar aquele carro, criando paralelos a postura da Igreja Católica quanto a ditadura vigente. Se em 1964 houve apoio institucional pós

---

interclassistas organizados de acordo com o sexo e a idade, a ACB se reorganizou segundo o modelo francês, seguindo principalmente as profissões” (BARBOSA, 2007, p. 48).

promulgação do Ato Institucional nº 1, nos anos seguintes, constatando a permanência dos militares no poder, o golpe efetuado para garantir as liberdades da nação e assegurar uma transição para retomada dos princípios democráticos ameaçados por uma força vermelha nunca verificada de fato, perpetuou-se além do esperado, causando incômodo.

Assim, percebida a “impotência da fé”, o campo progressista entre os religiosos começou a oferecer resistência aos desmandos infundados do governo. A CNBB posicionou-se seguidamente contra a permanência dos militares no comando do país e contra o não cumprimento das premissas abordadas por eles para arrancar a faixa presidencial de João Goulart e transferi-la para os ombros de Humberto Castelo Branco. Com avanço do tempo, mesmo suportado pelo milagre econômico, o regime não daria conta das pressões internas e externas sobre sua legitimidade. Dentro da estratégia de manutenção de poder, com a criação do Serviço Nacional de Informação, pelo General Golbery do Couto e Silva, e a coordenação com as Forças Armadas (CIE, CENIMAR, CISA), polícias civis e militares (DOI-CODI) e grupos paramilitares (OBAN, CCC), formou-se uma rede complexa, mas, azeitada de repressão, em que “a coleta de informações, interrogatórios e operações de combate” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 460) contra ameaças internas, os chamados terroristas, utilizavam-se de tortura, sequestro, desaparecimento e ameaças familiares como instrumentos para obter controle sobre rebeldes e opositores.

Importante salientar que “a tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 461) e sim uma política pública com anuência de todos que permaneceram em silêncio frente às atrocidades cometidas. Com todo o trabalho de base realizado pela Igreja Católica, tanto no ponto de vista educacional quanto nas ações pastorais com os mais variados setores da sociedade, formava-se uma ameaça aos planos da Ditadura sobre o controle e a disciplina dos corpos. As perseguições e ataques a religiosos e leigos alcançaram aqueles que conduziam trabalhos com operários, camponeses, indígenas, estudantes, vistos como rebeldes pela repressão. Prédios foram depredados e vandalizados, campanhas de censura e difamação direcionadas a lideranças proeminentes do catolicismo brasileiro, até que as ameaças de morte ganharam materialidade: em 1966, o padre Henrique Pereira Neto, assistente do Arcebispo Dom Helder Camara, foi assassinado pelo Comando de Caça aos Comunistas. Anos mais tarde, Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, Dom

Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB, foram presos temporariamente, e Dom Adriano Hipólito, então bispo de Nova Iguaçu, foi sequestrado, espancado e abandonado em uma estrada, nu, pintado de vermelho. Ali, deu-se um basta no pacifismo entre Igreja e Estado e ambos se colocaram como opostos neste cabo de guerra. Os incidentes acabaram por:

[...] criar uma súbita unidade na Igreja brasileira no que se refere às denúncias contra a repressão. Ao que tudo indica, o protesto dos cardeais não surtira grandes efeitos. Os religiosos começaram a desconfiar da possibilidade de entendimento com os militares, que pareciam não mais respeitá-los. A partir disso, as relações entre as duas instituições estiveram à beira de uma ruptura (GOMES, 2014, p. 55).

Importante salientar que, mesmo com uma unidade da Igreja, muitos cardeais que apoiaram o Golpe permaneceram em uma posição de não enfrentamento aos militares. Em contraponto, figuras de destaque entre os prelados criaram iniciativas para defesa dos direitos humanos e estratégias de burlar a censura imposta a qualquer discussão que trouxesse foco às atrocidades cometidas. Em São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns criou a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, grupo majoritariamente de leigos que prestava assistência jurídica a presos políticos; em São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga defendeu indígenas do massacre cometido por ruralistas e lutou pelos direitos dos posseiros de terra, além de professar os benefícios da Teologia da Libertação e simpatia ao marxismo; em Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, após sua passagem pelo Rio de Janeiro como um dos idealizadores e fundadores da CNBB, realizou um trabalho de relações públicas no exterior, denunciando os casos de tortura na Europa e nos Estados Unidos; Dom Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, vindo de um projeto educacional por meio radiofônico que inspirou o surgimento das MEB, trouxe para o Sudeste o caráter reformista da igreja no Nordeste. Citamos apenas estes quatro por conta das localizações estratégicas na geografia brasileira. Contudo, vale lembrar que outros tantos bispos e cardeais empenharam pela defesa dos direitos humanos neste período sombrio da história nacional.

Os militares até tentaram sustentar relações com os religiosos, por um período. A influência das ações católicas frente às massas, devido ao alcance e à organização, causou apreensão como uma possível ameaça aos planos autoritários dos generais. Com todos os esforços para retomar sua relevância social no Brasil, a Igreja Católica



atingiu uma expansão e enraizamento em todo o território, tanto nos grandes centros quanto nos longínquos recantos. A preocupação dos ocupantes do poder era que tinham em sua oposição a “maior e mais bem articulada organização da sociedade brasileira [...] quinhentas organizações eclesiais diferenciadas” (CANCIAN, 2011, p. 53). Uma máquina que soube rearticular-se e readquirir seu poder na sociedade de *Terra Brasilis*.

## **2.2 A liberdade entre quatro paredes: o Pensionato Nossa Senhora de Fátima e suas meninas**

“Atenção ao dobrar uma esquina / Uma alegria, atenção menina!”<sup>18</sup> O alerta cantado pela Tropicália era preocupação de boa parcela da sociedade. Não dava para prever o que poderia acontecer no próximo cruzamento, curva ou esquina, como a própria música menciona. Com o avançar do tempo sob a regência dos militares, foi necessário intensificar o controle a fim de sustentar a posição de comando. Dentro das Forças Armadas, aumentaram os órgãos que colaboraram com a repressão e fiscalização dos opositores, como aparelhagem de investigação, maior abrangência dos institutos de censura, nos mais diversos setores da sociedade.

Neste cenário de perseguição, precisamos considerar o simbolismo do Pensionato Nossa Senhora de Fátima para a resistência e sobrevivência das nossas personagens. Em nosso imaginário, levando em conta o ambiente religioso como um local de duras regras, de controle absoluto, um bastião de moralidade e de valores cristãos a cada segundo. Não podemos afirmar que o espaço criado por Lygia Fagundes Telles não tivesse estes ingredientes para a elaboração de seu romance, mas subverte, para nós leitores, o que acontecia dentro de suas paredes.

Administrado por Madre Alix, o pensionato acolhia estudantes das mais variadas origens para uma oportunidade única – cursar um curso superior. Realidade para poucos, ainda hoje, com a proliferação e políticas de acesso da grande população às universidades, não era uma realidade nos anos 1960. Mesmo com a recente expansão das instituições de ensino superior no Brasil, pós-Estado Novo,

---

<sup>18</sup> Trecho inicial da canção tropicalista “Divino, Maravilhoso”, composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil, eternizada na voz de Gal Costa, em álbum homônimo, lançado em 1969.

cursar uma graduação estava ainda muito restrito às castas mais abastadas da sociedade, sintoma de uma elitização sistêmica da educação no Brasil.

No histórico de lutas pelo avanço do ensino, em consonância do desenvolvimento econômico, urbanístico e industrial que o Brasil experimentou depois da Era Vargas, o espaço acadêmico deveria “ser um locus de investigação e de produção do conhecimento. E uma das exigências para a efetivação desse projeto era, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária” (FÁVERO, 2006, p. 26). Na necessidade de reforma do modelo vigente de centralização de poder e concentração em poucas mãos, os anos 1960 começaram com um forte envolvimento nas discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a reforma universitária, principalmente pela União Nacional dos Estudantes<sup>19</sup>. Com o Golpe de 1964, o foco da mobilização estudantil passou ser uma forte oposição aos ocupantes dos postos de comando:

Quando assumiram o poder, após a vitória inesperadamente fácil do golpe, os militares e seus aliados civis encontraram situação conturbada nos meios universitários. No início dos anos 1960, o movimento estudantil havia se tornado aguerrido e bem-estruturado, sob o comando de líderes da esquerda católica e de comunistas. No clima de radicalização anterior ao golpe, as universidades se tornaram centros importantes da mobilização esquerdista, com a realização de seminários, eventos culturais e políticos, manifestações as mais diversas; e os estudantes se tornaram forte grupo de pressão no cenário público. Para além do fato de as universidades reunirem inimigos do novo regime, “credenciando-se”, portanto, como alvos privilegiados das primeiras operações de expurgo, elas ocupavam lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos. Assim, eram indispensáveis ao projeto modernizador acalentado por setores da coalizão dominante, com duas funções básicas. Primeiro, continuar cumprindo, agora em escala ampliada, o papel de formar profissionais necessários às atividades econômicas. Em segundo lugar vinha o potencial para desenvolver novas tecnologias, algo ainda incipiente na realidade brasileira de meados dos anos 1960, e que não era considerado prioritário por todos os envolvidos, pois a importação de tecnologia era regra nas grandes empresas (MOTTA, 2014, s/p).

O romance analisado insere este sistema bélico entre regime e estudantes. A universidade em que Lorena, Lia e Ana Clara estudam estava fechada, devido a uma greve. Em mais de 200 páginas, conferimos muito da formação identitária dessas meninas neste cenário controverso de controle, cerceamento de liberdade e ebulição

---

<sup>19</sup> “Em 1937, foi fundada a UNE – União Nacional dos Estudantes, que existiu, a partir daí, como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino quanto as guiadas por motivações políticas explícitas: em defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos Direitos Humanos, contra as ditaduras.” (BRASIL NUNCA MAIS, 2014, p. 130).

política. As personagens estão vivendo um claustro dentro do pensionato, sem poder participar das atividades rotineiras da universidade:

— O sol está forte demais, filha. Lavou a cabeça?  
 — E já secou, olha aí.  
 — Dias inteiros tão azuis e essa moça aí escondida no quarto. Madre Alix perguntou hoje se você está bem, ela até estranhou.  
 — Estou ótima, minha Irmã. A Faculdade está em greve, não tenho nada que fazer lá. Se meu amado telefonar, vou jantar com ele. Ninguém telefonou?  
 (TELLES, 2009, p. 75).

Dias azuis, sugerindo uma beleza própria para se viver longe de quatro paredes, mas, na realidade, eclipsado pela névoa densa que a Ditadura promulgou para delimitar a espontaneidade da vida. Desenhado para condizer com a humildade e servidão das irmãs que ali dedicavam ao serviço ao próximo, o Pensionato Nossa Senhora de Fátima adaptou-se para ser palco deste romance. As que podiam, caso de Lorena, passavam seus dias em quartos bem montados, aparados com tudo que o dinheiro poderia comportar. Diferente de Ana Clara, naufragada em sua miserabilidade, financeira e emocional, num quarto que mais parecia uma masmorra. Construído para atender um anseio coletivo, ao primeiro olhar, o estabelecimento religioso reproduz também do que se vivia fora daqueles portões.

Para este romance, não se pode ler o pensionato apenas como um cenário alegórico, disperso do enredo. Como afirmou Antonio Cândido em seu ensaio *Degradação do Espaço*, ao analisar a obra *L'assomoir (A taberna*, na tradução para o Brasil), de Emile Zola, podemos dialogar com *As Meninas* esta “correlação funcional dos ambientes, das coisas e do comportamento” (CÂNDIDO, 1972 apud DIMAS, 1987). Lygia consegue, nesta relação espaço-personagem, elaborar imagens e situações que não imaginaríamos de um estabelecimento religioso, dentro de todo contexto moralizante na qual se criou o golpe cívico-militar de 1964:

Está furiosa comigo, ai meu Pai. Mudou tanto, coitadinha. Quer dizer que Miguel continua preso? E aquele japonês? E Gigi? E outros, estão caindo quase todos, que loucura. E se de repente ela? Ana Clara já viu um careta meio suspeito rondando o portão, Aninha mente demais, é lógico, mas isso pode ser verdade. Sim, Pensionato Nossa Senhora de Fátima, nome acima de qualquer investigação. Mas quando aparece agora nome de padre e freira no horizonte, já ficam todos de orelha em pé (TELLES, 2009, p. 21).

Nesta citação, percebemos a leitura do envolvimento dos religiosos na resistência contra a Ditadura e os militares. Um ambiente ameaçador em dupla

consideração: administrado por representantes da mais articulada e tradicional instituição da sociedade brasileira: a Igreja Católica; e a presença da juventude universitária, uma força pungente, pronta para moldar a própria história. Em sua individualidade, em busca da capacitação e melhores oportunidades para um futuro que só seria possível em uma realidade onde a coletividade permitisse alçar os sonhos, sem qualquer limite.

Ana Clara, Lia e Lorena não dão indicativo de qualquer profissão de fé ou prática de religiosidade. Estar neste “altar” erigido, que mescla a força da juventude universitária, ávida por transformações, e a Igreja, concentrada na conservação da pessoa, nos direitos humanos, o Pensionato ocupa um porto seguro em meio às batalhas travadas fora dos muros. Como alerta Zygmunt Bauman em sua obra *Confiança e medo na cidade* (2009), “tendemos a imaginar maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra a nossa porta (...)” (BAUMAN, 2009, p. 14). Voltando a citação, ao questionar a credibilidade de Ana Clara pelo seu consumo excessivo de opioides, não é declaração que poderia se descartar: o que acontecia na *urbe*, para os limites do seu local de segurança, dimensionava as tensões entre os dois opostos deste cabo de guerra.

Se a “insegurança moderna”, segundo Bauman (2009), está pela ordem do crime alheio, nos dois extremos representados nos 21 anos de regime militar apresentam-se motivos para estes conflitos e a relação perseguidor/perseguido: se para direita militarizada, da classe média e dos empresários, o Comunismo fere esta noção de moralidade cristã – perda de privilégios, ascensão e visibilidade de minorias – , para a esquerda, a intelectualidade das/e as classes sociais organizadas combatiam a perda de direitos, a perseguição moral, a corrupção e o cerceamento de liberdades. Nesta balança de confrontos, a montada do “nós contra eles” define bem essa medida de força empregada no cotidiano brasileiro desta época.

No romance, os abismos sociais se estabelecem para além do espaço e do entendimento de uma possível bolha apartada do que acontecia fora de seus muros. Se a percepção da mãe de Lorena era que: “Abandonei minha filhinha num pensionato de freiras pobres, num quarto de chofer em cima da garagem e fui viver com um homem que me apunhala pelas costas”, (TELLES, 2009, p. 59), sua filha amparou, de forma material, suas companheiras e compartilhava neste quarto de chofer todas as preocupações longe dos olhos de órgãos fiscalizadores. Assim pode criticar o estilo de vida de Ana Clara, permissiva, drogada, prostituta. Colaborar, direta e

indiretamente, com as atividades de Lia de Melo Schutz na resistência e luta armada, seja com o empréstimo do automóvel da família, ou o “oriehmid” para manter as atividades clandestinas da companheira. Sustentada pelos seus privilégios, encastelada em cima de uma garagem, também tomou liberdade em pensar em um possível namorado, um doutor casado e com filhos, ou até mesmo nas curvilíneas formas de uma irmã que lhe prestava favores na arrumação de seu quarto.

Longe de qualquer censura, definitivamente pudemos conhecer a essência das tramas juvenis que Lygia escutava dentro de sua própria casa. Como mencionado no capítulo anterior, essa escrita simultânea aos acontecimentos impacta-nos com a crueza e o sufoco latente da época e transpassa para anos, como estes que vivemos nos últimos anos, as agruras do enclausuramento voluntário em espaços de segurança. Não que as personagens ficaram restritas apenas aos seus quartos, como prisioneiras de si mesmas, totalmente protegida de toda maldade possível de cidades sitiadas pelo autoritarismo latente, policialesco e paramilitarizado. As principais ações ocorrem, sim, dentro do pensionato, mas leves flanagens acontecem fora de seus portões: como a visita de Lia, ou Rosa Luxemburgo, a um aparelho de resistência, onde produzia material impresso, mimeografado, para distribuir na porta das fábricas; também acompanhamos o trabalho de Ana Clara, que sai de seus aposentos para mais uma noite de bebedeira e sexo por dinheiro; ou até mesmo as visitas de Lorena à mãe, acompanhada ou não por Lião. A importância de mencionar estes detalhes cabe ao fato de, mesmo cerceadas de participar da rotina universitária ou possivelmente monitoradas pelas forças de repressão, caminhar pela cidade garantia-lhes o direito constitucional de ir-e-vir, mesmo com a possibilidade de esbarrar, a cada esquina, com um destino traçado de força ou chumbo. Locomover, transitar, contatar outros indivíduos também confere uma força a estas personagens. Viver e manter-se vivas era compromisso com a sociedade que não sucumbe aos impropérios dos poderosos usurpadores da nação.

Sabemos os rigores com os quais a Igreja trabalha sua liturgia, seus dogmas e virtudes. Uma postura segura frente aos seus adeptos para garantir uma consolidação universal de doutrinas e posturas. Na história da instituição, a mão de ferro superou temas doutrinários. A tradição católica mostrou sempre muito vigor quando esteve a prova e não ruiu diante das adversidades. Um exército em nome de Deus. Foi assim no Cisma do Oriente, na Contrarreforma Protestante, na Inquisição, na colonização e o restante da história. Sempre a postos para guerrear contra seus inimigos.

Aqui no Brasil, como vimos, reverberou a luta contra o comunismo, inimigo eleito pelo campo político de direita local, desejoso de manter seu prestígio e acesso a dinheiro e poder. O caráter anticristão da corrente ideológica fez com que houvesse uma atuação de repressão aos seus adeptos e exclusão da comunidade religiosa. O Papa Pio XI, administrador da Igreja entre 1922 e 1939, em sua Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*, de 1937, debate o avanço do comunismo e as falsas pretensões da doutrina:

A doutrina comunista que em nossos dias se apregoa, de modo muito mais acentuado que outros sistemas semelhantes do passado, apresenta-se sob a **máscara de redenção dos humildes**. E um **pseudo-ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade universal** no trabalho de tal modo impregna toda a sua doutrina e toda a sua atividade dum **misticismo hipócrita**, que as multidões seduzidas por promessas falazes e como que estimuladas por um contágio violentíssimo lhes comunica um ardor e entusiasmo irreprimível, o que é muito mais fácil em nossos dias, em que **a pouco eqüitativa repartição dos bens deste mundo dá como consequência a miséria anormal de muitos**. Proclamam com orgulho e exaltam até esse pseudo-ideal, como se dele se tivesse originado o progresso econômico, o qual, quando em alguma parte é real, tem explicação em causas muito diversas, como, por exemplo, a intensificação da produção industrial, introduzida em regiões que antes nada disso possuíam, a valorização de enormes riquezas naturais, exploradas com imensos lucros, **sem o menor respeito dos direitos humanos**, o emprego enfim da **coação brutal** que dura e cruelmente força os operários a pesadíssimos **trabalhos com um salário de miséria** (VATICANO, 1937 – grifo meu).

Longe de ser um posicionamento simplesmente religioso, a Igreja Católica implantou na sociedade contemporânea uma mácula aos ideais comunistas que se perpetuaram no imaginário popular. Contra o materialismo e o êxodo de adeptos para outras correntes religiosas ou afastamento da prática de fé, o comunismo foi institucionalizado no Ocidente como um inimigo da moralidade, da família, da pátria e principalmente, de Deus. Nos grifos feitos por mim na citação acima, destaco as justificativas preconceituosas e definitivas para manutenção de privilégios de poucos em detrimento a minusculização de muitos, principalmente das camadas mais populares e populosas.

A representante religiosa do romance, Madre Álix, possui uma extrema conduta de proteção e resguardo com suas pensionistas. Como falamos do ambiente hostil configurado pelo autoritarismo e arbitrariedade do comando de Estado, a religiosa apresenta todo momento condição de conforto e segurança em seu estabelecimento. Como uma mãe que acolhe, preocupa-se com a segurança e bem-estar das inquilinas,

muito além da manutenção e conservação dos espaços que ocupam, atitude natural para uma administradora:

— Tinha tanta coisa que lhe dizer, filha. E já nem sei por onde começar. Essa sua política, por exemplo. Me pergunto se você está em segurança.

— Segurança? Mas quem é que está em segurança? Aparentemente a senhora pode parecer muito segura aí na sua redoma mas é bastante inteligente pra perceber do que essa redoma está lhe protegendo. Alguns padres romperam o vidro como aquele de que falei. Por acaso estão em segurança? Não. Nem estão pensando em segurança quando se deitam no colchão sem travesseiro ou quando rezam suas missas num caixote feito altar. Ela sorriu.

Um sorriso triste que me arrependi de provocar.

— Mas não estou na redoma, Lia. É neste ponto que você se engana como se enganou também quando disse que eu queria lhe apontar a porta. Deus sabe que meu desejo maior é protegê-las e guardá-las para sempre, como se isso fosse possível. Se não interfiro, se não me aproximo é porque não quero que pensem em vigilância, fiscalização. Vocês bateriam as asas mais depressa ainda.

Pronto, magoou-se. Essa minha mania de discurso, baiano com subversão pode dar noutra coisa?

— Não sei explicar, Madre Alix, mas o que queria dizer é que embora resguardada a senhora luta a seu modo, respeito sua luta. Respeito até a luta dos que querem nos destruir, respeito sim senhora, eles estão na deles. Como estamos na nossa, enfraquecidos, traídos, divididos, não calcula como estamos divididos. Mas vamos aguentando. Um que fique tem que correr como um cão danado pra passar o facho ao seguinte que recebe e sai correndo até o próximo, que nem estava na corrida, entende? De mão em mão. É demorado mas não estamos mais com tanta pressa (TELLES, 2009, p. 147).

A vida religiosa torna-se uma opção de servir à Igreja uma vez que mulheres não podem ordenar-se sacerdotes. Este chamado de entrega, vida e contemplação ao Divino, sob a tutela da Santa Igreja, não é exclusivo ao gênero feminino, mas uma maneira de mulheres aderirem à fé de forma integral, dedicando-se ao serviço, a Deus e aos homens. Dependendo do segmento religioso e do carisma que procura, vem acompanhado do celibato obrigatório, voto de pobreza, viver da providência. Em nenhum momento somos apresentados à Ordem religiosa que rege a organização de Madre Álix, mas um ponto é nítido notar: sua preocupação pelo bem-estar, segurança e proteção que entrega a Ana Clara, Lorena e Lia. E possui o reconhecimento desta sua árdua tarefa:

— A senhora tem feito tanto, Madre Alix. Então não sei? Ficou a confessora dela. E enfermeira.

— E agora delatora, já conversei com meu primo que é diretor de um sanatório. Ela não pode ser internada à força, tem que estar de acordo e já me disse que concorda mas depois muda de ideia, se acha curada, mais promessas, projetos mirabolantes. Gostaria de conversar com esse noivo

(TELLES, 2009, p. 144).

Madre Álix apresenta-se como a face misericordiosa que espera de uma instituição nascida dos ensinamentos das virtudes fundamentais: verdade, caridade e esperança. Esta figura do cuidado, tão historicamente ligada ao feminino, encontra nesta mulher de hábito religioso, o esteio para as mazelas ali vivenciadas pelas meninas. “Queria ter uma avó como Madre Alix. Ter uma avó como Madre Alix é ter um reino” (TELLES, 2009, p.39), assim clamava Ana Clara em conversa com seu amante. Sua presença demandava a atenção de Lorena: “Não me ouviu. Ficou de repente angelical, enquanto acenava para alguém do casarão, Madre Alix? Madre Alix que abriu a janela e correspondeu ao cumprimento, a mão erguida no estilo da rainha da Inglaterra.” (TELLES, 2009, p.18). E ainda dedicava muito do seu tempo para assuntos sem censura com Lia de Melo Schütz:

— Boa noite, Madre Alix. Gostei muito de conversar com a senhora.  
 — Toma cuidado, Lia. Não quero que você sofra, toma cuidado, eu peço.  
 — Sou forte à beça.  
 — Não, Lia. Vocês são frágeis, filha. Você, Lorena. Quase tão frágeis quanto Ana Clara. Haja o que houver, não deixe de me dar notícias. Conte comigo.  
 — Vou lhe mandar meu diário, Madre Alix. Ao invés de cartas, um diário de viagem!  
 (TELLES, 2009, p.149-150).

A proximidade e a empatia empregadas reforçam o sentimento cristão de uma mulher em uma vestimenta religiosa. Ali, as meninas poderiam experimentar a liberdade que muitas vezes, fora daqueles muros, não era possível. Pelo diálogo, presença e acolhimento, Madre Alix construiu para o Pensionato Nossa Senhora de Fátima um ambiente seguro dos perigos externos e, acima de tudo, com certa autonomia para que discutissem, sem qualquer censura, os mais variados temas urgentes para tal sociedade.

Lygia quis elaborar, no romance, uma religiosidade alicerçada na história relação patriarcal, posicionando mulheres em papéis de comando. O protagonismo exercido por Madre Alix, representante de uma instituição liderada hierarquicamente por homens, subverte mais um símbolo na relação de poder. Apóstolos, doutores e teólogos possuíam esta obrigatoriedade masculina, a representatividade feminina do cuidado ao qual somos apresentados no romance, estabelece uma proximidade com a máxima de uma convivência onde haja respeito às diferenças e a cordialidade esperada na relação humana.



Se o comunismo ameaçava a Igreja pelo caráter materialista da doutrina, a divisão sexual do trabalho condicionou à mulher esta posição do cuidado. Passados os limites religiosos e morais que abarca este trabalho, as mulheres tiveram sua participação social encaixotada nesta função do amparo e esteio doméstico para ter sua subsistência na incumbência da figura masculina. Mesmo quando iniciaram o processo de emancipação financeira e passam figurar em postos de trabalho fora de suas casas, suas ocupações eram extensões do que exerciam, voltadas ao cuidado do outro: professoras, secretárias, enfermeiras. Séculos antes, as religiosas desempenhavam este papel em conventos, escolas e hospitais administrados pela Santa Sé.

Madre Alix é o poder. Neste microcosmo social, desempenha as funções administrativas, sem deixar de lado toda matriarcalidade que sua alcunha religiosa lhe confere. Uma mãe. Se a inspiração é na imagem feminina mais imponente do catolicismo, ela é medianeira, advogada, a do bom conselho, cheia da graça, assim como denominam a presença de Maria no plano da Salvação teológica. Ocupa esta posição com rigor sem perder o senso de coletividade e observância as virtudes cristãs:

— Vocês me parecem tão sem mistério, tão descobertas, chego a pensar que sei tudo a respeito de cada uma e de repente me assusto quando descubro que me enganei, que sei pouquíssima coisa. Quase nada — exclamou e abriu as mãos no espanto. — O que sei, afinal? Que é da esquerda militante e que perdeu o ano por faltas? Que tem um namorado preso, que está escrevendo um romance e que está pensando numa viagem que não tenho ideia para onde seja? Que sei eu sobre Lorena? Que gosta de latim, que ouve música o dia inteiro e que está esperando o telefonema de um namorado que não telefona? Ana Clara, aí está. Ana Clara. Como me procura e faz confissões, eu podia ficar com a impressão de que sei tudo a respeito dela. Mas sei mesmo? Como vou separar a realidade da invenção?

Quando ela se cala, fico ouvindo o som do relógio. As cadeiras de jacarandá de espaldar alto com as toalhinhas de crochê na altura da cabeça, estavam puídas as toalhinhas. Mas se foram feitas por avó Diú.

— Modéstia, Madre Alix. Na realidade a senhora sabe mais fundo do que aparenta.

— Vocês são jovens, Lia. Eu não contava com uma aproximação maior. Mas assim afastada como estou de que forma posso ser útil? E eu queria ser útil — repetiu. O pano da touca foi se franzindo, modelando as rugas que se aprofundaram na testa. — Ana Clara é a única que se deu sem reservas. Pois diante dela me sinto tão inútil quanto diante de vocês, reduzida como estou a um gravador, gravo o que me diz, aceito a carga, mas quando procuro influir, mudar o que deve ser mudado ela me escapa como uma enguia. Peço, exijo. Um dia está arrependida até o fundo da alma, promete, faz planos. Chego a acreditar numa recuperação, você sabe, tenho uma confiança ilimitada no milagre.

Está esperando que eu conteste mas não vou entrar nesse moinho. Hoje, não, ô, como eu queria curtir minha alegria sozinha na minha cama, no escuro (TELLES, 2009, p. 143-144).

Assim ela assume responsabilidades para além dos seus limites de poder. Sua influência e diálogo chegam ao alto clero na defesa dos direitos humanos, contra a barbárie das torturas cometidas pelos órgãos de segurança do governo. Quando foi apresentada uma declaração de tortura, material coletado por Lia de Melo Schutz em uma das suas andanças em fábricas para distribuição de panfletos para operários, Madre Alix anunciou seu conhecimento do caso e como estava inteirada das discussões realizadas para estas situações:

Dobro a folha. Madre Alix me encara. Os olhos cinzentos têm uma expressão afável.

— Conheço isso, filha. Esse moço chama-se Bernardo. Tenho estado muito com a mãe dele, fomos juntas falar com o Cardeal.

Agora é que eu não sei mesmo o que pensar. Muito especial, diria a Lorena. Nunca ninguém me deu tanto essa ideia de união de gelo e fogo como ela me dá (TELLES, 2009, p. 149).

No trecho acima, mesmo que não haja uma identificação do cardeal ou do centro urbano onde transcorre a narrativa em análise, há fortes indícios que nos levam a relacionar o importante trabalho desempenhado pela Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e a ação de Dom Paulo Evaristo Arns, mencionados aqui na primeira parte deste capítulo. A religiosa transitava em outras esferas de poder, justificando sua preocupação pelas suas meninas.

Se as leis da Física garantem que toda ação gera uma reação, não poderia ser diferente: haver uma resposta à perseguição aos comunistas e à militarização da Igreja contra qualquer ato que fizesse alusão as práticas do inimigo. Com a posição dos conservadores e moderados em favor dos poderosos políticos, seja pela convicção doutrinária e ideológica, seja pela manutenção de condições sociais previamente conquistadas (e aqui falo de benefícios para entidades e, principalmente, engrandecimento pessoal), a ala progressista da Igreja, decorrente aos acontecimentos do pós-Guerra em todo mundo, tornou-se mais presente na vida do “povo de Deus”, muito pelo desencastelamento dos seus religiosos e ministros ordenados, entrando em contato direto com os fiéis. Aqui no Brasil, este momento deu-se nas atividades da Igreja Católica junto às Comunidades Eclesiais de Base. As

práticas das esquerdas católicas geraram uma nova leitura da religiosidade e da forma de trabalhar junto grande parte da população: assim nasceu a Teologia da Libertação.

O novo movimento religioso, surgido como oposição de um Estado opressor, que defende lutas de classes e justiça social, não passou despercebido pelo romance de Lygia Fagundes Telles. “Confinadas” em um espaço onde o pensamento crítico e a leitura de mundo não eram tolhidas, Lorena e Lia conversam sobre este novo posicionamento da Igreja naquela contemporaneidade:

Delicadamente, com as pontas dos dedos Lorena foi juntando num montículo os detritos espalhados na pequena área do tapete onde Lia despejara a sacola. Recolheu o montículo numa folha datilografada mas antes de despejá-lo no cinzeiro leu: *Jamais reencontramos a liberdade a não ser no dia em que foi posta por terra*, escreveu Marx em 1844. *Infelizmente a continuidade de submissão e reacionarismo manteve-se até nossos dias na história alemã.*

— Não tem sentido, Lião. Se você é da esquerda, tem que aceitar essas renovações que fazem parte do quadro. É a Igreja Nova que está nascendo dos escombros da outra, vamos ter padres desreprimidos, contentes. América Latina precisa fazer mais amor do que as outras Américas. Trópicos!  
— Não sei explicar, Lorena, mas a Igreja abriu demais as pernas. O que salva é esse monte de padres lutando por aí, quase choro de emoção, como lutam, putz. É o que está vivo em toda a engrenagem (TELLES, 2009, 162 – grifo da autora).

Como falado anteriormente neste trabalho, a Igreja, pela sua capilaridade entre as pessoas, seu alcance territorial e ainda dotada de grande hegemonia, no campo religioso, apresentou-se como um dínamo de resistência frente ao Regime Militar. Também alertamos sobre a multiplicidade das frentes alcançadas pelos movimentos populares, abarcando diversos setores da sociedade civil, como exemplificamos com as atividades ligadas a operários, estudantes, trabalhadores rurais, ativistas indigenistas, entre tantos outros grupos de representatividade. Havia focos de dispersão desta linha de pensamento em defesa dos direitos humanos e civis. Esta colisão mobilizou muitos grupos, defendendo seus interesses. Na ausência de uma coordenação uniforme, Lia define bem este quadro com uma analogia religiosa que traduz um pouco do que não deu certo nesta tentativa de remontada:

Conversar muito com Miguel sobre isto: se a Nova Esquerda não se unisse aos outros grupos acabariam todos tão multiplicados e enfraquecidos que quando se tentasse uma linguagem comum, ninguém mais se entenderia. “A Igreja já está vivendo sua Torre de Babel”, lembrou ela batendo a cinza do cigarro nos olhos do tigre. “Vamos seguir o mesmo caminho? Torre de Babel. Línguas desencontradas. Peça um tijolo e me atiram uma trave. Fracionados, repartidos. Como organizar as massas nessa perplexidade?” (TELLES, 2009, p. 222).

A Igreja no Brasil, no período da Ditadura Militar, teve representantes nos dois lados da força. Enquanto religiosos buscavam saciar a fome e sede de justiça, protegiam perseguidos, bradava a favor dos Direitos Humanos, muitos outros atuaram lado a lado com os órgãos de repressão, delatando envolvidos com a resistência, sustentando e ratificando o palavrório em favor da moralidade cristã e certificando-se de uma “ameaça comunista” ao seio da família, da religiosidade, contra as “pessoas de bem”. A divisão poderia ser confirmada pelas classes sociais adeptas a cada linha de pensamento. De um lado, uma classe média que aderiu às vantagens de um regime de repressão. Do outro, intelectuais, estudantes, operários, que além de batalhar pelo ganho do sustento, digladiavam-se com bravatas e discursos vazios que baniam o livre-arbítrio dos cidadãos.

Construir o romance neste ambiente religioso, envolvendo universitárias, comunga com grandes espaços-símbolos de uma resistência crítica aos desmandos autocráticos dos militares. Se em nosso passado, a Igreja Católica representa, em sua história milenar, os mesmos desmandos, na sociedade brasileira contribuiu para denunciar excessos, proteger perseguidos e ser uma voz ativa e ressonante dentro e fora das fronteiras nacionais. O Pensionato Nossa Senhora de Fátima simboliza mais do que um simples local de pouso entre uma atividade e outra. Lá dentro, sob o comando de Madre Álix, Lorena, Lia e Ana Clara tiveram aulas de civilidade, experimentaram uma comunidade no seu microespaço urbano, onde puderam exercer sua cidadania, o livre-arbítrio de questionar o mundo as que a cercam, falar sobre o que as inquietava. Jovens com sede do melhor, cada uma em sua realidade, lhes foram permitidas uma segurança que o mundo exterior àqueles portões não seria possível.

### 3 FAMÍLIA, BERÇO DA SOCIEDADE DE BEM (?)

#### 3.1 Do outro lado do paraíso: as novas composições familiares

Eu sô puro Bahiano má mio pai e Italiano  
 É tutti buone, tutti buone, tutti buona gente  
 Qui tuto é misturado é tuto estrangeado  
 Mai tutti buone, tutti buone, tutti bouna gente

Aranja um noivado e o rapaz é casado  
 Mai tutti buone, tutti buone tutti buona gente  
 É de acordo o noivado mai com grande ordenado  
 É tutti buone, tutti buone, tutti buona gente

E se sai briga e navalhada  
 Tudo acaba na gargalhada  
 Porque ao sono do bandolino  
 A gente canta sempre assim

Uma voz de Napoli, Napoli bela  
 La canzone da tarantella  
 Dove amore piu parlato  
 E par questo a procurato

*CURI, Ivon; MARNET, Bruno. Tutti buona gente., 1957*

Esta sátira em forma de música de Ivon Curi e Bruno Marnet demonstra bem a ebulição das construções familiares no Brasil do século XX, evidenciando as questões atreladas aos conceitos de público e de privado. Intensificado pelo avanço conservador, pela influência moral católica, a solidificação destes agentes na sociedade brasileira, a obrigatoriedade compulsória de bons moços e jovens virtuosas em formarem suas famílias, deixando herdeiros e impondo legados, tornou-se um bastião e uma base fundamental para sustentar um Estado forte para os desafios apresentados.

A família, esta instituição solidificada no pensamento coletivo, sempre foi uma organela inconstante, ou melhor dizendo, de constante transformação dentro da história. Com a progressão do tempo, as novas configurações e a expansão do gênero humano sobre a Terra, era inevitável o impacto causado nas relações interpessoais

mais próximas. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Friedrich Engels, em sua pesquisa, diagnostica toda a linha histórica dos agrupamentos:

Enquanto a família prossegue vivendo, o sistema de parentesco se fossiliza e, enquanto esse continua subsistindo pela força do costume, a família o ultrapassa. Mas, com a mesma segurança com que Cuvier pôde concluir, a partir de ossos de marsupiais de um esqueleto encontrado perto de Paris, que esse esqueleto pertencia a um marsupial e que marsupiais, ainda que extintos, ali tinham vivido em tempos remotos, com a mesma segurança podemos concluir, a partir do sistema de parentesco que chegou historicamente até nossos dias, que existiu uma forma de família a ele correspondente, ainda que hoje extinta (ENGELS, 2021, p. 37).

Nesta comparação com os animais, a formação familiar e toda a linha do tempo histórica demonstram esta instituição concomitantemente ao progresso da humanidade. O que iniciou sem muitas regras, permitindo diversas combinações entre homens e mulheres, com o tempo, a monogamia tornou-se o ápice de virtude (ENGELS, 2021, p. 39). No século XVIII, com o surgimento do capitalismo e da sociedade burguesa, o sexo passou a ser regulamentado, fortalecendo as virtudes. Na mecânica do poder estabelecido pelo capital, os prazeres são cerceados, na premissa de uma dedicação exclusiva às operações mercantis. Segundo Foucault:

[...] se o sexo é reprimido com tanto vigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? (FOUCAULT, 2021, p. 10).

Com a formação dos burgos, o simulacro do que conheceremos como vida urbana séculos à frente, na Idade Moderna, passamos a vivenciar a construção do poder do Estado e da propriedade privada. Distinguir estas duas esferas sociais fez-se necessário pelo maior agrupamento de pessoas e as evoluções do convívio dos indivíduos. Surge então esta separação que determina as relações de poder entre elas. Nestas poucas linhas, podemos concluir que:

As formas assumidas pelo que definimos como família são diversas em tempos e contextos distintos, são afetadas por decisões políticas e normas institucionais e expressam relações de poder. São, também, constitutivas das identidades dos indivíduos, de suas alternativas e formas de desenvolvimento e de integração em comunidades e na sociedade (BIROLI, 2014, p. 47).

Na contemporaneidade, esta instituição secular, como conhecemos, virou artifício de discursos autoritários para a consolidação do poder. Em uma sociedade patriarcal, moldada na primazia do homem perante a mulher, direcionar o palavrório para conservação da figura masculina como provedora e da mulher como a responsável pelos afazeres domésticos, educação dos filhos e suporte àquele que sai de casa para garantir a subsistência. A experiência pessoal da autora estudada nesta perspectiva histórica da divisão sexual do trabalho ilustra bem o seu conhecimento e testemunho quanto a esta situação entre gêneros:

A mulher é mais embrulhada do que o homem porque ela foi obrigada a ser embrulhada. Eu não preciso lembrar vocês que a mulher passou, no Brasil, dentro do espartilho lusitano, a mulher passou um tempo enorme calada. Ela não tinha o direito a palavra, ela não tinha o direito às artes. George Sand [pseudônimo de Amandine-Aurore-Lucile Dupin, também conhecida como Baroness Dudevant (1804-1876), romancista francesa] na França, teve que se vestir de homem, fumar charutos, para mostrar que ela era inteligente como os homens, porque, aqui no Brasil, a mulher calada e quieta sai, vai para a cozinha fazer doce, fazer goiabada. Tanto é que eu chamo sem ironia, eu chamava, eu vi a minha mamãe, a minha mãe fazendo aquela goiabada no tacho de cobre e eu dizia a expressão que eu acho boa: mulher goiabada, a mulher fazendo goiabada no tacho. Mulher goiabada, sem ironia nenhuma. Mamãe tocava Chopin [(1810-1849), Frédéric Chopin], mamãe quis ser cantora, tinha uma voz linda, ela me disse, mas o pai, enfim, minha família achava que aquilo não era profissão de uma moça fina da sociedade. Cantora? Então, ela casou-se, aonde eu nasci, tudo bem, mas ela foi frustrada na sua primeira vocação, que seria ser cantora e depois pianista, que ela também quis ser pianista. Então, ela foi fazer doce de goiaba: goiabada (TELLES, 1992, s/p).

Para tal análise, voltamos à história de lutas das mulheres, que conhecemos hoje como feminismo. Se, desde Simone de Beauvoir discute-se a posição ocupada pela mulher, desde o âmbito biológico, de reprodução e cuidado com sua prole, as mulheres ocupam um lugar determinado pelo Outro. Sua construção como sujeito, detentora de seu próprio desenvolvimento, cai por terra quando carrega em sua essência apenas o que é definido pelos seres absolutos: os homens.

Maximiliano Torres, professor de Literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a respeito desta composição, declara:

Nessa perspectiva, somente aos homens é concedido o status de sujeito pleno, conquistador da transcendência. As mulheres, por sua vez, já nascem dentro de um modelo limitado de prescrição que as impede de constituir-se enquanto sujeito, sendo consideradas sempre o apêndice do modelo universal masculino. Com isso, a mulher “determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial

perante o essencial. O homem é o sujeito absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1980, p.10 apud TORRES, 2020, p. 50).

Uma sociedade construída pelo poder falocêntrico, as determinações de espaço para mulheres categorizando o gênero feminino como indivíduos de segunda classe, sem grande influência na vida pública. Ao naturalizar as mulheres como responsáveis apenas pelos cuidados domésticos, dos infantes, das necessidades do mantenedor da casa, elabora-se no imaginário a satisfação da maternidade e da domesticidade, atribuindo este enclausuramento aos corpos das mulheres apenas a estes espaços. Para Flávia Biroli:

A apologia à “família convencional” também está relacionada à maneira como é percebida a divisão do trabalho e das responsabilidades – em outras palavras, à reprodução social. Ainda que as mulheres continuem a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, sua presença na força de trabalho remunerado se ampliou, assim como seu acesso à educação formal e às mais diversas profissões. Isso significa que o trabalho gratuito que desempenharam historicamente entra em tensão com suas funções na vida pública, mesmo em uma perspectiva bastante prática: o tempo disponível para o trabalho doméstico e o tempo disponível para o trabalho remunerado, o tempo destinado ao cuidado e o tempo destinado à profissionalização e aos vínculos laborais entram frequentemente em conflito (BIROLI, 2020, p. 149).

Em seu romance, *As Meninas*, Lygia Fagundes Telles foge da convencionalidade para as famílias de suas personagens. O modelo de pai, mãe e filhos, defendido como a família convencional, não existe ou apresenta outras configurações. O mais próximo é o caso de Lia de Melo Schutz: a presença do pai, um alemão fugido do nazismo por ser um soldado dissidente do Terceiro Reich<sup>20</sup>, encontrou o conforto em fartos seios baianos para perpetuar a espécie:

Era baiana com alemão, Herr Paul, ex-nazista que virou Seu Pô, um tranquilo comerciante apaixonado por música e por Dona Dionísia, para os íntimos, Diú, com aquele u comprido que não acabava mais, Diúuuuuuu... Deu Lião. Loucura, imagine, um nazista de águia no peito, entende?, vir parar em Salvador e lá então, não sei explicar mas se apaixona pela moça Diú e a soma é Lia de Melo Schutz que faz seu nécessaire e vem terminar o curso no Pensionato Nossa Senhora de Fátima. Um pé baiano, o outro berlinense. Alpargata Conga. “Quando meu pai que é distraído à beça viu de perto o que era realmente o nazismo, arrancou a farda e veio trotando por aí fora até Salvador.” (TELLES, 2009, p. 62).

---

<sup>20</sup> Terceiro Reich – Assim ficou conhecido o período em que Adolf Hitler assumiu o cargo de Chanceler alemão em 30 de janeiro de 1933. O controle nazista estendeu-se até a derrota na Segunda Guerra Mundial, com sua rendição em 8 de maio de 1945.



Embora pareça estar dentro das regras de convívio social no Brasil do século passado, essa união contrapõe-se a essas regras pelas origens de cada um dos envolvidos: indivíduos de origens e contextos muito distintos. A ficção proporciona esta junção pouco usual entre uma baiana e um alemão fugido do nazismo, na terra da diversidade, Salvador. Para nós, brasileiros, que vivemos sob a pecha da democracia racial, desde o período colonial, as relações entre diferentes etnias e classes deram margem para discussões sobre o mito da higienização de raças e edificação de um país mais acessível para futuras gerações, distante das origens consideradas selvagens pela sociedade moderna. Este processo evolutivo-civilizatório resulta em incontáveis gerações miscigenadas e a percepção errática do brasileiro pacífico, passivo, resultado de um processo de “purificação”. Lia mostra em sua essência, a resistência.

Tomada como exemplo familiar de Melo Schutz diverge da experiência de Ana Clara. Criada pela mãe, sem a presença masculina, condicionou seu corpo a sobreviver à miséria e à vulnerabilidade de abusos, entregue à sorte, destinada a um esforço sobre-humano que diverge da meritocracia. Filha do descaso e do abandono, o pouco ou inexistente amparo familiar que lhe foi dedicado é utilizado como justificativa para entrega às drogas, ao alcoolismo e à prostituição:

Certos gestos e palavras de Ana Clara, coitadinha. Tudo está nos detalhes: as origens, a fé, a alegria. Deus. Principalmente as origens. “Lá sei das minhas”, me disse quando ficou de fogo. “Nem quero saber.” A margaridinha aí embaixo pode dizer a mesma coisa, nada sei da minha raiz. Mas e a gente? Nem pai nem mãe. Nem ao menos um primo. Não tem ninguém. Pelo visto, a Bahia inteira deve ser da parentela de Lião mas Ana Clara é o avesso do quadro familiar. Nem uma tiazinha para lhe ensinar que tudo que se faz antes e depois do amor deve ser harmonioso (TELLES, 2009, p. 23-24).

Para completar a apresentação das configurações familiares presentes no romance, temos a família de Lorena. Filha de uma mãe viúva, casada pela segunda vez, e irmã de gêmeos, cresceu à sombra de uma tragédia dentro de casa: um dos irmãos baleou o outro. Um mistério de sua mente, não totalmente esclarecido por sua mãe, que conhece a verdadeira versão da morte de um de seus filhos. A relação parental de Lorena flerta com as aparências exaltadas pela classe média. Muito mais importante o que é compartilhado no público, eclipsando a realidade do privado:

— Você é baiana, não, Lia? Acho que por isso é tão fina, os baianos são sobretudo finos. Também estuda Direito, querida?

— Ciências Sociais.

— Ah, é verdade. Ciências Sociais. Fico satisfeita de pensar que é amiga de Loreninha. Minha filhinha querida. Tão pura, tão honesta e sensível. Tão fina. Não é por ser minha filha, mas sei que é difícil encontrar uma menina assim. Quando fiz essa loucura de me casar outra vez, quando me apaixonei por esse homem que me tem feito chorar lágrimas de sangue, perguntei a ela, qual é sua opinião, filhinha? Então ela tomou minhas mãos entre as suas e com aquela doçura que você conhece respondeu, o que mãezinha fizer está bem feito. Não sabe nem a metade do que tem me acontecido, não quero que se machuque, que sofra. Esse namorado dela, o atual, você conhece?

— Ligeiramente.

— Fiquei com a impressão de que ele é casado, uma referência qualquer que Loreninha fez, não sei bem... Li na minha adolescência um livro encantador, ninguém mais lê esse livro mas a geração da minha mãe se deliciou com ele, *As Meninas Exemplares*, da Condessa de Ségur, você já ouviu falar? Quando vejo Loreninha com seu jeito de menina antiga penso nesse livro — suspirou e cobriu os olhos com o lenço (TELLES, 2009, p. 229-230).

Os adjetivos empregados pela mãe de Lorena, um caminho de pureza, honestidade e sensibilidade, diverge de uma menina, valorosa, cheia de qualidades que propõe estar disponível para um homem casado. A simples atitude de cobrir os olhos ao pensar sobre o modelo de exemplo que cultivava para a filha evidencia a possibilidade de desvirtuar outra família. Sua representatividade perante a sociedade não lhe permite admitir na esfera pública atitude tão degradante. Este é o impacto moral que a tradição cristã, sobretudo as regras sacramentais da Igreja Católica, impõe sobre o comportamento do indivíduo na sociedade moderna:

A “família” que o neoconservadorismo defende é um espelho das tradições morais cristãs. É formado por um homem e uma mulher, variando entre formulações mais tradicionalistas, nas quais o primeiro provê financeiramente, e outras nas quais mulheres é definida como agente relevante para a prosperidade da família. nessa configuração, homens e mulheres têm papéis complementares e o problema da exploração do trabalho fica suspenso – como esfera privada afetiva, ela não seria atravessada por relações de poder (BIROLI, 2020, p. 151).

A transformação das relações sociais no século XVII, que ocasionou uma cisma entre os interesses particulares e comunitários, conferindo à família a responsabilidade de zelar pelos interesses privados, concentrando o poder em uma estrutura social que confere ao provedor uma posição de privilégio. Com isto, a figura feminina ficou atrelada ao espaço privado como a mantenedora da segurança familiar, a responsável pelo bom funcionamento desta estrutura doméstica, confortar e incentivar o homem e conservar, educar e preparar a descendência para a vida adulta.

Neste ciclo vicioso das relações humanas e suas interações sociais, a mulher que já estava estabelecida a uma posição menor, com atribuições ligadas à sua suposta condição biológica e gênero, destinadas a satisfazer seu sustentáculo e procriar. A perpetuação da dominação masculina, vigente desde os tempos longínquos, determinou que as mulheres ocupassem os espaços privados, afastada dos interesses públicos, praticamente escondida da história.

Se partirmos da ideia da Prof. Constância Lima Duarte de que feminismo “deveria ser compreendido (...) como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos” (DUARTE, 2019, p. 26), combina quase que perfeitamente com a construção e ações das personagens principais do romance de Lygia Fagundes Telles. Em *As Meninas*, Lorena, Lia e Ana Clara traduzem bem como as jovens mulheres contemporâneas à Ditadura Militar vivenciaram a resistência a um regime político que aglutinou questões conservadoras, patriarcais, heteronormativas, religiosas, morais. Se “As teorias feministas serão definidas como um saber conectado de forma indissociável ao movimento político que problematiza (...)” (DORLIN, 2021, p. 9), buscaremos compreender como estes corpos femininos configuram suas lutas e resistências dentro deste tempo-espaço histórico e como as relações se estabelecem dentro das dicotomias pessoal/político, público/privado, questões importantes para os estudos feministas contemporâneos.

Silvia Federici, filósofa e feminista italiana, relaciona a rotina familiar e o destino da mulher como trabalhadora doméstica por excelência para consolidação da estrutura patriarcal vigente. Ela reforça o argumento de que, com a divisão sexual do trabalho, a mulher vive sob o domínio da figura do provedor e, com isso, permanece acorrentada à missão de zelar pelos filhos e dar funcionalidade à casa:

Como outras feministas antes de nós, descobrimos que a cozinha é o nosso navio negreiro, nosso feudo, e que, se quiséssemos nos libertar, primeiro teríamos que romper com a nossa identificação com o trabalho doméstico, recusando-nos, segundo as palavras de Marge Piercy, a ser uma *grand coolie damn*. Nós queríamos obter o controle sobre nosso corpo e nossa sexualidade, colocar um fim na escravidão da família nuclear e na nossa dependência dos homens e explorar que tipo de seres humanos gostaríamos de ser, uma vez que começaríamos a nos libertar das cicatrizes deixadas em nós por séculos de exploração (FEDERICI, 2019, p. 116).

Nesta metáfora de comparar a condição da mulher a uma relação de escravidão, delimitando sua existência à cozinha e ao trabalho doméstico,

submetendo-a a um controle total e absoluto de sua vontade, de suas ambições, de suas necessidades, abre-se espaço para o real questionamento do ser mulher. Quando Simone de Beauvoir indaga, em seu livro *O Segundo Sexo* (1946), sobre a condição do ser mulher, para além da condição natural de um corpo biológico, características sexuais ou desejos sexualizados, a autora destaca a construção social do feminino e como o assunto não pode ser restrito à sua particularidade familiar. O domínio do patriarcado cis heteronormativo, branco, europeu utilizou sua posição de poder para subjugar e invisibilizar a presença da mulher e não lhe conferir nenhum direito de escolha diferente do que a natureza lhe concedeu.

Esta condição de poder é histórica e transmutou-se ao longo dos séculos. Quando os interesses familiares se tornaram interesses públicos e capitais, este controle tornou-se ainda mais restrito. A burguesia em ascensão também abdicou das práticas sexuais para focar sua atenção no trabalho e na produção de bens. Colocou como prioridade a reprodução, consolidando a participação das mulheres como agentes passivos das decisões de seus pais, maridos e filhos homens. A discrição e o pudor ganharam contornos autoritários e aprisionaram-nas aos seus quartos, tendo como instrumento de tortura suas próprias camas:

Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer que não são, sem dúvida, somente peças que têm uma função local e tática numa locação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 2021, p. 17).

Neste combate desigual entre a dominação masculina e a resistência feminina, a limitação do corpo das mulheres a ambientes simbólicos de pleno controle por parte de uma hierarquia de gênero, posto o homem em posição privilegiada comparado à mulher, faz com que estes ambientes fiquem ligados à violência da não-possibilidade de ter outro destino. O corpo feminino torna-se um instrumento de saciedade para o homem e de completude para a sociedade ao colaborar com a nova força de trabalho ao gerar descendentes. As mulheres, como declara Elsa Dorlin (2021), têm sua forma de sucesso a serviço do homem, principalmente em sua sexualidade:

A penetração é o único critério de uma vagina bem-sucedida; a amplitude da abertura, a lubrificação e a sensibilidade orgástica não são prioridades, enquanto o pênis bem-sucedido deve estar apto à ereção e ter um tamanho aceitável para os cânones da virilidade (DORLIN, 2021, p. 46-47).

Na relação falocêntrica, a violência atinge as mulheres também em sua sexualidade. Não apenas uma mulher faz-se pelo órgão sexual, ou muito menos na pretensa responsabilidade “natural” de procriação para qual foi educada, sendo essa a única opção de sobrevivência. Sua identidade sexual não ganha forma ou propriedade, ou melhor, fica tendenciada apenas ao bel-prazer do outro. As lutas femininas vão além das relações do sexo e trabalham na ordem do gênero e das sexualidades para determinar, com base em fatores biológicos, sociais e culturais, o que de fato é/faz uma mulher. O feminismo é, acima de tudo, a busca por direitos humanos.

Assim se mostram as personagens criadas por Lygia Fagundes Telles na narrativa pesquisada. Mesmo com a jovialidade que o título e a idade das personagens sugerem à obra, o trabalho da autora paulistana expõe a complexidade dos papéis femininos na sociedade contemporânea, principalmente em uma situação de autoritarismo explícito, de um regime governamental que priva seus cidadãos de direitos e liberdades. Com o poder apoiado no conservadorismo e no moralismo, recaem sobre seus ombros ainda mais violência, opressão, censura, impedimentos de serem/estarem o que/quem querem ser.

Na sociedade brasileira dos anos 1960-1970, as mulheres já tinham conquistado feitos importantes. Desde o final do século XIX, receberam o direito de frequentar universidades<sup>21</sup>, sob a ressalva de necessitar da anuência do pai ou do marido para tal ingresso. Em 1932, a participação feminina nas eleições<sup>22</sup> tornou-se possível graças às lutas feministas, que se intensificaram desde a promulgação da Constituição Republicana de 1891 e eram evidentes desde a criação do Partido Republicano Feminino<sup>23</sup>, em 1910. Três décadas depois, em 1962, veio a conquista

---

<sup>21</sup> Decreto-Lei nº 7.247/1879, com anuência do Imperador Pedro II, determina uma Reforma no Sistema Básico de Educação no município do Rio de Janeiro e para o Ensino Superior para todo o Império. Entre uma das resoluções, a autorização de mulheres ingressarem nas universidades. Texto completo está disponível: <<https://bit.ly/3M4G8le>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

<sup>22</sup> Primeiro Código Eleitoral do Brasil, Decreto-Lei nº 21.076/1932. Neste documento promulgado por Getúlio Vargas foi criada a Justiça Eleitoral Brasileira. Além de garantir o voto feminino, assegurou o voto secreto e o sistema de representação proporcional. Disponível em: <<https://bit.ly/3vliHyX>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

<sup>23</sup> Partido fundado por Leolinda de Figueiredo Daltró em dezembro de 1910, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://glo.bo/3KaXzp0>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

do Estatuto da Mulher Casada<sup>24</sup>, que lhes conferia a possibilidade de trabalhar sem a autorização de uma figura masculina da casa, receber heranças e ter direito a pedir a guarda dos filhos em caso de separação marital/matrimonial. Em paralelo, no mesmo ano, a pílula anticoncepcional<sup>25</sup> chegou ao país, traçando uma nova realidade para liberdade sexual e direitos reprodutivos.

A mulher brasileira, em 1968, no possível ano corrente do romance abordado neste trabalho, estava permitida estudar, votar e trabalhar. Chamo atenção aqui para a escolha de palavras da última sentença, a fim de reforçar como essas concessões foram outorgadas por um sistema criado e mantido para privilegiar homens, direitos que lhes foram concedidos de forma orgânica por estruturas e instituições. Devemos aqui pensar como a sociedade balizada em séculos de desigualdade entre os gêneros conferiu o retrato disforme da coletividade que preparou salas de aula, palanques e postos de trabalhos para uns e cozinha, quarto e crianças para outros.

As meninas de Lygia usufruíram de décadas de lutas de outras meninas e mulheres para alçarem seus atuais postos. Lorena, estudante de Direito, tinha acesso às leis que, até pouco tempo, lhe conferiam mal o direito de existir. Lia, cursando Ciências Sociais, constatou que a sociedade que seria objeto do seu trabalho não estava tão bem-preparada para sua presença. Já Ana Clara, futura psicóloga, lutaria, como suas companheiras de hospedaria, contra a desconfiança e preconceito de seus pacientes e colegas de trabalho.

Em comum, além da carreira acadêmica almejada, viviam no Pensionato Nossa Senhora de Fátima. Mesmo essas mulheres tendo suas histórias entrelaçadas e compartilhando os mesmos espaços, vemos, notoriamente, como chegaram por caminhos tão diferentes até ali. Suas biografias são trabalhadas de maneiras distintas: Lorena, de origem aristocrática; Lia, de classe média que compõe a classe trabalhadora; Ana Clara, de uma família desestruturada, envolta em uma realidade de vulnerabilidade social. Neste quesito, não há como desassociar as questões de gênero e sexualidades da classe que ocupam nas hierarquias sociais.

---

<sup>24</sup> Estatuto da Mulher Casada é como ficou conhecida a Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, sancionada por João Goulart, presidente vigente do Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/3IvnYNJ>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

<sup>25</sup> O lançamento da pílula anticoncepcional aconteceu no Estados Unidos em 1960. Chegou ao Brasil dois anos depois, em 1962. Sofreu resistência cultural, e no primeiro momento comercializada apenas para mulheres casadas e com autorização do marido. Disponível em: <<https://bit.ly/3HzkqZo>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

### 3.2 Os belos frutos dessa sociedade de bem: as meninas da Lygia

Lorena Vaz Leme, uma das meninas de Lygia Fagundes Telles, ocupa um lugar de destaque no romance. Todos os acontecimentos do enredo partem ou chegam à sua figura. Por meio de sua voz narrativa, na maioria da obra, conhecemos outras personagens; dita o ritmo dos acontecimentos, além de fazer conhecer os meandros de um período desafiador da nossa história: como viver em um período de profundo controle sem as garantias das liberdades conferidas aos cidadãos. Mesmo se apresentando como uma pessoa “alienada”, como veremos a seguir, sua neutralidade confere um olhar de espectador para todo cenário político do momento:

Lia segurou firme a banana e estendeu-a até a boca de Lorena.  
 — Jura dizer a verdade, só a verdade, nada além da verdade?  
 — Juro.  
 — Nome, por favor.  
 — Lorena Vaz Leme.  
 — Universitária?  
 — Universitária. Direito.  
 — Pertence a algum grupo político?  
 — Não.  
 — Por acaso faz parte de algum desses movimentos de libertação da mulher?  
 — Também não. Só penso na minha condição.  
 — Trata-se então de uma jovem alienada?  
 — Por favor, não me julgue, só me entreviste. (...)  
 (TELLES, 2009, p. 160).

Nesta singela brincadeira entre as duas amigas, as próprias personagens dão indicativos de que lado estão na resistência e na luta por direitos. De maneira mais individualizada, muito alicerçada nos próprios interesses pessoais, podemos induzir que Lorena é uma representante de uma classe média, de alto poder aquisitivo. São em seus aposentos que boa parte da trama desenrola. É lá que compartilha as aventuras no combate aos militares e Ana Clara busca refúgio contra os fantasmas que a perseguem. Em um quarto recheado de conforto, muito dele conferido por itens nada comuns a casa dos brasileiros daquele momento, a irmã de Remo e Rômulo parecia desconectada com o que acontecia além da janela de seu quarto.

A alienação de Lorena não significa ignorância. Criada em uma bolha de proteção, teve acesso à educação formal de alto rendimento, comprovada com a erudição das suas referências. Admiradora da alta cultura, sempre era possível escutar sua vitrola tocando alguma música. Em situação de privilégios, possui uma

vasta coletânea de discos, versados nos mais diversos estilos. Da música clássica, com Wagner, até as guitarras de Jimi Hendrix e a produção nacional de Caetano Veloso e Chico Buarque. Leitora de Carlos Drummond de Andrade, era versada em latim, componente do currículo básico do curso de Direito. Mesmo com este repertório cultural e a proximidade dos combates contra o poder autoritário, assumia uma atitude de inoperância diante da realidade social do momento. Vendo a história acontecer diante dos olhos, conhece as mazelas de um Brasil pela vivência das suas amigas.

A descrição que acabamos de fazer revela um símbolo daquilo que se valorizava acerca de uma menina bem-criada, tendo por base a moralidade cristã de uma sociedade conversadora. Poderia ser a modelo, estilo panfletária, do sucesso da estrutura cisheteropatriarcal, da criação de uma geração de moças belas, recatadas e dos lares onde seriam postas em um trânsito controlado entre a cozinha e o quarto. Reproduzindo novamente o diálogo com sua colega, notamos sua relação com as pautas feministas:

- Por acaso faz parte de algum desses movimentos de libertação da mulher?
  - Também não. Só penso na minha condição.
  - Trata-se então de uma jovem alienada?
  - Por favor, não me julgue, só me entreviste. Não sei mentir, estaria mentindo se dissesse que me preocupo com as mulheres em geral, me preocupo só comigo, estou apaixonada. Ele é casado, velho, milhares de filhos. Completamente apaixonada.
  - Uma pergunta indiscreta, posso? Você é virgem?
  - Virgem.
- (TELLES, 2009, p. 160-161).

É compreensível essa sua postura em relação aos movimentos de libertação das mulheres. Falar e assumir como feminista no Brasil ainda era encarado como pautas de “machonas”, sem apreço à feminilidade, adeptas à lesbiandade, numa guerra dirigida somente aos homens e não ao sistema, até então indestrutível, do patriarcado. Não seria uma postura que uma “moça de bem” deveria incluir em sua rotina. Ainda mais se nutrisse o desejo de constituir família, se casar, ter filhos e perpetuar as agruras ancestrais nas quais a sociedade foi moldada dentro das hierarquias de gênero.

Lorena é apaixonada pelas fronteiras que lhe foram determinadas, enquanto mulher. Seu sonho é estar inserida em uma família tradicional, mesmo que ferindo a moralidade cristã. Esta instituição, no Brasil, é entendida mais por sua função religiosa, fundamentada na Bíblia, do que pelo dinamismo social que movimenta.



Estar envolvida por um homem casado, nutrir tal desejo, desmascara a pureza envolta à estética regulatória do conservadorismo. Em seu interior, uma mulher “bem-criada” possui pensamentos que questionam esta verbalização do não-interesse em pautas de libertação feminina.

A estudante de Direito traz em sua individualidade questionamentos muito imbricados às temáticas do feminismo. Em diálogos, ora internalizados, ora em interlocução com outras personagens, Lorena desafia a figura da mulher moldada pelas práticas patriarcais. Um exemplo disso é a conversa com a Irmã Bula ou com Fabrizio, colega de universidade, sobre a possibilidade de haver relação sexual antes do enlace matrimonial. Tal atitude leva sua mãe notar a possibilidade de uma transgressão, não condizente com sua posição social e moral. Nota-se a preocupação com a perspectiva de uma filha com atitudes para as quais não foi educada a praticar:

[...] Minha filhinha querida. Foi uma criança tão bem educada, tão gentil. Colecionava pedrinhas, folhas. Estava sempre salvando algum bichinho que caía no rio. Ela ainda é virgem?

— Ainda.

— Fico tão feliz por saber que continua pura — murmurou com uma expressão de beatitude. Mas logo a testa se franziu. A voz ficou embaçada:

— Você não acha que ela se interessa pouco por sexo? Tenho às vezes tanto medo, está me compreendendo? Aparecem tantas ultimamente, você sabe, essas moças...

Mastigo mais um bombom.

— Não quero ser rude, mãezinha, mas acho completamente absurdo se preocupar com isso. A senhora falou em crueldade mental. Olha aí a crueldade máxima, a mãe ficar se preocupando se o filho ou a filha é homossexual. Entendo que se aflija com droga e etecetera mas com o sexo do próximo? Cuide do próprio e já faz muito, me desculpe, mas fico uma vara com qualquer intromissão na zona sul do outro. Lorena chama de zona sul. A norte já é tão atingida, tão bombardeada, mas por que as pessoas não se libertam e deixam as outras livres? Um preconceito tão odioso quanto o racial ou religioso. A gente tem que amar o próximo como ele é e não como gostaríamos que ele fosse.

Digo e penso imediatamente em Ana Clara. Tenho que amá-la. Difícil, sim, fico impaciente, irritada. Mas sou eu a cristã?

— Mulher sem homem acaba tão complexada, tão infeliz.

Com homem também, tenho ganas de dizer-lhe e dar-lhe o espelho na mão.

— Complexada porque todo mundo fica enchendo a sacola. Não é o caso da Lorena, não estou mais pensando nela, estou pensando só nisto, já é tão difícil crescer, ser amado por aquele que a gente ama. E tem que vir alguém determinar o sexo do amor.

— Mas e você, Lia? Ama alguém? Se não quiser, não responda.

Estou rindo quando respondo, estava demorando, hein.

— Não tem problema comigo, entende? Tenho um amante, ele precisa de mim e eu dele, agora está viajando mas logo a gente se encontra.

(TELLES, 2009, p. 237-238).

A violência que toda mulher enfrenta diante da severidade da heterossexualidade compulsória confunde-se com o comportamento retrógrado historicamente presente no Brasil no âmbito dos costumes. Uma colonização branca, masculina, da Igreja Católica e sua missão “salvífica”. Como já afirma Dorlin, “(...) a heterossexualidade é intrinsecamente opressora para as mulheres, pois ela é a própria expressão da dominação de gênero” (DORLIN, 2021, p. 63) e complementa que:

à crítica da heterossexualidade consiste, principalmente, em mostrar que a heterossexualidade real contradiz a própria essência da heterossexualidade. Não se trata do Mesmo e do Outro na heterossexualidade, individualmente vivida e socialmente organizada, mas do rebaixamento autoritário do Outro ao domínio do Mesmo (DORLIN, 2021, p. 63-64).

Atribuir adjetivação à sexualidade é determinar a cisão entre as mulheres em subgrupos e estabelecer novas relações de opressor-oprimido. O fato de a “mãezinha” preocupar-se com os desejos e anseios da filha Lorena, em relação a ter ou não ter relações sexuais com homens, e condicionar certa recusa a um possível interesse pelo mesmo sexo, evidencia como as marcas do patriarcado ocupam as ranhuras profundas deixadas no corpo feminino e determina uma repetição das mesmas violências.

Já Lia era dedicada à dura realidade que a Ditadura Militar impunha aos opositores. Intelectualizada, desiste de escrever ficção para debruçar-se sobre os fatos. Em sua árvore genealógica, como já mostrado anteriormente, teve uma testemunha ocular do que é estar enquadrado em autoritarismo – seu pai, oficial nazista, fugiu da Alemanha assim que se tornou atento às práticas vexatórias do Terceiro Reich. Seu namorado, Miguel, era preso político. Engajada, a estudante flanava pela cidade sitiada por uma ostensiva presença policial, que, empenhada no monitoramento dos opositores ao regime, buscava os “terroristas” que ameaçavam os interesses políticos do momento. Além do pensionato, Lia transitava por aparelhos, pela faculdade e articulava ações para financiar os focos de resistência e subversão.

A personagem encontra seu companheiro de militância, Pedro, e atende pelo codinome Rosa. Naquele ambiente inóspito, durante uma noite fria, na qual não se tinha muita ação para realizar, na interação entre os dois militantes, a conversa aborda questões importantes sobre o feminino e o feminismo:

— Nunca entendi esses efeitos do bilhar — disse e me encarou. — Queria fazer uma pergunta, Rosa. Posso? É uma coisa que eu queria saber.

— Fala.

— Você já teve experiência com mulher?

— Já.

— Que genial! E então?

— Não sei o que você quer saber — digo e fico rindo por dentro porque sei muito bem o que ele quer saber. — Nada de extraordinário, Pedro. Tão simples. Foi na minha cidade, eu ainda estava no ginásio. A gente estudava junto e, como nos achávamos feias, inventamos namorados. Quando lembro! Como era bom se sentir amada mesmo por meninos que não existiam. Trocávamos bilhetes de amor, ela ficou sendo Ofélia e eu era Richard, de olhos verdes e um certo escárnio no olhar, ô! como ela sofria com esse escárnio. Mas era preciso um pouco de sofrimento. Não sei bem quando o nome de Richard foi desaparecendo e ficou o meu. Acho que foi numa noite, botei um disco sentimental e tirei-a para dançar, Me dá o prazer? Saímos rindo e enquanto a gente rodopiava qualquer coisa foi mudando, ficamos sérias, tão sérias. Éramos demais envergonhadas, entende? Nos abraçávamos e nos beijávamos com tanto medo. Chorávamos de medo.

— Você era feliz, Rosa?

Passo a mão no seu queixo forte.

— Foi um amor profundo e triste, a gente sabia que se desconfiassem íamos sofrer mais. Então era preciso esconder nosso segredo como um roubo, um crime. Tanto susto. Começamos a falar igual. Rir igual. Tão íntimas como se tivesse me apaixonado por mim mesma. Não sei explicar, mas a primeira vez que me deitei com um homem tive então a sensação de amor do *estranho*. Do outro. Aquela boca, aquele corpo, não, eu já não era uma só, éramos dois: um homem e eu.

— Você achou isso bom?

— Se a gente tem vontade, tudo é bom. E eu tinha vontade de saber como era pra poder escolher. Escolhi. Mas quando lembro, ah, por que as pessoas interferem tanto? Ninguém sabe de nada e fica falando. Fazendo julgamento, tem juiz demais. Uma noite ela me telefonou em prantos, a família estava a fim

de fazer um escândalo, eu tinha que sumir, quer dizer, aparecer na pele de um namorado. Reinventar urgente um namorado, o namorado do início daquele nosso jogo. Teria que lhe mandar cartas, presentinhos assinados por um homem que não seria mais Richard, que nome então? Até o moço da padaria eu usei no telefone, precisava da voz do Ricardo, ficou sendo Ricardo. Mentimos tanto em função dos outros que nos contaminamos com as mentiras. Não éramos amantes mas cúmplices. Ficamos cerimoniais. Desconfiadas. O jogo perdeu a graça, ficou amargo. Do namorado de mentira ela passou pra um de verdade. Do meu lado, deixei-me cortejar por um primo, falou-se em noivado.

— E sua família, Rosa?

— Meu pai percebeu tudo e ficou calado. Minha mãe teve suas adivinhações e ficou em pânico, queria me casar urgente com o primo. O vizinho também servia, um viúvo que tocava violoncelo. Fez tudo pra me agarrar pelo pé mas catei meu *nécessaire* e vim.

(TELLES, 2009, p. 129-131).

Nesta longa citação extraída do romance, o relato de Lia nos oferece pistas sobre discussões que, hoje, cinquenta anos após a primeira publicação, ainda são consideradas tabu na sociedade cis heteronormativa. A naturalidade com que a militante descreve seu envolvimento amoroso com outra mulher, os detalhes da construção do enlace e os impactos gerados pelo relacionamento demonstram como

este assunto determina um espaço no qual a mulher não se poderia permitir tal comportamento. É válido também comentar que Lia experimentou o controle e a condenação pública antes mesmo de resistir ao regime autoritário dos gandolas. O conservadorismo enraizado precedeu e fez com que ela e sua companheira e ela fossem privadas de viver juntas, escondendo-se de todos, trocando mensagens cifradas e evitando qualquer possibilidade de tornar essa aventura um evento público.

A forma de controle da sexualidade da mulher, principalmente com a justificativa da reprodução, impõe o domínio masculinista sobre o corpo feminino na sociedade. As alegações moralistas tornam as mulheres em refém das determinações de instituições basilares da sociedade. Neste caso, o homem, o provedor e mantenedor da família, e a Igreja, representantes de Deus e da religiosidade, determinam a imoralidade de duas mulheres viverem suas escolhas e preferências.

Silvia Federici, em sua obra *Ponto Zero da Revolução* (2019), aborda, com um viés marxista, as relações do trabalho doméstico, reprodução e luta feminista, discorre sobre esta relação de cerceamento das liberdades da mulher e como elas devem estar submetidas a atividades que visem apenas à reprodução. Assim, coloca a mulher não apenas como subordinada ao homem dentro da instituição família, como também determina todas as relações, não só as sexuais:

A compartimentalização é apenas um aspecto da mutilação da nossa sexualidade. A subordinação da nossa sexualidade a reprodução da força de trabalho significa que a heterossexualidade nos tem sido imposta como o único comportamento sexual aceitável. Na realidade, toda comunicação genuína tem um componente sexual, nosso corpo e nossas emoções são indivisíveis e nós nos comunicamos em todos os níveis o tempo todo. Mas o contato sexual com mulheres é proibido porque, na moral burguesa, tudo o que não é reprodutivo é obsceno, antinatural, pervertido. Isso significa a imposição de uma condição verdadeiramente esquizofrênica, pois aprendemos logo cedo na nossa vida a traçar uma linha entre as pessoas que podemos amar e as pessoas com quem apenas conversamos; aquelas para as quais podemos abrir nosso corpo e aquelas a quem podemos apenas abrir nossa “alma”; nossos amantes e nossos amigos. O resultado é que somos alma sem corpo para nossas amigas mulheres, e carne sem alma para nossos amantes homens. E essa divisão nos separa não apenas das outras mulheres como também de nós mesmas, em termos do que aceitamos ou não em nosso corpo e sentimentos, as partes “limpas” para serem exibidas e as partes “sujas”, “secretas”, que só podem ser mostradas (e assim se tornam limpas) no leito conjugal, no ponto da produção (FEDERICI, 2019, p. 57-58).

Neste encontro no aparelho – local onde guerrilheiros mantinham secretas suas atividades de resistência –, Rosa e Pedro também têm seu envolvimento sexual. Mesmo sendo um contato entre homem e mulher, é uma situação moralmente

condenável. E não por falta de uma base sentimental, mas ter como único produto a satisfação pessoal. Pedro, pela possibilidade de estar com uma pessoa que admir, vê a oportunidade de deixar para trás outro marco para a vida de um homem – a virgindade. Sua virilidade é domada por uma mulher. Rosa (Lia), mais experiente, utiliza sua liberdade para instruir o companheiro ao uso da sua masculinidade:

Ele me abraça com tanta força que chego a me espantar, não imaginava que fosse capaz de tanta força assim. Sua boca tremente procura a minha. Vou ao encontro dela, nem sabe beijar, putz. Eu ensino, por etapas, espera, por que tanta afobação. Não me machuque, não somos inimigos, procuro lhe dizer com a língua que aplaca a sua e ensina o beijo demorado. Profundo. No começo é só desajeitamento, não tem importância, depois tudo se arruma, tenho ainda uns quinze minutos, murmuro ao seu ouvido. Recuamos abraçados até a sala. Ele estende a mão e apaga a luz, quer que seja no escuro. De acordo, no escuro e de porta fechada, decido empurrando a porta com o pé. Seus dentes machucam meu lábio, é dentuço, ô, não lute assim às tontas, eu mostro o caminho. É sofrimento, sim, mas também é gozo, não se preocupe comigo, entende? Vamos, sem medo, estou do seu lado não contra você.

— Não fique assim, Pedro. Descansa, relaxa. Temos tempo.

Ele me beija e soluça de aflição e raiva, o sexo confundido. Tenho que tomar a iniciativa, vai fracassar de emoção e ficar desesperado. Vamos, Pedro. Não é nenhuma porta do Diabo, sussurro ao seu ouvido e rimos juntos. Também não é de Deus é só uma porta, entre. Explodiu em esperma e choro agudo.

— Perdão, Rosa, perdão!

— Se me falar mais em perdão te mato agora, já.

— Foi tudo uma droga...

— Droga coisa nenhuma. Não foi bom?

Tiro o lenço da sacola e enxugo seu rosto. Sinto-o sorrir e fico sorrindo junto. “Você vai orientar o Pedro”, Bugre ordenou. Olha aí, orientação completa. Uma boa ação ou simples vontade de amar? Ô, lá sei, lá sei. Sei que amo Miguel mais ainda depois da traição. Se é que isto pode se chamar de traição. Puxo o cabelo de Pedro que está saindo da depressão com uma rapidez que me assusta. Ri sozinho, no auge. Beija a palma da minha mão e depois a leva até sua cara esbraseada.

— Te amo, Rosa, te amo.

— Perfeito. Mas vai agora procurar sua menina.

(TELLES, 2009, p. 137-138).

A urgência de ambos é viver as premissas que os fizeram ingressar na luta contra a intransigência da Ditadura Militar. Dentro do seu senso de liberdade, usar aquele espaço para planejar guerrilhas, expropriações, táticas ensinadas por quem possuía mais experiência e produzir conteúdo, também servia para revolucionar com a totalidade de seus corpos, um dentro do outro, numa cadência desordenada que pouco diferia com o que acontecia ali fora. A lei da selva se aplicava àquelas paredes, àquela cidade, àquele país: a ordem do dia era sobreviver até o próximo dia. Com um desejo voltado para o futuro, o presente assumia uma força totalizante dos esforços.

Pedro quis deixar tudo às escuras. Sua tensão poderia advir muito do viés conservador sobre aquela prática. Mesmo dentro da resistência, não poderia negar a formação milenar da sociedade que o forjou. Rosa (Lia) produzia material para circular informações e ideais entre os sindicalizados, estudantes, homens e mulheres que precisavam e poderiam furar a barreira do bloqueio de informação e senso crítico que os militares construíram para grande parte da população. Deixou sua liberdade conduzir também a inserção de Pedro à sua essência de homem masculinizado.

Para Rosa (Lia), isso não era passível de acontecer. Suas batalhas envolvem autocontrole do corpo. Permitir viver sua sexualidade é também combater o dissabor do regime governamental vigente, já que suas bases se confundem na turba do conservadorismo patriarcal.

Aproveitamos também para inserir nesta discussão mais uma integrante do pensionato. O trocadilho das suas colegas de pensionato configura o estado traumático em que se mobiliza Ana Clara. Menina de família pobre, chega à universidade carregando toda sua trajetória de abusos sofridos ao longo da vida. Desde tenra infância, conviveu com prostituição, violência doméstica e sexual, excesso de álcool e drogas, reproduzindo em sua juventude todo este cenário. Além do seu parceiro Maxi, um vigarista, a bela jovem e modelo, tinha um “noivo”, aquele que seria a porta de salvação para sua vida medíocre.

Ana Turva, assim denominada pelas companheiras de pensionato, um apelido depreciativo pela sua dependência de álcool e drogas, é “uma personagem confusa, bipolar, revoltada, que deseja imensamente as agruras do seu passado infeliz” (TORRES, 2013, p.100). Vítima de um sistema viciado em garantir uma diferença abissal entre as classes sociais, a filha de Jurema da Conceição buscou resistir a este cenário como conseguiu, uma busca constante para longe da realidade. Como afirma Maria Rita Kehl:

Toda “realidade” (social) produz, automaticamente, uma espécie de “universo paralelo”: o acervo de experiências não incluídas nas práticas falantes. Experiências loucas, desviantes, proscritas ou simplesmente doentias. Pois mesmo aquilo que temos de mais singular, o modo de cada um padecer e adoecer, nem sempre pertence exclusivamente a nós. Por vezes a doença, sobretudo a chamada doença mental, não passa de um fragmento do real, um pedaço excluído da cultura – e o doente é seu “cavalo”, como se diz no candomblé. O doente é o lugar (social) onde a doença encontrou uma brecha para se manifestar (KEHL, 2010, p. 125).

Ana Clara é fruto de um sistema viciado em promover desigualdades. Países que passaram por processos de colonização perpetuaram as práticas de concentração de poder e renda nas mãos de poucos em detrimento da exploração dos menos favorecidos, “privando os setores mais vulneráveis de nossa sociedade de benefícios que o setor público deveria proporcionar com maior equanimidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 127).

Produto de uma sociedade falida, preocupada em manter privilégios e não estender as mãos aos que necessitam de melhores condições para sobrevivência. Assim, submete seus concidadãos a experimentar uma infância difícil. Ana Clara viveu em situação paupérrima, criada por uma mãe solo e vulnerável, sem condições para sustentar as necessidades. Isso inclui, principalmente, o a todas as etapas de crescimento e desenvolvimento que a sociedade deveria proporcionar paulatinamente.

Nitidamente não foi o caso da personagem em questão. O fato de presenciar sua mãe vender seu corpo em troca de subsistência, ser abusada sexualmente na infância e tentar a todo custo romper a bolha da miséria na qual se encontrava, levaram Ana Clara a um espírito de sobrevivência. Ela se viu sem condições de pensar muito à frente, já que tinha urgência do próximo passo. Além disso, buscava saciar suas necessidades primárias, posteriormente, seus desejos. O refúgio nas drogas e a vida ganha na prostituição, juntamente com a ambição de reivindicar tudo que lhe foi negado, evidenciam um mecanismo de autodefesa, como Elsa Dorlin declara:

[...] “Quanto mais você se defender, mais sofrerá, mais terá a certeza de que morrerá”. Em determinadas circunstâncias e para determinados corpos, defender-se equivale a morrer por esgotamento de si: lutar é debater-se em vão, é ser derrotado(a). Trata-se de uma mecânica de ação desgraçada com implicações em termos de mitologias políticas (qual pode ser o destino de nossas resistências?), de representações do mundo como representações de si (o que posso fazer se tudo o que tento para me salvar conduz à minha perda?). E provavelmente é a experiência vivida – não tanto sua potência, mas a dúvida, a angústia e o medo que engendram suas faltas, seus limites e seus efeitos opostos – que desponta como fundamental, no sentido de que essa experiência não é tanto a consequência de um perigo externo, de uma ameaça ou um inimigo, por mais terríveis que sejam, e sim o efeito espelho de sua ação/reação, espelho de si mesma (DORLIN, 2020, p. 16-17).

A menina abusada, nascida e criada em condições de vulnerabilidade, encontrou na beleza sua forma de sobrevivência. Em uma ebulição de juventude, o desejo de vencer, na presença de uma formação deficitária, principalmente moral,

depara-se com abismos sociais e a busca de uma elevação nesta hierarquia a todo custo. A fragilidade da sua construção como indivíduo colocou-a numa situação interior conflitante para atingir seus objetivos. Dialogando com a autora supracitada, na luta por tentar (sobre)viver ou (subsistir)existir, Ana Clara encontrou em um universo paralelo, criado por ela, dentro de sua conjectura, sua forma de autodefesa.

A maneira turva na qual conduziu sua juventude, ou melhor dizendo, como atingiu a maioridade, “uma viciada em rápido processo de prostituição” (TELLES, 2009, p. 110), como afirma sua companheira de Pensionato, Lorena, é prova de como uma sociedade individualista que não está preparada para reduzir os problemas históricos ligados às diferenças e oferecer condições igualitárias de acessos e oportunidades. Entregue a um sistema violento, em favor da continuidade de vantagens para poucos, o corpo da nossa personagem em questão submete-se às mais variadas atividades discriminadas pela moralidade cristã, conduzida por figuras brancas e patriarcais. Ana Clara, ao querer juntar-se a este grupo, comete violências contra si mesma:

— Num penico vivi eu. Só atormentação, só monstro. Cansei. Pra que mais? Agora quero dourados, anjos, coisas ricas. Pinturas bem quadradas, isto é o que eu quero, que abstracionismo já tive. Na realidade a miséria é abstrata. No auge ela é abstrata. Sabe aquele abstrato no estômago? Quero uma casa quadrada. Flores quadradas, quero rosas, tenho ódio de flor excêntrica, aquelas que. A cara no lugar. Ora, Van Gogh. A paixão de Lorena é Van Gogh e aquele outro louco. Nhem-nhem nhem-nhem. Pinta flores de carne, sabe o que é carne? Sangram. Carne lixada, o sangue poreja, Confessa, confessa! ele dizia afundando o pincel. Lião contou que o piolhento foi lixado assim. Se me convidassem para entrar nesse grupo quando era menina você sabe que eu entrava? Entrava mesmo porque pensava demais em justiça e coisas, era uma menina muito especial, viu, Lorena? Mas agora quero um grupo diferente. [...]

— Bem feito. Ora, acabar com a burguesia. Mas se é agora que eu. Esperem um pouco, também quero, não posso? Ano que vem, vida nova, meu santo. Tranco a matrícula e depois. Quero ser a primeira, está me ouvindo? Com dinheiro a gente aprende rápido, com dinheiro fica fácil. Sou inteligente, não sou? Psicóloga. O escamoso me compra a clínica caixa-alta, tenho nojo de problemas de mendigo. Escolho a clientela. Um saco de ouro. Então (TELLES, 2009, p. 82-83).

Paulo Freire (1921-1997), em *Pedagogia do Oprimido*, alerta para a necessidade de conscientização de humanização daqueles que são feitos menores pelos atos de opressão e a autonomia para o oprimido compreender sua condição de sujeito em uma sociedade opressora. Ana Clara, vivia sonhos de um mundo melhor, onde seu passado pudesse ficar no passado, e o apagamento ou esquecimento de sua história, de escassez de recursos, ganhasse sentido com uma vida próspera.



Quando Elsa Dorlin afirma que “a possibilidade de se defender é um privilégio exclusivo de uma minoria dominante” (DORLIN, 2020, p. 26), estabelece a imobilidade que a coletividade impõe aos menos favorecidos. Toda a tecitura do Brasil foi uma contínua quebra de braço entre favorecimentos e o detrimento dos bestializados – mulheres, indígenas, negros, e toda população para fora dos muros da nobreza.

Retornando a Ana Clara, a menina de “Infância pobre, ombro pobre, cabelo pobre. Tenho um metro e setenta e sete. Sou modelo. Uma beleza de modelo”. (TELLES, 2009, p. 37), não foi de grande valia na luta pelos seus desejos mais íntimos. O corpo, dentro de um padrão aceitável, e até mesmo desejável, não lhe conferiu um futuro. Nem mesmo viver o presente. O apelido “Turva”, ironicamente um oposto da clareza que seu nome sugere, conhecido até pelas religiosas que geriam o estabelecimento, demonstra como a desordem comportamental máscara suas dores, cada violência recebida e as futuras suscetíveis de ocorrer. Como já exposto, em condições divergentes com o exemplo trazido por Dorlin, Ana Clara experimenta uma sensação de proteção similar à de Rodney King<sup>26</sup>, homem afro-americano, que ao ser abordado por policiais tentou sobreviver e foi morto, justamente pela sua autodefesa. Conclui-se:

que determinada tecnologia de poder, visando à potência de agir de um corpo, transformou essa potência em impotência (quanto mais lutamos para escapar ao sofrimento, mais feridos ficamos) e, por outro, como a autodefesa, perpetrada pelo sujeito para sobreviver, tornou-se insidiosamente aquilo por meio do qual ele era negado. A autodefesa passou a ser irremediavelmente impraticável pelo corpo que resiste (DORLIN, 2020, p. 25).

Com certa regularidade, talvez a única ainda presente em sua existência, Ana Clara procurou escapar das agressões. “Estou cheia de agressão que pra meu gosto já fui demais agredida. Agora quero agrados presentes. Um dia compro um caminhão só de presentes tudo bobagem esbordoar o dinheiro só com bobagem quero ficar boba.” (TELLES, 2009, p. 49). Retomando o pensamento da ausência de

---

<sup>26</sup> “3 de março de 1991, Los Angeles. Rodney King, um jovem trabalhador afro-americano de 26 anos, foi interceptado por três viaturas e um helicóptero de polícia que o perseguiam por excesso de velocidade. Ao se recusar a sair do veículo, foi ameaçado com uma arma de fogo apontada para seu rosto. Alguns segundos depois, ele obedeceu e se deitou no chão; sofreu muitos golpes com uma arma de eletrochoque e, quando tentou se levantar e se proteger para impedir que um policial o espancasse, foi brutalmente atingido no corpo e no rosto por dezenas de golpes de cassetete. Foi deixado inconsciente, amarrado, o crânio e a mandíbula fraturados em diversos lugares, ferimentos profundos em parte da boca e do rosto e um tornozelo quebrado, até que uma ambulância chegasse muitos minutos depois para levá-lo ao hospital” (DORLIN, 2020, p. 18-19).

oportunidade, a empurrou para a informalidade e para os perigos da prostituição. O romance, escrito e lançado nos anos 1970, aborda como uma falha moral de uma estudante universitária, belíssima, que poderia utilizar seus atributos para ter uma sorte melhor. Ou viria esta melhor sorte, justamente, ao se jogar nas ruas, nas rodas, nas ruelas as quais encontrava seus “namorados”? Ser chamada de puta pode configurar ofensa pessoal; é, também, a maneira que Ana Clara vislumbrou para sua autodefesa.

Em um período que todos estavam preocupados com a situação política brasileira, tentando manter sua liberdade de expressão, o direito de ir-e-vir, lutar pelos direitos humanos e civis dos perseguidos políticos, a estudante de Psicologia possuía preocupações mais urgentes e de caráter personalíssimo: ganhar dinheiro, sobreviver à miséria e assim, poder alçar um outro patamar. Os traumas causados pela exclusão social empurraram-na para a prática da prostituição. O estigma da profissão considerada popularmente mais antiga do mundo, leva seu corpo como a subsistência e sua derrocada. Nas conversas de suas amigas, Lorena e Lia de Melo Schutz, há muitas camadas de análise e possíveis leituras da forma que Ana Clara conduz sua tortura particular:

— Vai mal a Ana Turva. De manhã já está dopada. E faz dívidas feito doida, tem cobrador aos montes no portão. As freirinhas estão em pânico. E esse namorado dela, o traficante...

— O Max? Ele é traficante?

— Ora, então você não sabe — resmungou Lião arrancando um fiapo de unha do polegar. — E não é só bolinha e maconha, cansei de ver a marca das picadas. Devia ser internado imediatamente. O que também não vai adiantar no ponto em que chegou. Enfim, uma caca.

Abro as mãos no tapete. Examino minhas unhas.

— Divino-maravilhoso se o noivo milionário se casar com ela. Empristo o *oriehnd* para a plástica na zona sul, ele só se casará com uma virgem, ela tem que ficar virgem. Ai meu Pai.

— Você acredita que casamento rico vai resolver? — perguntou Lia. Teve um sorriso triste: — Devia se envergonhar de pensar assim, Lorena. E vai sair casamento? (TELLES, 2009, p. 30).

A pergunta de Lia, inferindo que apenas um casamento rico resolveria os problemas de Ana Clara, pode ecoar em nossas cabeças, na suposição de que estruturas patriarcais resolveriam todos os problemas das mulheres? Ou por outro lado, não seria a subversão a estas tecnologias de poder concentrado na mão dos homens, o caminho pela busca da autonomia e verdadeira liberdade para estas mulheres?

De fato, as agruras da Ditadura Militar atrasaram demais os debates públicos sobre os direitos da mulher. As meninas criadas por Lygia, mesmo em tenra juventude, expressam anseios de mulheres para sua emancipação financeira, formação profissional, liberdade sexual, protagonismo social, embora a conjuntura política vertesse todos os esforços para outros direitos básicos do ser humano, muitas vezes distantes das questões de gênero.

Por meio da literatura, uma ferramenta empregada pela autora estudada para registrar a história que lhe passava pelos olhos, dentro de casa, nas ruas, nos jornais, conhecemos três personagens retrato de um Brasil concebido por desigualdades, das mais variadas camadas.

Os editores responsáveis pela elaboração dos Cadernos de Literatura Brasileira, do Instituto Moreira Salles – Antônio Fernando de Franceschi e Rinaldo Gama – ao realizar uma entrevista com Lygia Fagundes Telles para a quinta edição da publicação, dedicada à sua homenagem, perguntaram-lhe se a literatura melhora as pessoas. Sua resposta foi categórica:

Pode melhorar, sim. Pode desviar o vício, da loucura. Pode estancar a loucura através do sonho. Eu tenho um impulso, que talvez seja um impulso cristão, pelo próximo. Eu tenho vontade de servir ao próximo, verdadeiramente. E a literatura me proporciona isso. E o que eu faço, acredito, com o máximo de competência que me é possível [...] acaba chegando, de algum modo, no outro (TELLES, 1998, p. 43).

Como vemos, seu trabalho ficcional nos dá pistas de como pautas feministas poderiam estar presentes na resistência contra à Ditadura, mesmo as organizações e os movimentos de esquerda não abraçaram a militância pela independência feminina mais bem construída. Com todas as restrições da censura, temas contrários à ideologia empregada pelos ocupantes do poder político, como homoafetividade feminina, a liberdade sexual e a violência psicológica, financeira e moral, ganharam as prateleiras das livrarias e a atenção de leitores atentos.

Hoje, mesmo com passos largos dados na luta feminista, aceitação maior do grande público, adesão à causa por diversos segmentos sociais fora do ambiente acadêmico, ainda necessita-se evoluir para outros espaços. Precisamos combater uma visão homogênea e colonizadora sobre as mulheres e entender como podemos contribuir para que mais grupos tenham suas vozes ouvidas pela multidão que ainda vive subjugada pelas práticas milenares do patriarcado branco, cisgênero,

heterossexual e que perigosamente flerta com práticas autoritárias que não são novidade na história, seja ela nacional ou mundial. Que a geração das redes sociais, da lacração, possa avançar nessas pautas e reduzir as margens, de modo que os abismos nesta relação de resistência não sejam tão grandes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As Meninas* completa, neste ano, cinquenta anos de sua primeira publicação. Desde então, muitos trabalhos foram elaborados tendo este romance como objeto de pesquisa, com os mais variados olhares. Em 1979, Lya Luft, escritora e amiga de Lygia Fagundes Telles, dedicou-se, em seu trabalho de dissertação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a investigar os perfis psicológicos das personagens que intitulam a obra e dar conta de como essas três jovens não “encontram justificção para suas existências” (LUFT, 1979, s/p). Com o título *Três espelhos do absurdo: a condição humana em As Meninas, de Lygia Fagundes Telles*, Luft inaugurou-se sucessivas maneiras de ler este livro.

Minha pesquisa não deu conta de precisar quantas pessoas, em quais lugares já abordaram este romance em dissertações e teses e posso estar sendo impreciso em afirmar que Lya Luft tenha sido a primeira. Nas minhas buscas, desde a elaboração do projeto para este trabalho, foi o trabalho mais antigo que alcancei. De lá para cá, acadêmicos dos mais variados lugares deste mundo buscaram interpretações e possíveis leituras para um romance tão popular, de um período tão conturbado de nossa história. Minha primeira leitura, mesmo décadas depois, aconteceu em situações similares à escrita de Lygia. O golpe orquestrado contra a Presidenta Dilma Rousseff e a construção de um candidato, posteriormente confirmado como presidente em 2018 pelo voto de quase 60 milhões de brasileiros, fizeram o “futuro repetir o passado”, como cantou Cazuzza nos anos 1980.

Vimos ressurgir a incerteza do amanhã. Melhor dizendo. Acordamos sem saber como seria o hoje. A apropriação das cores de nossa bandeira como um salvo-conduto para exalar patriotismo e privilégios, encheram de dúvida sobre as garantias conquistadas pelo suor, saliva e sangue de tantos muitos que construíram o capítulo mais recente de nossa democracia. Jair Bolsonaro trouxe, para minha geração, os ares de 1964 e o alerta constante sobre o que o nosso país poderia enfrentar na próxima esquina.

Por mais absurdo que possa parecer, a chegada do ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro, militar expulso das Forças Armadas por insubordinação, despertou uma legião de seguidores, motivado por Bolsonaro, que reproduziram palavras de ordem contra o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, clamaram intervenção

militar e, evocaram o lema de uma organização que todos imaginaram extinta. Ao propagar “Deus, Pátria, Família” como um jargão propagandista de cunho moral cristão, mal sabiam que invocavam um lema integralista, o movimento inspirado na ideologia de Benito Mussolini e em inspiração para grandes ditadores ao longo do século XX.

A atualização destes ideais tem ganhado força nos últimos anos em todo o mundo. A extrema-direita tem suplantado nas novas gerações as premissas de exaltação ao nacionalismo, ao repúdio as diferenças, tudo em nome de um ideal moralista, cristão, de valorização da família e bons costumes. Muitos historiadores, cientistas políticos, economistas e antropólogos investigam esse novo comportamento. O termo neoconservadorismo ganhou espaço no meio acadêmico, buscando dar significado ao que temos presenciado. Maria Lucia Barroco, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, discorre que:

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal.

As instituições são concebidas consolidadas num longo processo de evolução, no qual os valores – formados pelo hábito – são conservados pela tradição de forma permanente. Nesse sentido, são valores atemporais. Do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais (BARROCO, 2022, p. 13).

Nesta nova dinâmica social, em que o Brasil elegeu um representante neoconservador, endossando uma ideologia própria popularizada como “bolsonarismo” pela mídia e analistas políticos, surgiram subsídios para uma releitura contemporânea da história de Lorena, Lia e Ana Clara. Este distanciamento temporal vai ao encontro do que Giorgio Agamben disserta em seu trabalho *O que é contemporâneo?*:

Isso significa que o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder (AGAMBEN, 2009, p. 72).

Lygia percebeu o “escuro” de seu presente. Cinquenta anos depois, vivemos um outro “escuro”. Como se unem? Uma obra publicada no auge da Ditadura Militar, onde a censura contra as artes era intensa e se fazia uma peneira fina em qualquer informação que discordasse do comando do país ou incita-se qualquer tipo de oposição ao regime autoritário, ainda reverbera tantas décadas depois, com democracia consolidada, garantias de liberdades individuais, e civis votando, legislando e ocupando o poder executivo?

Esta pergunta inquietou durante os dois anos de pesquisa. Sabemos que nosso histórico colonial e escravagista perpetuou, depois da Independência e da Abolição da Escravidão, um legado violento, perverso e injusto. Vivemos no Brasil, um país de desigualdades, solo fértil para que ideologias supremacistas e preconceituosas fossem fecundadas e dessem frutos. Assim foi com a aventura de Plínio Salgado e seu desejo de chegar ao poder. Buscou inspiração do outro lado do Atlântico. Encontrou pessoalmente Benito Mussolini, ditador italiano, e durante anos recebeu incentivo financeiro para aqui estabelecer uma nova ordem. Melhor dizendo, tropicalizar os ideais fascistas já empregados na Europa.

Inegavelmente, a Ditadura Militar se embebeceu dos ideais integralistas. Embora tenha sido perseguida e posta na clandestinidade pelo Estado Novo varguista, enraizou em boa parcela de intelectualidade e da população seus ditames. Com a redemocratização nos anos 1940, os “camisas verdes” inseriram seus adeptos nas casas legislativas e participaram na elaboração de políticas públicas, mas foi nas Forças Armadas que encontraram terreno para germinar a tomada de poder, eclodida pelo Golpe, na madrugada de 31 de março de 1964.

A transformação social decorrente desse regime foi capturada pelos olhos de Lygia Fagundes Telles, que traduziu em ficção os preâmbulos de uma juventude envolta pelos atos autoritários dos gandolas. Lorena, Lia e Ana Clara são arquétipos de uma geração que cresceu sobre a pecha de uma ditadura. Levantando a bandeira de ideais conservadores, de valorização da pátria e da família, foi responsável pela perseguição a filhos, deixando pais e mães, avôs e avós sem seus queridos frutos. Também devolveu a nação para os civis, com graves crises econômicas e políticas que até hoje não foram sanadas, principalmente quando falamos da impunidade aos que perpetraram tamanha violência aos direitos civis e humanos durante este período nefasto.

Figura 3 - Marchas



Legenda: À esquerda, foto tirada em São Paulo, em março de 1964, na Marcha da Família com Deus pela liberdade, às vésperas do Golpe Militar. À direita, foto retirada na Avenida Paulista, em setembro de 2022, em manifestação de apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, em comemoração do Bicentenário da Independência.

Fonte: O autor, 2023.

A possibilidade de realizar uma leitura política do romance surge principalmente porque nossas mazelas não foram “passadas a limpo”, como se costuma dizer no popular. Nossa incapacidade de punir os responsáveis e normatizar práticas que privilegiam a manutenção do poder nas mãos de um mesmo grupo seletivo. Depois de todo apelo popular para revitalização da democracia no país, as manifestações por eleições diretas para um novo presidente civil e a posse de José Sarney como mandatário e chefe da nação não apagaram toda relação mantida nos vinte e um anos anteriores. Sobre isso fala a professora Millena Magri, em seu livro “*A ficção na pós-ditadura*”:

Paulo Sérgio Pinheiro, em seu artigo “Autoritarismo e Transição”, publicado em 1991, investiga a permanência do autoritarismo na sociedade brasileira, tanto no âmbito público quanto no privado, mesmo após o processo de redemocratização. O autor tem como objetivo discernir os componentes responsáveis na sociedade brasileira por caracterizá-la como tradicionalmente autoritária, por um lado, e, por outro, aquilo que seria específico na postura autoritária do governo militar. (MAGRI, 2019, p. 23-24) Desse modo, a manutenção de uma estrutura autoritária de ordenação social é pré-condição para que a “democracia burguesa capitalista” se estabeleça e, ao mesmo tempo, perpetue esse sistema de organização. Logo, o autoritarismo se torna uma característica inerente à democracia vigente no país (MAGRI, 2019, p. 25).

Vimos, por meio dessa dissertação, a possibilidade de realizar uma leitura contextualizada pela conjuntura política e o ideal fascista. Melhor dizendo, a possibilidade de visualizar as grandes instituições elencadas pelo fascismo/integralismo de outra forma, apresentados como elementos de resistência



aos desmandos de um governo golpista, violento e capaz de instaurar caos e desordem. A revoada das galinhas verdes, mencionado no primeiro capítulo desse trabalho, definitivamente representou apenas a dispersão de um agrupamento. O Anauê, grito de identificação dos integralistas, pode não ressoar mais como nas décadas 1930-1940, mas deixou marcas na história do Brasil.

Não passaria ao largo da nossa literatura. Lygia não foi precursora ao abordar a Ditadura Militar na literatura, nem mesmo na autoria feminina. Longe disso. Mas inaugurou o olhar feminino para o recorte histórico. Foi incisiva ao criar um projeto de escrita que reproduzisse hábitos considerados comuns, bem característicos de uma população de terceiro mundo, com desejos de viver, descrevendo conflitos psicológicos e sociais de nossa gente. Se nas décadas seguintes, tivemos mais mulheres trazendo as angústias, violências, ferocidade desse tempo para ficção nacional, a citar Heloneida Studard, Maria José Silveira, Ana Maria Machado, Maria Adelaide Amaral na redemocratização e a profusão de autoria feminina sobre o tema nos últimos quinze anos, como Maria Regina Pilla, Guiomar de Grammont, Claudia Lage, Luciana Hidalgo, Adriana Lisboa, Juliana Leite, Micheliny Veruschka, Beatriz Leal, Paloma Vidal e tantas outras, Lygia abriu portas. Se a “ficção não é sinônimo de fantasia e imaginação: trata-se, antes, de uma estratégia ordenadora da linguagem a fim de criar uma narrativa legível, compreensível” (FIGUEIREDO, 2017, p. 44), em *As Meninas* fomos conduzidos aos cômodos, aparelhos, pátios e praças dentro de uma conjuntura ditatorial. Para quem não viveu os anos 1960-1970 como eu, um sistema organizado de personagens, diálogos e situações introduzem o que foi uma parcela dos Anos de Chumbo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Fúlvio. *A revoada das galinhas verdes*. São Paulo: Vedeta, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- ALVES, Marcio A *Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARBOSA, Fabiane. *Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)* 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) /Faculdade de História, – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2007.
- BARROCO, Maria Lúcia. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Scientific Electronic Library Online*, São Paulo, 10 jan.2022, p. 12-2.
- BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sergio Millet – 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- \_\_\_\_\_. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sergio Millet – 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 51ª ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo, Claridade, 2011.

CANDIDO, Antonio. *A Educação pela Noite*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

\_\_\_\_\_. CANDIDO, Antonio. [Carta a] Lygia Fagundes Telles. São Paulo, 15 de maio de 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/456CAhI>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964*. Revista de História, [S. l.], n. 180, p. 1-19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167214>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. CORDEIRO, J. M. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, [S. l.], n. 180, p. 1-19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167214>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria. *Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

DIMAS, Antonio. *Espaço e Romance*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. TELLES, Lygia Fagundes. *Antes do baile verde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FARIAS, Marcos; ALVES, Ismael. Teologia da libertação: o despertar dos oprimidos. Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, v. 7, n. 7, 2021. Disponível: <<https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/6986>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

DORLIN, Elsa. *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: crocodilo / Ubu Editora, 2021.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder e Aparecida Maria Abranches. 9ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar Em Revista*, Curitiba, nº 28, 2006.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. 4ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura militar*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

FREIRE, Marcelino. *Contos de Lygia Fagundes Telles mostram que fama de grande dama é injusta*. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3VOOebE>>. Acesso em: 15 set. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 75ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FROZI, Daniela. *A ditadura e os pobres*. Planalto.gov, 2015. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2015/a-ditadura-e-os-pobres>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Carlos; LUCENA, Suênio. *Lygia Fagundes Telles entre ritos e memórias*. Aracaju: Criação; Itabaiana: UFS, 2013.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Leandro; NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GOTLIB, Nádia. *A teoria do conto*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O homem cordial*. Seleção de Lilia Moritz Schwarcz. 1ª Edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e academia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). *Pensamento feminista hoje: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

KEHL, Maria Rita. *Tortura e sintoma social*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LEILLA, Álex; ALVES, Paula Rúbia Oliveira do Vale. *História e literatura em As Meninas*. In: GOMES, Carlos Magno; LUCENA, Suênio Campos de (Orgs.). Aracaju: Editora Criação; Itabaiana, SE: UFS; 2013.

LISPECTOR, Clarice. *Clarice Lispector entrevistas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LUFT, Lya. *Três espelhos do absurdo: a condição humana em As meninas de Lygia Fagundes Telles*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979. MONTEIRO, Leonardo et al. *Lygia Fagundes Telles – seleção de textos*. São Paulo: Abril Educacional, 1980.

MAGRI, Milena. *A ficção na pós-ditadura: Caio Fernando Abreu, Bernardo Carvalho, Milton Hatoum*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

MARIGHELLA, Carlos. *O fascismo militar brasileiro*. In: *Por que resisti a prisão*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LUFT, Lya. *Os crimes da ditadura*. In: *Por que resisti a prisão*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (pp. 82-97).

MARRECO, Maria Inês de Moraes. *Visões caleidoscópicas da memória em Lygia Fagundes Telles e Nélida Pinon*. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução, prefácio e notas: Edmilson Costa. 3ª ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia (Org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. São Paulo: Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, Rodrigo. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

**Multidão deixou os políticos à margem**. Folha de São Paulo, 20 de março de 1964. Disponível em: <<http://bit.ly/3QNAdtT>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MUSSOLINI, Benito. *Fascismo*. Tradução de Regina Lyra, 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

NAVES, Santuza. *Canção popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OLIVEIRA, R. S. de. *O jornal A Razão: o ventre fecundo que criou o modelo de totalitarismo integralista*. *Historiæ, [S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 129–160, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3DxSlwK>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

OLIVEIRA, Rejane; THOMAZ, Paulo (Orgs). *Literatura e Ditadura*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

ORWELL, George. *O que é fascismo? e outros ensaios*. Tradução de Paulo Geiger; Organização e Prefácio Sérgio Augusto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. Série Princípios; Volume 221. São Paulo: Editora Ática, 1992.

PAZ, Octavio. *A Imagem*. In: PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

PINTO, António. *A América Latina na era do fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Tradução de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 7ª ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

RODRIGUES, Urbano. *A beleza secreta da vida*. In: TELLES, Lygia Fagundes. *Antes do baile verde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROSENFELD, Anatol. *Reflexões sobre o romance moderno*. In: ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Humberto. *Glauber Rocha: Cinema, Estética e Revolução*. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

SOARES, Angélica. *(Ex)ensões: Adélia Prado, Helena Parente Cunha e Lya Luft em prosa e verso*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.

SOARES, Angélica. *Gêneros Literários*. Série Princípios. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

TELLES, Lygia Fagundes. *Cadernos de literatura brasileira*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1998.

TELLES, Lygia Fagundes. *Seminário dos ratos*. : Contos; São Paulo: Companhia das Letras, 2009. CHAUI, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

\_\_\_\_\_. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

TELLES, Lygia Fagundes. *A Disciplina do Amor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TELLES, Lygia Fagundes. *As Meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TELLES, Lygia Fagundes. *Discurso de Posse*. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/36Fvx32>. Acesso em: 14 nov. 2020.

TELLES, Lygia Fagundes. *Passaporte para China: crônicas de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TELLES, Lygia Fagundes. *Personagens gostam da vida, como nós*. In: \_\_\_\_\_. *As meninas*. 1ª ed. São Paulo: MEDIAfashion, 2012, p. 313-314. (Coleção Folha. Literatura Ibero-americana).

TEZZA, Cristóvão. *As Meninas: os Impasses da Memória*. In: TELLES, Lygia Fagundes. *As Meninas*. São Paulo: Companhia das Letras 2009.

TORRES, Maximiliano. *Configurações de gênero em As Meninas*. In: GOMES, Carlos Magno; LUCENA, Suênio Campos de (Orgs.). Aracaju: Editora Criação, 2013.

TORRES, Maximiliano. “Não era dor / o que sentia / era abismo”: cartografias de um eu em *A vida invisível* de Eurídice Gusmão, de Martha Batalha. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 46–61, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.53999. Disponível em: <<http://bit.ly/47gjc3b>>. Acesso em: 6 nov. 2023.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WEIGEL, George. *A Verdade do Catolicismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Editora; 2002.

WOOLF, Virginia. *A arte do romance*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2019.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2021.